

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS

**O FATOR (DES) ÍNTEGRADOR DA AMAZÔNIA E
AS RELAÇÕES BRASIL – PERU DE 2003 A 2008**



ARARAQUARA – S.P.
2010

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS

O FATOR (DES) INTEGRADOR DA AMAZÔNIA E AS RELAÇÕES BRASIL – PERU DE 2003 A 2008

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Públicas

Orientador: Professor Adjunto Enrique Amayo Zevallos, PhD.

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – S.P.
2010

Campos, Rogério Pereira de

O fator (des) integrador da Amazônia e as relações Brasil –
Peru de 2003 a 2008/ Rogério Pereira de Campos – 2010

116 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de
Araraquara

Orientador: Enrique Amayo Zevallos

1. MERCOSUL. 2. Comunidade Andina das Nações.
3. Amazonia. 4. America do Sul. 5. Globalização. I. Título.

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMPOS

O FATOR (DES) INTEGRADOR DA AMAZÔNIA E AS RELAÇÕES BRASIL – PERU DE 2003 A 2008

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Públicas

Orientador: Enrique Amayo Zevallos

Co-orientadora:

Bolsa: Capes

Data da defesa: 24/05/2010

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Doutor Enrique Amayo Zevallos
Unesp – Araraquara.

Membro Titular: Professora Doutora Karina Lilia Pasquariello Mariano
Unesp – Araraquara.

Membro Titular: Professor Doutor Petronio de Tilio Neto
Universidade Plesbiteriana Mackenzie.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais Nilza e Romualdo pelo esforço, dedicação e compreensão para com a minha vida e o apoio sempre irrefutável para com minhas escolhas, boas ou ruins. Não saberia em poucas linhas qualificar a importância destes, agradecer é tão ínfimo quanto uma gota no oceano. Minha irmã Gisleine, a qual não teria também como agradecer por tudo que passamos ao longo da vida e pela parceria e cumplicidade que vivenciamos. Ao meu cunhado Erick, pela amizade e confiança que partilhamos ao longo de muitos anos.

Ao meu orientador Enrique Amayo Zevallos, pelo seu profissionalismo, responsabilidade e seriedade diante dos temas acadêmicos e pela generosidade e amizade em todos os demais assuntos. Aos membros da banca Prof. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano por suas dicas e observações e ao Prof. Dr. Petrônio De Tilio Neto por aceitar o convite de participar da minha banca apesar do restrito horário disponível.

Aos diversos professores da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara pelo acréscimo direto e indireto na melhoria deste trabalho: Adilson Marques Gennari, Ângelo Del Vecchio, Augusto Caccia Bava Junior, Dagoberto José Fonseca, Eliana Maria de Melo Souza, Leila de Menezes Stein, Marco Aurélio Nogueira, Maria Ribeiro do Valle, Milton Lahuerta e Raul Fiker. A assessora Eliane da secretaria do departamento de Sociologia e ao Henrique da secretaria de Pós Graduação, que foram fundamentais e eficientes em meus diversos contratemplos.

A todos os meus amigos que me apoiaram e fazem parte dessa conquista, com certeza não irei lembrar-me de todos e seria injusto citar e deixar alguns de fora dessa imensa lista que acumulei ao longo dos anos. Um brinde a vocês e a saudação dos reis para os melhores dentre os melhores que encontrei no mundo.

Ao pessoal do GEICD-NPPA, tanto aos da velha guarda como o Fábio, o Paulo Gustavo e o Samuel como também aos mais jovens, a Ana Carolina, o Felipe, o Giovanni, a Ina, o Josimar, a Mayara, a Miliana e o Pedro. Foram nas diferentes experiências que passamos juntos que surgiram as melhores conversas, idéias e inspirações e com certeza o crescimento desse núcleo será alimentado por essa riqueza.

Um agradecimento também à CAPES pelo financiamento de boa parte do tempo de pesquisa, o que auxiliou de veras para a dedicação exclusiva à pesquisa.

“Tal o rio, tal a história: revolta, desordenada, incompleta.”
Euclides da Cunha (1976, p.32)

RESUMO

Esse trabalho visa abordar as relações econômicas, políticas e sociais entre Brasil e Peru no período do governo Lula de 2003 a 2008, intervalo no qual as relações entre os países se intensificaram e rumam para uma aproximação dos dois blocos econômicos principais da América Latina, o Mercado Comum do Sul - Mercosul e a Comunidade Andina de Nações - CAN. Sendo esses dois países os principais membros de seus respectivos blocos econômicos e com proximidade atual nas políticas dessas nações, poderemos analisar o comportamento geral dessas duas regiões. Levando-se em conta que essa discussão envolve quase toda América do Sul, torna-se relevante o debate sobre a proteção, utilização e desenvolvimento da Amazônia – compartilhada pelo Brasil e os países da CAN – tendo em vista a importância internacional da região e a cobiça de seus recursos naturais. O que acontece com a floresta amazônica pode ser um fator positivo ou negativo na realização de uma futura união sul-americana e provavelmente será o fator determinante da questão.

Palavras-chave: Mercosul; CAN; Amazônia; América do Sul; Globalização; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work aims to manage the economic, political and social relationships between Brazil and Peru during Lula's government period from 2003 to 2008, interval which the relations between the countries increased and head for an approximation between the two main economic blocks in Latin America; the Southern Common Market – Mercosul and the Andean Community – CAN. Due to these two countries being the lead members of their respective economic blocks e also due to the actually politic situation of these nations, we can analyze the general behavior of these regions. Considering that this discussion involves almost all South America, it becomes relevant the discussion about the protection, utilization and development of the Amazon – shared between Brazil and CAN countries – due to the international concernment about this region and the greed related to their natural resources. The fact that occurs on the Amazon forest can be both a positive or a negative factor for the realization of a future South-America union, that probably will be a determinant factor of the question.

Keywords: Mercosul; CAN; Amazon; South America; Globalization; Sustainability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Análise da quantidade de floresta certificada por país na América Latina (Setembro 2008)	p.54
Gráfico 02	Participação de cada sistema de transporte de cargas	p.77

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Mapa do território amazônico em sua totalidade	p.35
Mapa 02	Mapa da região amazônica peruana com destaque para os blocos de reservas de óleo e gás	p.62
Mapa 03	Eixos de desenvolvimento	p.81

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Principais produtos exportados por Brasil e Peru em volume	p.22
Tabela 02	Comparação entre exploração convencional e de impacto reduzido	p.71
Tabela 03	Produto interno bruto de China e Japão	p.88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAN** – Comunidade Andina de Nações
- CAF** – Corporação Andina de Fomento
- CERFLOR** – Certificação Florestal Brasileira
- FFT** – Fundação Floresta Tropical
- FIESP** – Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FMMA** – Fundo para o Meio Ambiente Mundial
- FNDF** – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
- FONPLATA** – Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Plata
- FSC** – Forest Stewardship Council
- G-20** – Grupo dos 20 maiores países em desenvolvimento
- GEF** – Global Environmental Facility
- GEICD** – Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento
- GFTN** – Global Forest and Trade Network
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPA** – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- INRENA** – Instituto de Recursos Naturales
- IIRSA** – Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana
- MERCOSUL** – Mercado comum do Cone Sul
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MRTA** – Movimento Revolucionário Tupac Amaru
- NAFTA** – North American Free Trade Agreement
- NPPA** – Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e a Amazônia
- OEA** – Organização dos Estados Americanos
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OTCA** – Organização do Tratado Comum da Amazônia
- PAC** – Plano de Aceleração do Crescimento
- PAOF** – Plano Anual de Outorga Florestal

PIB – Produto Interno Bruto

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TCA – Tratado Comum da Amazônia

UNASUL – União das Nações Sulamericanas

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
1. RELAÇÃO BRASIL – PERU	4
1.1 Formação dos países	4
1.1.1 Brasil	4
1.1.2 Peru	12
1.2 Relações Brasil-Peru (2003 e 2008)	17
1.3 Unasul	23
2. AMAZÔNIA	30
2.1 História	30
2.1.1 Os mitos	30
2.1.2 Realidade	35
2.2 OTCA	43
2.3 Concessão florestal	50
2.4 Recursos não renováveis	61
3. ECONOMIA	66
3.1 Brasil e Peru	66
3.2 Infra-estrutura	73
3.2.1 Conceitos e estruturas	73
3.2.2 IIRSA	80
3.3 Mercado asiático	86
CONCLUSÃO	92
BIBLIOGRAFIA	95

Introdução

A crescente dinamização do mercado econômico mundial criou uma fronteira de inserção, os que se adequam e fazem parte do mercado e os que estão excluídos do mesmo. O surgimento de diversos blocos econômicos tem por objetivo (e esperança) o fortalecimento dos mercados locais e de tornar seus países membros mais competitivos em relação ao capital. Foi com esse pensamento que surgiram os três principais blocos econômicos do continente americano, a Comunidade Andina de Nações (CAN)¹ fundada em 1969 sob forte influência das teorias de superação do subdesenvolvimento da Cepal²; o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)³ fundado em 1991 e o North American Free Trade Agreement (NAFTA)⁴ fundado em 1994, os dois últimos fundados com base no Consenso de Washington (1989)⁵ pós guerra fria. Nesse trabalho trataremos somente dos dois primeiros e da possibilidade de aproximação entre eles.

Atualmente Brasil e Peru resultam ser os protagonistas da discussão em termos de liderança do Mercosul e da CAN, sendo o impacto de suas decisões e opiniões os mais poderosos em seus respectivos blocos. A importância do Brasil para a América do Sul é inegável, por ser um grande representante do subcontinente diante das outras nações do planeta, seu grau de competitividade em diversos setores de ponta, sendo mesmo pioneiro ou inovador em algumas áreas específicas, grande capacidade de produção técnica e científica. O país pode disponibilizar aos países vizinhos menos favorecidos por usufruir de recursos e projetos e uma importante estrutura agrícola e industrial. O Peru pela sua história coloca-se em posição de destaque no continente e economicamente destaca-se na CAN pela sua

¹ Países membros da CAN: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Chile e Venezuela já foram membros, porém se retiraram em 1976 e 2006, respectivamente. Fonte: www.comunidadandina.org. Acesso: 18/08/2008.

² CEPAL: Comissão econômica para a América Latina e o Caribe, entidade diretamente ligada a ONU que visava melhorar o desenvolvimento dos países mais pobres e melhorar as condições de competição no mercado econômico.

³ Países membros do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Este último ainda busca se firmar no bloco econômico depois do rompimento com a CAN em 2006. Fonte: www.mercosul.gov.br. Acesso: 18/08/2008.

⁴ Países membros do NAFTA: Canadá, México e Estados Unidos. Apesar do poderio econômico de tal bloco, a concentração de riqueza nos EUA dificultam utilizar o conceito de bloco. Fonte: www.nafta-sec-alena.org. Acesso: 18/08/2008.

⁵ A princípio, o Consenso de Washington fora um conjunto de 10 medidas de ajuste econômico da América Latina em crise no período, porém o termo fora banalizado ao longo dos anos e passou a ser utilizado como referência direta ao neoliberalismo empregado no processo de globalização.

economia diversificada, possuindo o maior crescimento econômico dos países da CAN nos últimos cinco anos (superior inclusive ao do Brasil no período), ficando apenas atrás da Colômbia em relação ao PIB⁶.

Somado a essas perspectivas para discussão e análise, devemos destacar também a importância crescente da floresta amazônica, presente no Brasil e nos países da CAN, destaque para Brasil e Peru, os maiores detentores dessa fantástica riqueza natural (64% e 16%, respectivamente)⁷. As possibilidades de exploração da região são muito grandes, sendo a floresta dotada de recursos que são exclusivos da mesma e que podem ajudar a resolver problemas de diversas áreas, principalmente da medicina e farmacologia. Além disso, a região amazônica é um fator (des) agregador dos países que a possuem, pois a dificuldade de se criar fronteiras em meio a florestas sem gerar devastação é enorme, sendo necessário uma parceria entre os países para uma efetiva proteção de territórios. A Amazônia aparece então como uma gradiente para a união entre os países membros dos dois blocos econômicos, a CAN e o Mercosul⁸. Levando-se em conta que esses dois blocos envolvem quase a totalidade de países do subcontinente, a expansão deles dinamizará suas economias e dessa forma uma parceria entre os dois blocos mostra-se estratégica, mas poderia ser a estagnação destes caso tal aliança não ocorra.

O objetivo desse trabalho é analisar as possibilidades políticas e econômicas que envolvem Brasil e Peru no período de 2003 até 2008 (momento em que Lula assume o poder no Brasil, sendo reeleito em 2007) para a criação de um grande bloco econômico ou uma área de cooperação mais efetiva e qual o impacto direto causado na Amazônia, sendo que essa floresta encontra-se literalmente no meio desse caminho. A Amazônia seria um agente de auxílio ou de interposição nesse diálogo, dependendo da abordagem e da utilização coerente e racional de seus recursos.

⁶ PIB dos países citados: Colômbia: US\$ 122 bi; Peru: US\$ 79,4 bi. Fonte: The Economist: Pocket World in Figures, 2008 edition.

⁷ AMAYO ZEVALLOS, Enrique apud DOUROJEANNI, Marc J. *O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico Sul Americano* In Integração latino-americana e caribenha.

⁸ Para a discussão adiante, uma nota relevante a se destacar: Todos os países da CAN são amazônicos, porém no Mercosul o Brasil é o único que possui tal floresta em seu território. Dessa forma, conceitos díspares dificultam políticas comuns entre os blocos para uma união entre eles.

1. RELAÇÃO BRASIL – PERU

1.1 Formação dos países

1.1.1 Brasil

O conceito de formação do Brasil será tratado pelo ponto de vista europeu, a partir do momento em que Portugal aporta nas terras da América do Sul e clama pelo território em direito de seu império. Poderia ser tratado pelo termo utilizado por Boris Fausto de “achamento” do Brasil⁹, ao analisar que diversas etnias indígenas habitavam todo o imenso território que viria a ser explorado pela coroa portuguesa.

Após a resolução encontrada para apaziguar os países ibéricos (com o Tratado de Tordesilhas em 07 de Junho de 1494) ocorre o que seria a divisão da América entre Portugal e Espanha. A tolerância espanhola também escondia manobras políticas de interesse frente aos territórios portugueses, apoiando e negligenciando as movimentações lusitanas tendo em vista uma boa política entre os países e mais adiante uma união das coroas por meio do casamento real entre os dois países, como ficou verificado no período denominado Dinastia Filipina, que perdurou de 1580 a 1640¹⁰.

Esse período de união das coroas serviu aos propósitos portugueses de expansão de suas possessões, na perspectiva da futura separação dos reinos e a manutenção do que fosse apropriado dos espanhóis. O fator negativo para tal intuito era a pequena população portuguesa da época, o que impossibilitava a ocupação direta da terra, exigindo medidas extremas para impedir a perda de territórios que possuía por todo o planeta. No caso do Brasil, o conceito de capitânicas hereditárias foi utilizado para ocupar e legitimar a posse, além de criar laços de amizade e dívidas pessoais entre os proprietários destas e o rei que lhes concedia o benefício. Essa construção artificial, somado aos problemas causados por conflitos internos com indígenas e revoltas de escravos, exigia uma esfera de poder mais imediata do que as determinações diretas da coroa, distante da realidade colonial e lenta devido as limitações de transporte da época.

⁹ FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2004, 13ª edição.

¹⁰ Id. Ibid. pág 06.

A criação de uma política de dependência da colônia pela metrópole foi o viés principal do modo de ocupação do Brasil, impedindo assim que o desenvolvimento social, político, educacional e produtivo só fossem libertos com a independência deste em relação a Portugal, diferindo do modo de colonização espanhol que optava por formar cidades e estabelecer vínculos com as novas possessões. Segundo Holanda (2008, p. 57),

Uma das conseqüências da escravidão e da hipertrofia da lavoura latifundiária na estrutura de nossa economia colonial foi a ausência, praticamente, de qualquer esforço sério de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que se sucedia em outros países, inclusive nos da América espanhola.

A vinda da família real portuguesa em 1808, motivada a sair da Europa pelas guerras napoleônicas que fervilhavam em todo o velho continente, tiveram uma importância marcante – apesar de irônica, pois seriam estes os responsáveis pela perda de sua principal colônia – na formação de uma nação brasileira. A chegada da corte ao Brasil exigiu uma série de mudanças para o estabelecimento dos reis de Portugal e toda a nobreza nas mais diversas áreas imagináveis. A cidade do Rio de Janeiro não dispunha de estrutura aos moldes das grandes cidades européias, ou seja, saneamento básico, hospitais, escolas, universidades¹¹, imprensa¹², entre outros. D. João VI providenciou a construção de algumas dessas melhorias nos primeiros anos no Brasil, tentando assim agradar sua corte pelo período que seria necessário permanecer até o fim da guerra na Europa.

Essa mudança drástica do Brasil no cenário mundial é o ponto principal de partida ao se analisar o processo de construção político, geográfico e econômico que viria a se desenhar atualmente, pois não somente a corte viajara ao novo mundo, como também diversos portugueses de conhecimento técnico nas mais diversas áreas e que seriam ad hoc os pioneiros no desenvolvimento manufatureiro e industrial da antiga colônia. Nesse período é que as cidades começam a ganhar maior importância, dividindo a forte e decisiva influência com o proprietário latifundiário. O cenário das decisões do território passam a circular pelas praças, edifícios e palácios e com isso os próprios fazendeiros começam a habitar esse mesmo cenário, administrando a distância suas posses e se inserindo na política urbana.

¹¹ Em contraponto, a América espanhola possui universidades desde a sua formação, como pode ser destacado o caso do Peru, possuindo universidades desde 1551. Ver: Amayo, 1999.

¹² O Peru possui imprensa desde 1584, o que possibilitou a produção dos livros mais antigos da América do Sul na cidade de Lima. Ver: Amayo, 1999.

Como explica Carvalho (1996), o surgimento de universidades no território brasileiro, principalmente as universidades de direito, começam a preparar mão de obra qualificada para ocupar altos cargos administrativos e de forte decisão no poder, criando assim uma separação de interesses dos proprietários de terras e os cidadãos urbanos do país. Os magistrados, somados aos clérigos e posteriormente aos soldados, formariam a base principal do que viria a ser a estrutura fundamental do império brasileiro¹³.

Em 1821, D. João VI é forçado a retornar para Portugal, onde estava ocorrendo o movimento constitucionalista do Porto, que pretendia estabelecer uma República lusitana e retomar as relações coloniais com o Brasil. Como solução a esse impasse, D. João VI retornou a Portugal e deixou no poder no Brasil seu filho D. Pedro I¹⁴. Um ano após a partida de D. João VI para Portugal, no dia 7 de Setembro, acontecia a independência do Brasil, em um período de forte influência revolucionária de herança francesa. Porém tal movimento mostra-se bem diferente do restante da América Latina, onde foram implantadas Repúblicas pelos libertadores das nações, muitos mestiços com laços com os nativos americanos ou com africanos. Como explica Carvalho (1981, p. 31):

[...] Nos casos de ex-colônias, a revolução foi em geral promovida por exércitos libertadores ou por grupos de intelectuais. [...] No caso do Brasil, como veremos, foi principalmente a herança burocrática portuguesa que forneceu a base para a manutenção da unidade e estabilidade da ex-colônia.

Isso explica a diferença de constituição dos países da América Latina em geral, na sua maior parte fragmentada em pequenos territórios controlados por grupos de interesse comum, optando por Repúblicas. Essa independência brasileira mostra-se uma mudança somente conceitual das estruturas nacionais, pois se tornaria o único país liberto da metrópole que se transformaria em um Império escravocrata e não em uma República anti-escravocrata, mostrando um forte laço aristocrático e conservador da classe dominante. Como agravante, o responsável histórico por tal façanha fora D. Pedro I, filho do rei de Portugal e herdeiro do trono, que por fim assumiria o governo do império brasileiro. Para os revolucionários latino-americanos, tudo isso se tratava de panacéias ou disfarces de uma manutenção da ordem.

Durante a maior parte do período imperial, as questões da política externa brasileira sempre foram de aspecto tímido em relação aos vizinhos, tendo um maior vínculo com os

¹³ CARVALHO, J. M. *A construção da ordem – A elite política imperial*. Brasília, UnB, 1981.

¹⁴ WEFFORT, F. C. *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo, Ática, 2006. p. 168.

européus, em especial Portugal e Inglaterra. As revoltas internas – mais intensas durante o período regencial e de cunho popular em sua maioria – fizeram com que as atuações políticas na América do Sul fossem apagadas. A tardia República do Brasil não encontraria sincronia com os vizinhos sul-americanos, que viviam um período de crise econômica e de conflitos territoriais.

Destacando somente as mudanças significativas da história brasileira, Carvalho (2001, p. 89) considera a Revolução de 30 como um “marco divisório” na transição da Velha República (conservadora, agrária e desafeta a mudanças) para uma República industrial (renovada, liberal e com maior participação civil no processo de construção nacional). Carvalho (2001, p. 96) mostra ainda que os militares possuíam grandes diferenças ideológicas com as elites rurais:

O Exército em 1889, e mais ainda em 1930, não era um aliado das oligarquias. Neste ponto, o Exército brasileiro era diferente de quase todos os outros da América Latina. Como a independência se fez sem guerra civil, não surgiram no Brasil os caudilhos militares ligados à grande propriedade da terra.

Após um grande período de populismo vivido na política brasileira, tem-se o despertar repressivo da ditadura militar em um momento no qual as reivindicações trabalhistas e de cunho socialista ganhavam força. É um evento comum à toda América Latina e que irá desenhar uma política internacional regional. A política externa no período militar resume-se ao alinhamento político com os Estados Unidos no período da guerra fria, existindo um contato muito esporso entre as nações sul-americanas. Trata-se de um período confuso para a população, limitada em seus direitos políticos e de expressão, porém vivendo um momento econômico nunca antes visto no país e com aumento dos direitos trabalhistas nas mais diversas áreas¹⁵.

Após 21 anos de ditadura e o despertar de uma nova estrutura mundial¹⁶, Fernando Collor de Melo torna-se o primeiro presidente eleito pelo voto popular em 1990, com uma imagem descrita por Carvalho (2001, p. 203):

¹⁵ É no período que surgem direitos universais como o acesso a saúde, aposentadoria e fundos de pensões através do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) criado em 1966, assimilando inclusive os trabalhadores rurais aos quais eram excluídos em período anterior.

¹⁶ Com o fim da guerra fria e a queda do muro de Berlim, a economia cria novos parâmetros para o seu desenvolvimento, que posteriormente foi designado neoliberalismo. Indiretamente, todos os países do mundo

Fernando Collor, embora vinculado às elites políticas mais tradicionais do país, apresentou-se como um messias salvador desvinculado dos vícios dos velhos políticos. Baseou sua campanha no combate aos políticos tradicionais e à corrupção do governo. Representou o papel de um campeão da moralidade e da renovação da política nacional. O uso eficiente da televisão foi um dos seus pontos fortes. Em um país com tantos analfabetos e semi-analfabetos, a televisão se tornou o meio mais poderoso de propaganda.

Porém rapidamente essa imagem viria a esmorecer, em um governo que ficaria ligado a medidas econômicas e políticas radicais e impopulares – cortes de gastos drásticos, redução da máquina corporativa estatal, retenção de gastos internos, etc. – que somados a uma falta de apoio no Congresso viriam dificultar seu governo. Dois anos e meio após sua posse, Collor era retirado de cena através do impedimento (Impeachment), manobra política legal que permite ao Congresso destituir o líder político máximo de um país contando com o apoio popular. O governo Collor, apesar de seus erros, vícios e mentiras servira ao Brasil como o máximo exemplo de manifestação política até o presente, ou seja, a condição de eleger e também de destituir seu governante¹⁷.

Na análise econômica internacional de seu governo, uma ressalva deve ser analisada com grande interesse, pois justamente em seu conflituoso governo o Brasil começou seu processo de abertura de mercado e de reformas para adequação ao neoliberalismo, atraindo investimentos externos, modernizando o parque industrial e as vendas de estatais onerosas ao governo. Fora o presidente responsável por assinar o acordo que criava o Mercosul em 1991¹⁸, com a perspectiva do crescimento da participação do Brasil no comércio regional e também da diversificação de exportações com o fim de evitar dependências com as grandes potências. Collor traz consigo o aspecto das relações liberais modernas empregadas nos governos posteriores, deixando a lição de seus vícios e erros a não serem repetidos.

A presidência fora assumida pelo vice direto de Collor, Itamar Franco, que poderia ser ilustrado como um governo sem grandes destaques não fosse a implementação de um novo

tiveram de se inserir nessa lógica ou permaneceriam excluídos do desenvolvimento econômico propagado pelos grandes centros financeiros.

¹⁷ Vale um destaque relevante a este trabalho, foi durante o governo Collor que se realizou a Eco-92 no Rio de Janeiro, valorizando então o debate sobre o meio ambiente.

¹⁸ Acordo redigido pelo Tratado de Assunção, em 26 de Março de 1991, criando assim uma união aduaneira entre seus países membros (no período, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Esse acordo seria ratificado em 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto de forma a reconhecer o acordo juridicamente e internacionalmente.

plano econômico de contenção da inflação chamado Plano Real, que viria a ser a base estável no qual estaria assentada a economia atual¹⁹. Dessa forma, com melhorias significativas na estabilidade econômica, aumento relativo do poder de compra e redução dos índices de miséria e analfabetismo, o ex-ministro da economia do governo Itamar (permaneceu no cargo até 30 de março de 1994, sendo sucedido por Rubens Ricupero), Fernando Henrique Cardoso seria eleito o próximo presidente.

Em 1994, o Brasil já desfrutava de um eficiente controle inflacionário e começava então a disputar com seus países vizinhos (principalmente os membros do recém formado Mercosul) em melhores condições, seja pelo parque industrial renovado no período Collor ou pelo poder de compra da forte moeda do Real, permitindo importar produtos sem grandes déficits devido ao câmbio favorável. Fernando Henrique baseando sua campanha no sucesso do Plano Real, já assume seu cargo tendo algumas condições básicas de seu plano de governo sedimentadas, focando-se nas discussões sobre a economia mundial e a inserção brasileira nesta. Como explica Vigevani, *et al* (2003, p. 34):

A consolidação de conceitos ou sua renovação não se pretendiam neutras. Incorporar o conceito de *global trader* significava que o Brasil tinha interesses globais, e assim poderia assumir posições e agendas diversificadas, buscando mercados e relações sem vincular-se a um único parceiro.

No período existia uma necessidade vital de atração de investimentos externos para fomentar o desenvolvimento do país e para tal fora necessário a criação de políticas de liberalização da economia brasileira. Dessa forma, uma política de corte de gastos, desestatização de empresas e a criação de metas de superávits primários criaram o cenário neoliberal exigido por investidores. Esse tipo de modernização causou vários problemas sociais que o governo procurava amenizar com programas nas áreas necessárias, tornando assim a sociedade diretamente vinculada ao centro do poder e causando um efeito inverso, o Estado deixava de intervir na economia mas ainda era o maior investidor e promotor de programas sociais.

Porém, da forma que se realizaram algumas dessas políticas para a modernização do Estado brasileiro são contestadas até o presente, seja no caso das privatizações ou na forma de

¹⁹ Foi durante o governo de Itamar Franco em 1993 que se realizaram os primeiros movimentos para a implementação do SIVAM. Este assunto será tratado adiante no capítulo com enfoque na Amazônia.

atração de investimentos. Segundo jornais como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, o Globo e outros, diversas falhas foram apontadas nos períodos em que eram privatizadas grandes empresas estatais brasileiras. Segundo o governo federal, o Brasil arrecadou 85 bilhões de reais no período de 1991 a 1998 com as privatizações. Por outro lado, devido a preços subvalorizados, deixou de ganhar no mesmo período 87 bilhões de reais, além de vender a maior parte dessas empresas para grupos estrangeiros. Além de ter boa parte desses lucros remetidos ao exterior sem investimento interno no país, algumas empresas de setores estratégicos como telecomunicações e energia estão sob controle de grupos estrangeiros.

Somado a isso, temos a grande invasão de produtos importados no período, devido a uma moeda interna equivalente ao dólar no período do primeiro governo FHC, aumentando o déficit da balança comercial brasileira. Dessa forma, no intervalo de 1994 a 1998 temos um grande número de empresas que declaram falência ou realizam demissões massivas para manter o funcionamento²⁰. Como não bastasse, grande montante financeiro que adentrou no país viria na forma de especulação, devido aos altíssimos juros impostos pelo governo brasileiro e a venda de títulos da dívida pública em condições muito favoráveis para instituições financeiras, transnacionais e grandes empresas. O aumento do PIB do Brasil de 1994 a 2000 cresceu apenas na média 2,9%, devido a inúmeros problemas externos²¹, mas foi suficiente para melhorar a economia brasileira.

A política externa toma novos rumos no período FHC (1994-2002), aumentando os laços de amizade entre os países da América do Sul, aproximando os blocos econômicos – como será discutido adiante – e também os moldes básicos da discussão de uma união sul-americana. Entre esses eventos, há de se notar uma forte aproximação com o Peru no período do governo Fujimori, que viria a se tornar um comportamento repudiante do Brasil na política externa sul-americana.

Fujimori tornou-se popular principalmente por dois motivos no Peru, controlar a economia caótica da década anterior e desestruturar a organização terrorista Sendero Luminoso, como será discutido mais adiante. Contando com essa popularidade e também com o apoio de outros países da região (entre estes o Brasil) tentou se perpetuar no poder em uma posse de 3º mandato irregular²². A única explicação plausível a posição de Fernando Henrique

²⁰ Segundo relatório elaborado pela Bovespa em Junho de 2000, no período de 1994 a 1999 houve uma redução constante no intervalo da ordem de 7% ao ano, o que iria gerar um encolhimento econômico brasileiro e uma queda no quadro mundial de empresas listadas por países, caindo do 10º para o 13º lugar.

²¹ Crises como a do México em 1998 e a da Rússia em 1999 atrapalharam o desenvolvimento econômico global, deixando mais vulnerável os países em desenvolvimento como o Brasil. No ano de 1999, o crescimento do PIB foi de apenas 0,8%, devido ao encolhimento financeiro mundial para investimento externo.

²² Como pode ser visto com detalhes em Amayo (2001/2002), pag. 143-158.

favorável a Fujimori seria contrariar a posição dos Estados Unidos nesse assunto e também poder contar depois com o apoio irrestrito do governo peruano em projetos comuns que já se desenhavam entre o Brasil e o Peru. Amayo (2001/2002) acrescenta ainda o interesse nas matrizes energéticas abundantes presentes em solo peruano a qual o Brasil se beneficiaria para a expansão de seu parque industrial.

A imagem internacional do presidente Fernando Henrique ficou comprometida na América do Sul, principalmente frente a mudança política que estava por vir. Diversos governos de forte apelo popular apareceram, como Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador, trazendo nova frente de diálogo que seria complicada na linha conservadora representada por FHC. Dessa forma, a posse do presidente Lula, político historicamente vinculado a esquerda, traz uma nova possibilidade de aproximação com os países da CAN. A partir desse ponto (e levando em conta que a sociedade civil peruana se mobilizou junto ao candidato Alejandro Toledo, obrigando Fujimori a fugir do Peru em 13 de novembro de 2000), os assuntos políticos a serem discutidos tornam-se comuns e serão enfocados na relação direta com o Peru, portanto serão explorados em capítulo a parte.

1.1.2 Peru

A história do Peru a ser considerada nesse trabalho levará em conta os territórios que receberam seu nome englobando o período posterior à chegada de Colombo na América. Não é possível deixar de citar a importância dos povos nativos dessa região, em especial os Incas, por se tratar não somente de indígenas que habitavam a região há séculos, mas também pelo alto desenvolvimento social, cultural e econômico desse povo. A importância dessa civilização antiga revela-se na própria cultura européia dos séculos XVII a XX²³. No trabalho nos focaremos no período pós colonização européia.

A chegada da Espanha ao território Inca traz consigo a cobiça européia por metais preciosos, ao qual o povo nativo possuía em abundância. Em 1535, após a morte do último Inca, os espanhóis se apossaram de Cuzco e em 18 de Janeiro de 1535 era fundada a cidade de Lima, que viria a ser a capital do Vice Reino do Peru. Nesse primeiro momento da colonização espanhola irá surgir a encomienda²⁴ e posteriormente a mita²⁵ será reempregada de forma deturpada. Essas leis aliada a expulsão dos indígenas das terras irão aumentar ainda mais a revolta contra os espanhóis.

Logo em seguida a isto foram encontradas as minas de mercúrio de Huancavelica e de prata de Potosí que viriam a ser a grande fonte de exploração espanhola na região durante os séculos XVI e XVII. A grande discordância entre os criollos²⁶ e os peninsulares provavelmente era o enfoque das políticas realizadas no vice-reinado. Apesar de pertencer a famílias tradicionais em sua maioria, os criollos sentiam-se mais americanos do que europeus e exigiam melhorias na colônia, enquanto os espanhóis limitavam-se a deixá-la funcional. A separação do vice-reinado peruano dos vice-reinos de Nova Granada (1717) e do Rio da Prata

²³ “O Estado Inca desenvolveu-se em termos econômicos graças à agricultura intensiva, porém era subdesenvolvido em termos militares. A técnica agrícola ali adotada, com uso intenso de adubo natural formado com excrementos de aves marinhas, conhecido como guano, foi incorporada pela Europa e generalizado pelo mundo depois da década de 1830, sendo essencial para explicar o formidável progresso da agricultura capitalista mundial na segunda metade do século XIX. Para muitos investigadores, os produtos agrícolas dessa sociedade que foram incorporados à dieta européia explicam mudanças essenciais no mapa demográfico da Europa, criando ali realidades políticas e econômicas novas.” (Amayo, p. 69).

²⁴ Encomienda: Troca de serviços ou bens entre pessoas. No caso das colônias espanholas, são territórios com população entregue aos espanhóis, onde os habitantes indígenas dessas “Encomiendas” tinham que trabalhar obrigatoriamente para o “Encomendero”. Um eufemismo para o termo escravidão (não permitida pela igreja, a não ser aos negros) no qual em troca de seus serviços o empregador lhe pagava com a catequese.

²⁵ Mita: Em quechua, significa turno de trabalho. No período inca, verdadeiros mutirões eram realizados para o desenvolvimento das cidades, como estradas, pontes, templos, etc. Na colônia espanhola, esses mutirões foram explorados ao máximo para a exploração de riquezas minerais para a metrópole, causando dessa forma centenas de milhares de mortes de nativos.

²⁶ Criollo: Filhos de pais espanhóis que nasceram na América. Da definição presente na Enciclopédia Britannica, descendente americano de europeus em territórios que foram da Espanha. Disponível em: www.britannica.com. Acesso em 18/11/2009.

(1776) só iria agravar a situação local, diminuindo a arrecadação de tarifas e diversificando a importância política ao longo de outras cidades da América espanhola.

Em 28 de julho de 1821, o general argentino José de San Martín proclama a independência da República do Peru, porém somente em 9 de Dezembro de 1824 Simón Bolívar conseguiu expulsar em definitivo as forças reais espanholas depois da batalha de Ayacucho. Esse primeiro momento da República irá se mostrar conflituoso por Bolívar separar o território do Alto Peru (vindo a se tornar a Bolívia) e de Guayaquil, além de não reconhecer a propriedade dos nativos de seus territórios históricos (“comunidades indígenas” no Peru). Somado a isso, permitiu uma enorme fuga de recursos financeiros do país ao permitir o envio de riquezas diversas das famílias mais abastadas do Peru à Espanha.

A primeira década de existência peruana na política internacional foi marcada pela disputa territorial e pelos conflitos com os países que se formavam a seu redor, principalmente com Bolívia (principalmente depois da Confederação Andina, pós-1836) e Colômbia (disputa por Guayaquil, gerando um conflito em 1828 e um ano depois o tratado Larrea-Gual). A Confederação Andina (1836-1839) foi um governo conjunto entre Bolívia e Peru visando o desenvolvimento da região, criando códigos civis e penais, regras para o comércio e a alfândega, além da distribuição de terras para os nativos andinos desenvolverem a agricultura estagnada. A confederação foi desarticulada pelo Chile junto com forças peruanas chamadas “restauradoras” na Batalha de Yungay em 20 de Janeiro de 1839.

Na segunda metade do século XIX, o Peru viria descobrir outras duas poderosas riquezas em seu território fértil, o guano e o salitre. Antes do surgimento destes, a base da economia peruana (considerando o período colonial) eram as minas de prata, ouro e mercúrio, além da alfândega. No auge da exploração do guano²⁷, a arrecadação monetária do governo saltou dos cerca de cinco milhões de dólares em 1827 para algo em torno de 24 milhões de dólares em 1860, onde esse montante último representa somente o valor das exportações de guano, sem contar as outras fontes de arrecadação como o próprio salitre do qual o Peru possuía quase que o monopólio natural mundial.

O salitre, composto básico para a produção de pólvora para as armas de fogo, possuía grande mercado na Europa e EUA principalmente, pois também era utilizado como fertilizante. A grande ascensão no negócio de salitre mundial coincide com o declínio do preço do guano, seguindo o mesmo caminho básico no tratamento do governo por esse produto de tal forma que a Lei de 28 de Maio de 1873 (ampliada em 1878) criava o

²⁷ Deve-se destacar o fato de que o guano era um produto estatal em sua origem, portanto todos os lucros e investimentos relacionados com tal produto eram de responsabilidade do governo peruano.

Monopólio Estatal do salitre no Peru, gerando grande riqueza ao governo peruano, onde o Peru era o responsável pela maior produção mundial de salitre e de fertilizantes naturais²⁸.

Devido ao monopólio estatal sobre o guano e do salitre, não existiram grandes investimentos do capital privado no desenvolvimento de indústrias ou na diversificação da produção interna peruana. Essa economia baseada em poucos produtos gera uma forte dependência do mercado externo, como a influência na venda do produto e as oscilações de seu preço, a necessidade de compra de suprimentos essenciais para a sociedade (gerando um déficit econômico), corrupção (principalmente ao se tratar de uma mercadoria controlada exclusivamente pelo Estado e sem controle efetivo da sociedade), entre outros.

A grande valorização desses produtos viria despertar interesse de outros países, entre eles o Chile que iniciaria a Guerra do Pacífico, inicialmente contra a Bolívia em 11 de Fevereiro de 1879 e em 05 de Abril de 1879 com o Peru²⁹. Com a vitória chilena, a Bolívia perdia sua saída para o Oceano Pacífico e o Peru importantes reservas de guano, salitre e cobre, na sua maioria localizados no deserto de Atacama no Departamento (Estado) de Tarapacá e das Províncias (prefeituras) de Arica e Tacna por 10 anos³⁰.

A importância da perda desse território peruano para o Chile reflete-se na economia de ambos países, enquanto o Chile demonstrava grandes avanços econômicos³¹ o Peru mergulhava em sua maior crise financeira de todos os tempos. Além disso, o grande período de ocupação da capital Lima auxiliou para uma crise política e econômica, além da inestimável perda de bens científicos e culturais³². Felizmente um novo ciclo econômico irá surgir no momento de crise da economia peruana; entre 1882 e 1912 foi a era de ouro da exploração de borracha na Amazônia peruana, período que coincide com as disputas territoriais e problemas fronteiriços de Bolívia e Brasil.

Um dos indícios da crise econômica peruana é que em 1930 é abolida a libra peruana e adotado o sol de ouro, dando indícios de desvalorização monetária tanto pela diminuição de

²⁸ Maiores detalhes podem ser vistos em: AMAYO ZEVALLOS, E. Europa-occidental-USA y la estructura de clases y del estado en Argentina, Chile y Peru: siglo XIX. SOCIALISMO Y PARTICIPACIÓN número 45; Marzo de 1989; páginas 39-54.

²⁹ Bolívia e Peru haviam firmado um tratado de defesa secreto em 1873. Quando o Chile declara guerra a Bolívia, o governo peruano tenta uma solução diplomática com os chilenos que fracassa, posteriormente o Chile descobre tal tratado e resolve declarar guerra a ambos países. Fonte: www.wikipedia.org. Versão em Espanhol redigida no Chile. Acesso: 12/03/2009.

³⁰ Tratado de Ancón, de 20 de Outubro de 1883.

³¹ O salitre se tornaria a maior fonte de riqueza do Chile até a descoberta do salitre sintético pelos alemães na primeira guerra mundial. Fonte: www.wikipedia.org. Acesso: 12/03/2009.

³² As perdas humanas, materiais e culturais da cidade de Lima dificultaram a reestruturação do país, além da perda dos recursos naturais para o Chile a indústria açucareira fora totalmente destruída e a biblioteca nacional saqueada. Nesse momento a política será plenamente ocupada pelo Partido Civil até 1919, primeiro em resposta aos vários governos militares frustrados anteriores e em segundo lugar pela necessidade de paz após uma série de conflitos e a exigência imediata de reconstrução do país (Pease, p. 145).

exportações dos produtores de açúcar como também pela queda financeira mundial pós 1929. No período de 1930-1960, os principais produtos peruanos eram o algodão, o açúcar, minérios, petróleo, farinha de peixe, serviços urbanos e manufaturas, em grande parte coincidindo com uma política de substituição de importações implantada pelo governo³³. Com a crise do setor açucareiro nos anos 60 começa a se desenvolver a pesca no Peru, dessa vez baseada em médias empresas com o apoio financeiro dos bancos e sem interferência estatal.

A realidade política peruana irá viver essa oscilação entre civis e militares no poder durante um longo tempo, cessando por volta de 1980. A situação conflitiva no Peru, presente desde 1930, ficava mais intensa por inúmeras razões e o empobrecimento da população levaria a um confronto interno de graves conseqüências, criando uma terrível sombra a ofuscar a volta da democracia, o Sendero Luminoso³⁴. Além deste, outras guerrilhas seriam formadas nesse período, como o MRTA³⁵ (Movimento Revolucionário Tupac Amaru) e o grupo paramilitar Rodrigo Franco³⁶.

O efetivo combate a esses movimentos só seria realizado no governo de Alberto Fujimori (1990-2000), eleito com forte apelo populista, devido as suas promessas de reformular a economia caótica do país e combater a violência reinante. Posteriormente seu governo ficaria marcado por um abalo nas estruturas democráticas quando em seu primeiro mandato, na necessidade de promover reformas econômicas e não possuindo maioria no apoio do Congresso Nacional decidiu, em Abril de 1992, dissolver o mesmo, suspender a Constituição e instaurar um governo emergencial. A obrigação de combate ligada diretamente à figura austera de Fujimori, criaram o sustentáculo popular de seu governo ditatorial.

³³ Maiores detalhes, consultar: Bethell, L. ed. *Historia de América Latina*. Ob. cit.

³⁴ Inspirado no movimento comunista chinês da década de 1960, o Sendero Luminoso tem suas origens em movimentos políticos esquerdistas contestadores aos governos ora militares repressores, ora civis corruptos, em busca de reforma agrária e distribuição igualitária de recursos. Na década de 1980, o movimento revolucionário torna-se um braço armado em luta contra o governo instituído, tentando criar apoio popular na zona rural para o combate contra o Estado peruano. Posteriormente contaria com o financiamento do tráfico de drogas (em especial a produção de coca nos Andes) para manter sua luta contra o exército. Com a prisão de seu líder, Abimael Guzmán Reynoso em 1992, o Sendero Luminoso é desarticulado e interrompe o ciclo de violência que reinou no Peru por 12 anos. Fonte: www.wikipedia.org. Acesso: 20/03/2009.

³⁵ Tem suas raízes em 1976, quando Leonidas Rodríguez Figueroa funda o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a posterior radicalização dessa frente política. Depois de diversas tentativas frustradas de assumir o poder pelo processo eleitoral, cria-se a Frente Revolucionaria de Ação Socialista (FRAS) que em 1 de Março de 1982 se transformaria no Movimento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA), que começaria suas ações em 1984, como ataques a militares e expropriações bancárias. Em 1997, após a tomada da embaixada do Japão, os principais membros do grupo foram mortos e o grupo foi desarticulado. Fonte: www.wikipedia.org. Acesso: 20/03/2009.

³⁶ Grupo paramilitar de origem no primeiro governo de Alan García (1985-1990). Seu nome vem de um funcionário público que denunciou corrupção no governo e foi executado. Responsável por diversos assassinatos nas mais diversas esferas de poder, incluindo terroristas, políticos, sindicalistas e outros. Fonte: www.wikipedia.org. Acesso: 20/03/2009.

O sucesso nas suas metas foi visualizado rapidamente, principalmente no combate ao terrorismo, quando em Setembro de 1992 Abimael Guzmán³⁷ foi capturado e a estrutura do Sendero Luminoso desmantelada. Na esfera econômica, os resultados também eram animadores, como pode está relatado em Pinto (2004, p.45):

Esta combinação de fatores atraiu capitais produtivos estrangeiros e incentivou a produção interna. No período de 1993 a 1997, o PIB peruano cresceu significativamente (41,1%) e a economia do país passou por um aquecimento acompanhado pela redução da inflação (de 7650% no ano de 1990, para 15% no ano de 1994).

Essa posição privilegiada frente os grandes desafios garantiram a reeleição de Fujimori em 1995, porém as novas metas (desemprego, demandas sociais, qualidade de vida) exigiam atenção redobrada em um país defasado e em conflito. Com as inúmeras crises econômicas internacionais, esses projetos foram comprometidos, que somados às denúncias de corrupção, fizeram com que Fujimori fugisse do Peru e após um pequeno governo transitório a democracia foi restabelecida³⁸. Em 28 de Julho de 2001 ocorreram eleições que iriam eleger Alejandro Toledo Manrique que, apesar de restituir os direitos civis ignorados por Fujimori, seguiu os passos desse na esfera econômica, em busca de uma expansão da economia peruana e uma maior inserção no mercado neoliberal.

³⁷ Manuel Rubén Abimael Guzmán Reynoso foi o líder do grupo Sendero Luminoso desde seu surgimento no cenário da luta armada. Também conhecido como Presidente Gonzalo, Guzmán foi condenado em Outubro de 2006 a prisão perpétua por terrorismo contra o Estado. A ironia do destino fez com que Fujimori, após ser indiciado por corrupção e outros crimes contra o povo peruano, fosse encarcerado na mesma prisão que Guzmán e posteriormente contaria também com a presença de Montesinos, chefe do Sistema de Inteligência Nacional do Peru no período em que governou Fujimori. Montesinos contava com poderes ilimitados no governo Fujimori e de certa forma, conhecia os desvios e falhas do governo, de forma que sua prisão tornou-se parte fundamental para uma investigação do governo Fujimori. Maiores detalhes, consultar: Amayo, Enrique. Depois de Montesinos, Fujimori: uma visão desde o Brasil. In: Cenários 3/4, Ob. cit.

³⁸ Como descrito anterior sobre o caso Montesinos, ocorrido no ano 2000. Montesinos e Fujimori foram acusados e condenados por diversos crimes como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e armamentos, enriquecimento ilícito, corrupção, tortura, fraude, extorsão e assassinato. Maiores detalhes em Amayo (2001/2002). Alberto Fujimori foi condenado em 7 de abril de 2009 a 25 anos de prisão por crimes como roubo de patrimônio público, homicídio qualificado, seqüestro e mais 7 anos em 20 de Julho de 2009 por apropriação de fundos e falsidade ideológica. Montesinos foi condenado por cumplicidade e também por tráfico de armas e foi condenado em 21 de Setembro de 2006 a 20 anos de prisão e enfrentará mais oito processos em aguardo na justiça peruana.

1.2 Relações Brasil-Peru (2003 e 2008)

O Brasil ao longo de sua história criou um eixo político muito centrado em suas relações com a Europa nos períodos colonial e imperial e com os Estados Unidos no século XX em detrimento aos seus vizinhos subcontinentais como relata Ayerbe (2000). E para isso vale-se uma explicação presente no processo de independência desses países, quando as ex-colônias espanholas seguiram os ideais da Revolução Francesa e proclamaram suas Repúblicas e o Brasil mantinha-se conservador e tornava-se um império segundo Carvalho (2001). A imagem da nação brasileira pelos seus vizinhos era do continuísmo da velha ordem europeia e dessa forma as relações diplomáticas ficaram abaladas.

Existe uma mudança de pensamento na política internacional do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luis Inácio Lula da Silva. Onde o primeiro mantinha um maior direcionamento e buscava apoio dos Estados Unidos buscando se firmar como líder na América do Sul, o segundo preferiu diversificar as relações internacionais e as exportações com o benefício de encontrar um cenário político regional favorável às suas ideologias originais. Como pode ser visto em trabalho de Borges (2007), a política externa atual segue em um aprofundamento das relações regionais, inclusive na área econômica, onde o Brasil exporta massivamente produtos manufaturados em sua grande maioria, transformando-se em um pólo tecnológico regional. Por possuir o maior e mais diversificado pólo industrial da região, existe um grande interesse do Brasil em se inserir nesses mercados e em troca haveria um grande acréscimo em matérias primas e recursos energéticos.

A fraca infra-estrutura também se mostra um empecilho para o desenvolvimento regional da América do Sul e para a sua unificação. Não bastassem as limitações naturais presentes na América do Sul, a carência de investimentos na sua infra-estrutura para exportação (sem grande inserção no continente) deixaram uma defasagem enorme no interior do subcontinente, impedindo assim a conexão entre os países e o desenvolvimento das regiões mais interioranas.

Em 25 de Agosto de 2003, os presidentes do Brasil e do Peru assinavam em Lima um documento que visava o estreitamento entre os dois países, denominado Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica³⁹. Esse fora o sinal de aproximação do

³⁹ Memorando promulgado em Abril de 2006 pelo Decreto N° 5752. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_peru_146_5133.htm

Brasil com seus vizinhos andinos em décadas, excetuando a resolução de conflitos fronteiriços e a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978. Esse memorando, além de desenvolvimentos nas áreas de saúde, educação, energia, desenvolvimento social e cooperação técnica, um dos principais enfoques dessa parceria está firmada no monitoramento e proteção da região amazônica.

A parceria entre os países envolve o projeto SIPAM/SIVAM, para monitoramento e proteção da Amazônia brasileira quando de sua criação porém, possuindo captação de imagens além de suas fronteiras exige um compartilhamento de dados com os países vizinhos detentores também da Amazônia. O memorando assinado com o Peru tem em vista essa prerrogativa, possibilitando uma integração entre as áreas de defesa das duas nações em um objetivo comum⁴⁰. Esse sistema de vigilância poderá ser útil para uma melhor análise sobre exploração sustentável, aumentando a fiscalização da floresta e também da problemática região fronteiriça dos países. Além disso a construção da rodovia transoceânica, ligando as rodovias brasileiras e peruanas e conectando assim a bacia amazônica ao Oceano Pacífico foi outra meta estabelecida.

Apesar da busca de envolvimento de países vizinhos, a falta de investimento para a ampliação do projeto SIPAM/SIVAM atrasa tais acordos estabelecidos. O citado acordo fora firmado em 2003, mas somente em 2007 começam alguns trabalhos e em 2008 as discussões para a elaboração conjunta de um software livre para a vigilância da Amazônia. A dificuldade de consenso político no Peru no ano de 2003 também serve para atrasar essas inovações a serem partilhadas com o Brasil tornando o processo ainda mais lento.

Em contraponto, a situação política no Peru começa a se estabilizar nesse período, após diversos eventos conflituosos recentes⁴¹ e a herança do governo anti-democrático de Fujimori. Como relata Herz (2004, p. 9)⁴²:

A fragilidade institucional dos Estados na região é uma preocupação geoestratégica fundamental para o governo brasileiro, considerando-se o interesse em aprofundar os três eixos de desenvolvimento: o amazônico, o transoceânico e o interoceânico, além da necessidade de lidar com o fluxo de atividades criminosas transnacionais na região fronteiriça. O Peru, em particular, tem um papel crucial na abertura do comércio com o Pacífico.

⁴⁰ Maiores detalhes sobre o memorando e sobre o projeto SIVAM, consultar: www.sipam.gov.br

⁴¹ Vale citar alguns deles, como o conflito fronteiriço com o Equador em 1995 ou a epidemia de cólera em 1991, além dos conflitos armados.

⁴² HERZ, M. Política e Relações Internacionais do Peru. In: Heloisa Vilhena de Araújo. (Org.). Os Países da Comunidade Andina. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 2, p. 9-26.

Dessa forma, trata-se de melhorarmos o conhecimento da realidade e da história política de países como o Peru, além de intensificar o fluxo de conhecimento mútuo.

A dificuldade para a construção de um foro de discussão sobre políticas comuns à América do Sul mostra-se reflexo direto da ausência ou da recente constituição de direitos civis nesses países que viveram até pouca data ditaduras militares. As especificidades de cada nação dificultam um consenso, porém as estruturas políticas e as relutâncias em conceder benefícios comuns acabam por frear as discussões sobre uma união sul americana. Além disso, interesses particulares de cada nação e um receio coletivo de ficar sob o domínio de um potencial país sub-hegemônico – no caso o Brasil – criam entraves e buscam a abertura de uma discussão em nível horizontal de todas as nações, como dito por Baumann (2001).

Nesse quesito, a importância de Brasil e Peru é crucial, pois são os grandes organizadores e líderes de seus respectivos blocos econômicos, possuem uma relação diplomática aprazível entre si e já mantém diversos acordos de cooperação de desenvolvimento e defesa. Vale o destaque para alguns acordos bilaterais realizados no período de estudo, como o Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de proteção e vigilância da Amazônia (25/08/2003), a Declaração sobre integração física e conservação do meio ambiente (21/01/2006) e o Memorando de entendimento para a promoção do comércio e investimento (17/02/2006)⁴³. Cada qual possui uma grande importância no aprofundamento das relações Brasil-Peru e podem auxiliar uma aproximação dos blocos econômicos.

Existe uma maior ligação nas relações bilaterais entre Brasil e Peru sem a discussão envolver outros países, tanto da CAN como do Mercosul. A dificuldade de diálogo entre os diversos países e as restrições exigidas por cada um destes atrapalham o avanço em políticas comuns e a abertura econômica em toda a América do Sul. Acordos bilaterais são elaborados para tópicos limitados e possuem maior facilidade para implementação, porém podem ser uma barreira ao se pensar na construção da Unasul.

A elaboração desses e de outros acordos mostram a importância dada por ambos os países no processo de aproximação não só entre ambos, mas na tentativa de aproximar os blocos regionais aos quais pertencem e a estruturação da União das Nações Sul-americanas – Unasul, como será discutido posteriormente. O primeiro memorando citado traça o acordo de cooperação sobre informação e vigilância da região amazônica com o auxílio do SIVAM,

⁴³ Extraído do site do Ministério das Relações Exteriores, disponível em: www.mre.gov.br.

compartilhando não somente informação, mas também a tecnologia necessária para tal monitoramento e criando um compartilhamento de capital tecnológico que irá auxiliar a reduzir as diferenças produtivas entre os países.

A declaração sobre integração física e conservação do meio ambiente trata da confirmação dos interesses econômicos comuns de Brasil e Peru, estabelecendo uma conexão direta entre os oceanos Atlântico e Pacífico, eixo de ligação fundamental para o desenvolvimento da América do Sul. O presente documento regulamenta a conexão e ampliação de obras de infra-estrutura da região amazônica fronteiriça visando superar os obstáculos naturais da região, porém com a devida proteção ambiental necessária. Tal intento irá gerar benefícios em diversos segmentos, diretamente na economia com a facilitação das exportações, aumento do turismo regional, desenvolvimento para áreas de baixa renda, geração de empregos, intercâmbio tecnológico e cultural.

O segundo memorando citado trata diretamente das relações econômicas entre os países, na busca não somente de uma aproximação, mas também de uma inserção e amálgama entre Brasil e Peru. Existe uma grande preocupação no presente documento com a tentativa de equilíbrio econômico comercial, de forma a nivelar a balança comercial dos dois países, além da busca de desenvolvimento comum da região. Um dos tópicos desenvolvidos nesse memorando seria em relação aos recursos naturais e tecnológicos de cada país, para a elaboração de um plano de compartilhamento comum de tecnologias e mercadorias no intuito de acelerar o desenvolvimento dos países. Esse tipo de planejamento poderá ser usado futuramente como uma meta comum à América do Sul, criando uma rede de solidariedade que auxiliaria no processo de evolução material de todo subcontinente.

Existem poucos documentos, estudos ou mesmo notícias sobre o progresso desses tratados, porém há de se notar o não cumprimento em boa parte destes por ambos os lados. Após a assinatura dos termos, o desenvolvimento das parcerias, trocas tecnológicas e auxílio mútuo na fiscalização dos territórios amazônicos envolvidos não se efetuam como pode ser notado na parceria de troca tecnológica do SIPAM/SIVAM, até o ano de 2008 a vigilância por radar ainda não era analisada e partilhada com o Peru. Nos últimos anos houve um maior investimento e interesse de Brasil e Peru nessas áreas habitadas da floresta, mas ainda muito distante do necessário para a preservação e exploração sustentável, baseado principalmente em parcerias com ONGs. Outro problema é o investimento de cada país sem articulação (como formação de cooperativas para produtos específicos, associações de grupos indígenas fronteiriços, uma força militar conjunta para vigilância e proteção e outros), onde poderia

haver progressos tanto na melhoria da vigilância e preservação assim como em uma integração regional das comunidades locais.

Outro conflito no acordo bilateral para cooperação da proteção e vigilância da Amazônia citado está diretamente ligado ao baixo investimento na região, trazendo como consequência a não criação de novos empregos ou de intercâmbio tecnológico. Existem poucas empresas e universidades na região amazônica, pois está distante dos grandes centros urbanos dos dois países, a exceção das cidades de Manaus no Brasil e Iquitos no Peru.

No segundo memorando sobre integração física e conservação do meio ambiente o grande impasse encontra-se justamente nos primórdios da idealização de integração regional, seja na queda de barreiras alfandegárias como no transito de pessoas e transferência de tecnologias entre todos os países envolvidos. Essas diferenças tecnológicas podem gerar grandes impactos aos países menos desenvolvidos, como neste caso é o Peru. Para evitar uma invasão de produtos externos – e como consequência o fechamento das indústrias incapazes de concorrer com produtos melhores e mais baratos – criam-se restrições sobre uma série de produtos aos quais os impostos de importação são mantidos, o que vai totalmente contra o projeto de livre comércio regional, parte da integração.

A solução para esse problema seria tornar todos os países envolvidos no bloco competitivos entre si a partir dos produtos onde possuem vantagens comparativas, o que permitiria a concorrência entre esses possível sem causar a quebra de todo o parque industrial de uma nação. Porém a equivalência de tecnologia exige grande investimento e sacrifício dos países mais desenvolvidos em detrimento da melhoria dos outros presentes na região. Quanto aos recursos naturais, o Brasil poderá se beneficiar com a grande quantidade disponível em toda América do Sul, em particular o Peru é grande produtor de minérios além de fosfatos e pescado. Em contrapartida o Peru poderá dispor dos produtos manufaturados, alimentos e produtos químicos que disponibiliza o Brasil. Na relação das maiores produções de produtos primários de Brasil e Peru, segue-se a tabela abaixo:

Brasil (em ton.)	Peru (em ton.)
Cereais – 55.000.000	Zinco – 1.200.000
Frutas – 36.000.000	Cobre – 1.000.000
Açúcar – 28.100.000	Chumbo – 319.000
Carne – 20.000.000	Ferro – 42.000
Arroz – 7.800.000	Prata – 3.200
Café – 1.900.000	Ouro – 208

Tabela 01: Principais produtos exportados por Brasil e Peru em volume.

Fonte: The Economist: Pocket World in Figures, 2008 edition

É interessante notar as características dos itens de cada país, o que identifica as diferenciações geográficas entre eles. Enquanto o Peru demonstra grandes reservas de minérios, derivados das formações rochosas da Cordilheira dos Andes, o Brasil demonstra seu potencial de produção alimentícia advindo da grande extensão territorial de planícies propícias ao cultivo. De forma estratégica, pode-se observar esses países como complementares, cada qual suprindo as carências do outro em diferentes áreas, tendo-se assim um fator positivo para a conceituação do que almeja a Unasul.

Impasses políticos na América do Sul ainda atrapalham no desenvolvimento de políticas comuns para o desenvolvimento da Amazônia, principalmente ao se envolver conflitos históricos e territoriais. Na esfera econômica, vale destacar que o Peru foi eleito pelo jornal The Economist como o 6º país em crescimento porcentual do PIB no mundo no ano de 2008 (9,84%), atingindo os US\$ 249,5 bilhões⁴⁴ e ainda segundo o Banco Mundial é o 5º país com maior crescimento exportador. Os números do Brasil são bem mais modestos, com um crescimento de 5,1% em 2008⁴⁵, atingindo a cifra de pouco mais de US\$ 2 trilhões⁴⁶.

Os investimentos brasileiros em solo peruano chegaram a US\$ 2 bilhões no ano de 2008, apesar do pouco investimento peruano no Brasil. Essa situação demonstra a diferença de capital presente entre os países do subcontinente. O intercâmbio comercial Brasil-Peru pulou de US\$ 724 milhões em 2003 para US\$ 3,3 bilhões em 2008, mostrando grande interesse na parceria bilateral⁴⁷. Faz-se primordial o investimento em infra-estrutura para manter tal ritmo econômico e aumentar o envolvimento desses dois países pela integração sul-americana.

⁴⁴ CIA World Factbook 2008.

⁴⁵ Dados disponíveis no IBGE: www.ibge.gov.br.

⁴⁶ CIA World Factbook 2008.

⁴⁷ Dados obtidos por relatórios disponíveis no Ministério das Relações Exteriores: www.mre.gov.br.

1.3 Unasul

O conceito de união regional sempre é remetido a formulação da União Européia, partindo de sua origem com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 e resultando no bloco comercial e político que se observa atualmente. Cabe ressaltar uma concepção anterior de união regional, ao menos com relevância histórica que foi o período de independência da América Espanhola, manifestado no Congresso do Panamá em 1826. A maioria dos libertadores iniciaram o processo de independência sul-americano com a intenção de transformar toda América Espanhola em um único país. Tal intento não se concretizou por diversos fatores, entre eles por diferenças e interesses de oligarquias locais, conflito entre culturas nativas e grupos criollos intolerantes a essas tradições e até mesmo pelo longo tempo da guerra de libertação (de 1810 a 1828).

O conceito de união voltou a ter força no século XX, pelas dificuldades do pós guerra e a necessidade de concorrer no mercado mundial. Uma parceria econômica entre os países que hoje compõem o MERCOSUL já existia informalmente desde 1950, com participação crescente nas economias desses países. Porém, sob influência direta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e por interesses das principais nações capitalistas tal relação econômica passa a ser desestimulada, o que viria a enfraquecer o comércio regional na América do Sul bem antes do conceito de neoliberalismo. A volta de um comércio intra-regional só voltaria a foco com a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 com o Tratado de Montevideu⁴⁸.

As concepções cepalinas sobre integração regional traziam vícios de anos anteriores sobre desenvolvimentismo, alto nível de crescimento econômico mundial e principalmente a diferença no nível tecnológico entre os países envolvidos na ALALC, como pode ser observado em Furtado (2007) ao longo de todo seu trabalho. Somado a isso, o cenário político turbulento presente em toda América Latina dificultava qualquer conversação sobre interesses comuns e relações internacionais.

Os insucessos da ALALC em uma grande expansão intra-regional – não somente na economia, mas também na integração política e social – criaram novos paradigmas aos países da América Latina. Entre estes, o Chile é que possuía maior urgência em despertar essas relações econômicas, pois sua limitação territorial o impedia de expandir sua indústria. Desse

⁴⁸ Acordo firmado entre as Repúblicas da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela com a intenção de criar uma área de livre comércio entre estes.

intento viria a despertar o interesse na criação da Comunidade Andina de Nações em 1969, como novo esforço à integração e desenvolvimento comum regional.

A formação da CAN traz consigo fatores de interesse para uma união regional dos países que estão além da simples esfera econômica. A cultura andina possui raízes comuns entre os indígenas, que ao longo dos séculos acabou por influenciar os criollos e os futuros cidadãos dessas nações, de forma que a busca de objetivos semelhantes de desenvolvimento mostra-se mais facilmente aceitável. Mas as idéias desse período ambicionavam muito mais do que união econômica, como diz Furtado (2007, p. 370):

É de esperar, contudo, que a chamada “integração” econômica, hoje simples instrumento da política de desenvolvimento dos governos regionais, ponha em marcha um processo evolutivo das estruturas políticas, o que, por outro lado, corresponde a uma exigência das relações internacionais.

O conceito de desenvolvimento em geral nesse período era fortemente sustentado e financiado pelo Estado. Furtado (2007) demonstra em seu trabalho a sobrecarga do Estado para investimento em infra-estrutura, oriunda da substituição de capital privado internacional por uma política desenvolvimentista, principalmente com o fim da 2ª guerra mundial. Essa sobrecarga no setor levou ao progressivo sucateamento das estruturas presentes e estagnação da expansão dessa infra-estrutura, dificultando ainda mais o desenvolvimento regional da América do Sul.

Se por um lado a CAN trouxe benefícios a todos os países, na economia interna de cada um destes vemos a total falta de investimento e de melhoria social. Todos os países da América Latina possuem grandes centros urbanos onde se concentram a quase totalidade do parque industrial de cada nação, fora dessa esfera de influência da economia as diferenças pouco serão notadas se não existir redistribuição de renda e investimentos em áreas carentes. Esse foi um problema observado nos países andinos em geral, o que viria a aumentar o abismo social entre as zonas urbana e rural.

Os países sob influência do Oceano Atlântico só viriam a reavaliar uma formação regional de livre comércio após a década de 1990, sob o direcionamento do fim da guerra fria e a mudança radical na política global, despontando no neoliberalismo. A base para a união de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai começa em 1985 com a Declaração de Iguazu, firmada entre os presidentes da Argentina (Raúl Alfonsín) e do Brasil (José Sarney), no primeiro intuito para intensificar o comércio entre os países. A superação das diferenças e disputas pela

hegemonia na América do Sul permitiram a Argentina e Brasil formularem o princípio básico para a criação do Mercosul. Esse processo ocorre no período de redemocratização de ambos países e era visto como um fortalecedor da democracia.

Em 1991 era assinado o Tratado de Assunção, que iria incluir Paraguai e Uruguai para formar o Mercado Comum do Sul. Mais uma vez, as diferenças tecnológicas e econômicas prejudicaram no avanço para uma área de livre comércio, implicando em protecionismos em diversos tipos de produtos com o intuito de proteger a indústria interna. Somado a isso, a falta de objetivos claros a serem trabalhados em conjunto entre os países do Mercosul visando a integração e melhoria da qualidade de vida tornaria toda a sistemática de funcionamento lenta e ineficiente no debate entre eles.

A partir de 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto⁴⁹, eram firmadas as bases jurídicas comuns do bloco, um avanço em relação às experiências anteriores. Nesse ponto, deve-se destacar outra falha de estratégia do Mercosul, pois a composição da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) do Mercosul construiu-se erroneamente para se pensar a integração e desenvolvimento social do bloco, pois a esfera política ficou subordinada ao Conselho do Mercado Comum, representado pelos ministros da Economia e Relações Exteriores de cada país. Não houve dessa forma superação dos conceitos nacionais de legitimidade e ainda submissão ao aspecto econômico diretamente, restringindo as discussões no âmbito político.

Esse esvaziamento do cenário político impediu a formulação de interesses comuns para o desenvolvimento social e político entre os países membros e mesmo no cenário econômico acabou por criar impasses, dificultando o processo de livre circulação de mercadorias e a derrubada das barreiras alfandegárias. Mariano (2002) analisa essa falha na constituição política do Mercosul, o que impediu uma maior evolução do mesmo.

Outro ponto negativo é em relação à divulgação ou envolvimento da sociedade civil com o movimento de formação de blocos em cada país. O desconhecimento dos avanços da integração tornam a pressão política muito forte em movimento contrário ao Mercosul. Levando-se em conta que o Estado seria somente o ponto de partida para tal processo e adiante o envolvimento direto da população seria primordial para a construção de espaço comum. Dessa feita, fica claro que a falta de conhecimento traz consigo a falta de apoio e dessa forma tal empreendimento, almejando algo mais do que somente a economia, não irá progredir.

⁴⁹ Disponível no site do Mercosul: www.mercosul.gov.br. Acesso em: 27/10/2008.

Aqui vale uma explicação sobre a divisão conceitual presente em trabalho de Mariano (2002), definindo dois tipos de integração possíveis para um grupo de países que buscam se unir. O comercial, que busca simplesmente estabelecer uma zona de livre comércio de mercadorias sem barreiras alfandegárias e com metas comuns visando o mercado internacional, ou então a integração política, que visa o desenvolvimento social comum entre os países, integrando assim também a população de todo o território abrangido. Tanto a CAN como o Mercosul possuíam somente a intenção de criar uma integração comercial, mas novos conceitos foram surgindo e agora a formulação de um novo bloco desperta algo além, tendo recebido o nome de União das Nações Sul-americanas, a Unasul.

Antes do desenvolvimento e avanço obtido recentemente, em 1995 houve uma primeira reunião de representantes do Mercosul e da Comunidade Andina para a primeira discussão sobre uma zona de livre comércio sul americana, que seria a Área de Livre Comércio das Américas (ALCSA). No período, o alinhamento político brasileiro ainda estava mais voltado a Washington do que à vizinhança, sendo um dos fatores para que este diálogo não lograsse êxito. Somente com a chegada de Lula ao poder e a mudança de direção política no Brasil e na América do Sul é que voltaria a discussão sobre integração do subcontinente.

Outro passo importante dado na direção de uma união sul americana foi a criação da IIRSA em Agosto de 2000 visando uma melhor interação entre os países, além de buscar melhorar o comércio, turismo e o desenvolvimento em todo subcontinente. Tal iniciativa foi realizada ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, o que demonstra uma progressão contínua ao longo de diversos governos na busca de uma melhor convivência regional, culminando no governo Lula e no conceito da Unasul.

De forma que, em 08 de Dezembro de 2004 era assinada a Declaração de Cuzco sobre a Unasul na cidade de Cuzco, Peru. Entre as diversas metas previstas pela carta inicial, vale citar:

La convicción de que el acceso a mejores niveles de vida de sus pueblos y la promoción del desarrollo económico, no puede reducirse sólo a políticas de crecimiento sostenido de la economía, sino comprender también estrategias que, junto con una conciencia ambiental responsable y el reconocimiento de asimetrías en el desarrollo de sus países, aseguren una más justa y equitativa distribución del ingreso, el acceso a la educación, la

cohesión y la inclusión social, así como la preservación del medio ambiente y la promoción del desarrollo sostenible.⁵⁰

A formalização da criação da Unasul foi realizada em Brasília no dia 30 de setembro de 2005, com a presença dos presidentes dos países membros e em 23 de maio de 2008 na mesma cidade fora assinado o Tratado Constitutivo. Ao contrário da Comunidade Andina ou do Mercosul, a Unasul possui metas muito mais ambiciosas do que a simples criação de uma zona de livre comércio, visando atingir uma forma de organização semelhante à União Européia, integrando não só economia, mas também cultura, etnias e sistema legal, como passaportes e leis. Alguns projetos como o Memorando elaborado entre Brasil e Peru em 2003 (citado anteriormente), a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia, criada em 1995 e tem sua origem no TCA) e outras parcerias em atividade podem ser importantes para traçar as linhas básicas de futuros tratados entre os países membros.

Além disso, a dificuldade para a criação de uma área comum no amplo espectro deve ser analisada pela conflituosa trajetória histórica, cultural, política e econômica presentes em todos os países da América do Sul. Tais conjecturas já estavam presentes nos blocos econômicos anteriores, porém estes eram somente tratados aduaneiros, limitados ao transporte de mercadorias e ainda com algum controle para proteção interna dos países. Se por um lado Brasil possui como antagonista a Argentina em uma rivalidade histórica pelo controle da região platina, o Peru possui algumas ressalvas com Chile na região andina, que não afetam a relação existente entre os membros da CAN.

Impasses políticos devem ser estudados e um termo comum deve ser colocado aos diversos países para uma liberalização completa do subcontinente. A criação da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) é um primeiro passo dado para uma discussão horizontal entre os países e a determinação de objetivos claros visando o desenvolvimento do bloco como um todo e a busca da diminuição das diferenças sociais e econômicas.

Um entendimento para a criação de uma área comum da América do Sul pode ser de vital importância para os interesses da preservação e exploração sustentável da Amazônia. Uma política comum para a região amazônica facilitaria a proteção desse importante recurso e dinamizaria o estudo do potencial desse ecossistema. Nesse caso, há de se valer da OTCA, entidade já regulamentada que possui o objetivo de proteger e preservar a Amazônia, como

⁵⁰ Retirado de: Declaración del Cusco sobre la Comunidad Sudamericana de Naciones III Cumbre Presidencial Sudamericana, disponível em: http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm. Acesso em: 14/11/2008.

será tratado adiante. Para isso, a participação de todos os países amazônicos é necessária em busca de integrar e desenvolver a região preservando sua riqueza natural. Em se tratando de Unasul, o envolvimento de todos os países do subcontinente mostra-se estratégico e benéfico, pois poderão compartilhar das benesses naturais.

Em termos econômicos, tal esforço busca uma melhor visibilidade e poder de negociação no mercado econômico mundial, onde essa união traria à tona um mercado consumidor de cerca de 360 milhões de pessoas e um PIB total de aproximadamente quatro trilhões de dólares⁵¹. Levando-se em conta a paridade de poder de compra, tal valor chega a pouco mais de quatro trilhões de dólares, um valor próximo ao do Japão, o que demonstra o poder econômico a ser alcançado para discutir políticas econômicas internacionais.

Para tanto, em Março de 2009 em Reunião Extraordinária da Unasul em Santiago no Chile, era criado o Conselho de Defesa Sul-Americano, com o objetivo inicial de aproximar os sistemas de defesa dos países membros, respeitando a soberania nacional e buscando soluções pacíficas para os conflitos. Para a concretização desse acordo comum faz-se necessário a distribuição de poder entre os Estados da região, evitando dessa forma uma hierarquização na Unasul que manteria o aspecto da desigualdade. Cria-se um impasse em função do potencial econômico brasileiro frente os outros países, em relação aos custos de investimento para o desenvolvimento de um exército comum para a América do Sul.

Outro problema observado e reportado pela agência de notícias AFP⁵² foi a reunião entre os presidentes dos países sul americanos para se firmar um acordo em relação a esse plano de defesa comum, objetivos e obrigações de cada um. Nessas conversações, Brasil recebeu o apoio da grande maioria dos presidentes, com a exceção da Colômbia que ficou no impasse de integrar tal movimento e perder o financiamento realizado anualmente pelos Estados Unidos para o combate ao terrorismo. Essa inserção estadunidense na região vai contra todo o conceito da Unasul, o que cria um mal estar nas discussões políticas desse momento em diante.

Porém, existe uma negociação política exterior a tal assunto e que compromete o envolvimento brasileiro na região. Acima dos interesses de segurança regional, o Brasil busca uma posição de destaque na esfera mundial para conseguir um assento permanente no conselho de segurança da ONU, o que o colocaria em uma posição de destaque da política global. Os outros países da América do Sul observam tal comportamento com suspeitas e acabam por não apoiar tal candidatura como é o caso da Argentina e da Colômbia, pois

⁵¹ Fonte: CIA World Factbook 2009. Op cit

⁵² Reportagem de 23/05/2008, disponível no site: www.afp.com/afpcom/es. Acesso em 15/07/2008.

entendem que tal destacamento cedido ao Brasil o deixaria em uma posição favorável em relação aos países vizinhos em negociações da Unasul. Essa avaliação sobre os interesses brasileiros a longo prazo e a necessidade de seu investimento direto para a melhoria da defesa subcontinental acabam por atrapalhar o desenvolvimento de uma efetiva união no aspecto da segurança.

Na esfera econômica, a diferença tecnológica e produtiva entre os países torna-se um empecilho difícil de ser superado, tendo em vista economias variantes entre pouco mais de US\$ 4 bilhões das duas Guianas e quase US\$ 2 trilhões do Brasil⁵³. O parque industrial pouco avançado da maioria dos países da América do Sul exige cuidado para o livre comércio de bens industriais, de forma a proteger as indústrias nacionais dos concorrentes externos. Essa defasagem no nível de produção exigirá um sacrifício no desenvolvimento dos mais avançados em detrimento da equiparidade entre todos os membros ou então buscar novas políticas e critérios para a inserção homogênea dos países. Junto a isso, a necessidade de equiparidade nas discussões e funções se faz presente, para não se criar um panorama de domínio dos mais poderosos sobre os outros.

As diferenças culturais presentes entre os países, ou mesmo entre regiões diversas, pode ser um impasse para uma integração plena do território sul americano (porém as fronteiras lingüísticas presentes na Europa não são um grande problema) porém a maior parte do subcontinente usa somente dois idiomas, o espanhol e o português o que facilitaria a integração. As rivalidades históricas ainda se fazem presentes em muitos países e devem ser reduzidas ou neutralizadas e a criação de uma identidade do cidadão da América do Sul deve ser erigida juntamente com a Unasul, sem jamais esquecer as tradições e costumes particulares.

⁵³ Fonte: CIA World Factbook 2009. Op cit

2. AMAZÔNIA

2.1 História

2.1.1 Os mitos

A mitificação da majestosa floresta tropical da América do Sul sempre foi motivo de especulações e lendas dos europeus desde sua primeira observação, continente esse desconhecido do clima tropical e equatorial. A soberba riqueza presente no Novo Mundo trariam a tona uma discussão de motivações religiosas em um cenário de superstições deveras fértil, o mito do paraíso na Terra. Diversas obras discorrem sobre o tema na literatura mundial, algumas delas serão exploradas para melhor elucidar alguns desses mitos.

A essa paisagem edênica, soma-se a existência dos nativos do continente, vivendo em harmonia na floresta, sem grandes disputas territoriais ou guerras por poder, um povo julgado inocente dos pecados capitais dos europeus, primeira alusão ao que viria se construir posteriormente como o mito do bom selvagem. A fácil conquista e extermínio de muitos desses povos nativos sem grandes resistências provariam a pouca aptidão combativa de grande parte desses indígenas, excetuando alguns que viriam mesmo a se tornar lendas, como o caso dos índios que ficariam conhecidos pelos relatos do Frei Gaspar de Carvajal⁵⁴.

No livro *Amazonia sin mitos* (1992)⁵⁵ existe o desenvolvimento do conceito sobre esses mitos e a observação da permanência dessas alusões até a atualidade. Nesta obra existe uma busca pela quebra desses mitos que servem tão somente para obstruir o desenvolvimento sustentável ou desqualificar ações locais justificando dessa forma intervenções externas. Por se tratar de uma análise realizada por intelectuais regionais envolvidos diretamente com o tema e objeto de estudo, a validação de tal obra mostra-se à frente de estudos acadêmicos teóricos ou sobreposições de modelos europeus.

Voltando ao enfoque histórico, o início dos relatos portugueses sobre a América estão diretamente ligados à Índia⁵⁶, a mistificação das terras distantes como fantasiosas, migrando esses mitos quando da descoberta da Amazônia. A expansão do cristianismo acarreta uma

⁵⁴ O relato da aventura relacionada a narrativa de Carvajal está na obra: *Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana* de 1542. A íntegra do texto encontra-se na biblioteca virtual Miguel de Cervantes, disponível em: < www.cervantesvirtual.com >. Acesso: 12/05/2009.

⁵⁵ Esta obra foi apresentada pelo TCA como documento oficial para a Eco-92 em questões envolvendo a Amazônia.

⁵⁶ Como pode ser visto em obra de Gondin (1994). Op cit

investigação dos nativos com objetivo de conversão ou então a não aceitação das diferenças entre os povos servem de justificativa para a escravidão dos indígenas. Construção do imaginário europeu sobre a Amazônia pelos relatos de Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio, somadas a outras lendas trazidas do Oriente iriam construir o primeiro panorama das lendas ainda presentes em algumas regiões, principalmente na região amazônica.

Gondin (1994, p. 59) utiliza todas essas possibilidades, demonstrando inclusive o uso de documentos de exploradores da época para analisar o mitema que se construía, como pode ser visto no trecho citado:

À gradativa animalização dos nativos corresponde o progressivo endeusamento dos europeus nos embates bélicos, no resgate de nativos pacíficos das mãos dos canibais. Estes, principalmente, pois se recusavam a contactar com os estrangeiros ou, quando o faziam, a seguir fugiam, *o que nos pareceu inteiramente bárbaro ato, que julgamo-los gente de pouca fé e de má condição.* (grifo do autor).

Holanda (1959) irá além em sua análise, trazendo toda uma discussão na extrapolação da fé supersticiosa presente no período nos países europeus, trazendo junto destes mitos anteriores do período clássico – que enfocaria principalmente sobre o Jardim de Hespérides⁵⁷ - que somados aos relatos da magnificente natureza de quando a chegada dos portugueses e espanhóis na América do Sul iriam moldar o pensamento mítico de toda a Europa dos séculos XV, XVI e XVII. Mesmo os mais experientes exploradores ou estudiosos se viam influenciados por uma natureza nunca antes encontrada, como relata Gondim (1994, p. 77):

Ainda que familiarizados com a região ou mantendo o tom frio e distanciado do pesquisador, esse objeto móvel, essa natureza grandiosamente avassaladora, em algum momento fez com que esses homens parassem e a escutassem, e a sentissem, muitas vezes deixando para trás olhares já estruturados, visões já vividas, para pousarem os olhos renascidos na contemplação extasiada da grandiloquência natural. São momentos que destacam quase unicamente a natureza, muitas vezes explicitando seu edenismo, outras somente aludindo à sua primordialidade,

⁵⁷ Da mitologia clássica, o Jardim das Hespérides era um belo jardim criado por Hera para proteger suas maçãs de ouro, presente de casamento de Gaia. As Hespérides eram belas ninfas com a missão de proteger essas maçãs, juntamente com um dragão de 100 cabeças. Tal jardim está ligado diretamente a mitológica aventura de Hércules e seus 12 trabalhos. Fonte: www.wikipedia.org.br.

mas cada um registrando imagens particulares ou quase arquetípicas, extraídas da Idade do Ouro ou mesmo das maravilhas e monstruosidades índicas.

Essa dificuldade em relatar de forma imparcial as observações do período causa dúvidas sobre a veracidade dos mesmos, onde superlativos podem ou não ser uma distorção da realidade. As inúmeras riquezas encontradas em territórios pertencentes a Astecas e Incas (principalmente ouro e prata) viriam criar alicerces de realidade às lendas correntes e acarretar a destruição dos nativos americanos. A impregnação de mitos em descrições históricas são comuns no âmbito principalmente da região amazônica. A criação dessas histórias fantásticas com fortes vínculos em sua maioria com a religião causavam euforia e curiosidade sobre as novas terras no Ocidente, de forma que muitas expedições à América tiveram motivações religiosas em busca do Paraíso na Terra, representado pelas maravilhas naturais dos trópicos.

O uso de vasta literatura de origem européia no trabalho de Gondim (1994) permite uma lacuna ainda maior para a construção mitológica sobre a floresta; o contraponto pode ser observado no primeiro capítulo de *Amazônia sin mitos* (1992), intitulado Destruyendo mitos, que busca desconstruir de falsas alusões à floresta, demonstrando dessa forma o potencial e as falhas de tão complexo sistema.

Holanda (1959) analisa as diferenças nas construções literárias e míticas das Américas espanhola e portuguesa para explicar as diferentes visões e relatos que seriam enviados aos respectivos reinos. Enquanto Espanha e o resto da Europa construía suas histórias de cavalaria, misturando ficção e realidade sobre os territórios americanos, os portugueses possuíam poucos relatos semelhantes, o que segundo o autor mostra grande maturidade de Portugal frente os outros países europeus. Esse precoce amadurecimento português faria com que a expansão da colônia americana portuguesa fosse possível, através dos bandeirantes, enquanto Espanha ainda assimilava a realidade do território.

À frente da análise anterior, a importância da experiência portuguesa no critério de exploração marítima deve ser levada em conta. O contato dos lusitanos com diversas etnias africanas, a chegada à Goa na Índia, posteriormente a Macau e até mesmo ao sul do Japão, colocaram a nação portuguesa em contato com culturas diferenciadas, tornando o contato com o desconhecido mais imparcial, aguçando o critério analítico dos exploradores para as necessidades reais do império e buscando de forma sistêmica os recursos que necessitam. Holanda não chega a tal extrapolação, mas a consideração de tal análise deve ser ao menos levantada.

Por outro lado, os espanhóis aumentavam as lendas passadas pelos nativos, sem conseguir definir claramente qual o fundo de realidade que existia em todas essas histórias, como o El Dorado ou as terras de especiarias do leste⁵⁸. Porém, algumas dessas lendas acabaram por se realizar, mesmo que de forma tortuosa, como o caso das montanhas de ouro poderia ser adaptado para as minas de Potosí. Nesse período, a importância do Peru é gigantesca, que como vice-reinado espanhol ocupava quase toda a América do Sul e possuía grandes fontes de riquezas naturais. Esses grandes montantes de produtos explorados aumentariam as especulações sobre a veracidade das histórias transmitidas na Europa. Tais relatos acabaram por influenciar até mesmo Portugal, como visto em Holanda (1959, p. 112):

[...] Deus se mostrara mais liberal aos castelhanos, dando-lhes a fabulosa riqueza de suas minas. Assim se explica a miragem de Potosí, o sonho, que já tinha sido o de Tomé de Sousa, de fazer o Brasil um “outro Peru” e que está presente em todos os atos de sua administração.

A abundância de recursos naturais diversos, somado ao não esforço para obter suprimentos básicos, deixariam os nativos dóceis e não aptos às guerras de conquista, como Holanda (1959) analisa nos relatos e estudos datados do descobrimento do Novo Mundo. Somado a isso, a dificuldade de comunicação entre nativos e europeus serviria para alimentar ainda mais os mitos da América, como o caso de El Dorado, as guerreiras amazonas, os povos que viviam séculos, entre outros. A descrença dessas histórias levariam décadas e o grande sacrifício de exploração de portugueses e espanhóis por toda América do Sul atrás das lendárias preciosidades.

Mesmo séculos depois do descobrimento, os relatos e mitos disseminados pela Europa ainda persistem e serão realimentados por outros escritores, como é o caso de Júlio Verne. Verne cria uma narrativa fantástica exaltando as riquezas naturais da Amazônia, e nesse processo torna-se importante autor que iria realimentar a Europa com a crença da floresta paradisíaca, edênica. Não se atendo a realidade e extrapolando o senso de dimensão cria um cenário imenso, inimaginável ao europeu. Em contrapartida, Verne demonstra grande conhecimento de estudos científicos e domínio sobre o assunto tratado, como pode ser visto em Amayo (1999).

Apesar de um grande intelecto, Verne é um homem preso aos costumes de seu tempo e por isso traz consigo vícios culturais que devem ser observados e superados pelos leitores

⁵⁸ HOLANDA (1959). Op cit

atuais. Um desses pontos a citar consiste na crença da superioridade européia frente o resto do mundo e a infantilização de índios e negros presente em sua obra. Para que o progresso despertasse na América selvagem na época do conto, o preço a ser pago seria a gradual extinção dos nativos e possivelmente com a destruição da floresta, demonstrando a grande influencia positivista e darwinista presente na Europa, em particular na França.

Um reflexo desse tipo de pensamento pode ser notado nas cidades que viriam a surgir na região, com destaque para Manaus. A construção e evolução da cidade fora elaborada aos moldes europeus, o que veio a acarretar uma perda considerável de vegetação nos entornos da capital do Amazonas. Mesmo no período de Verne tal detalhe já estava presente em seu trabalho. Na época em que foi escrito o livro *A Jangada (1881)*, já pode se notar um detalhe interessante sobre o território amazônico, como relata Amayo (1999, p. 174):

Cinco líneas después, termina la novela. Parece obvio que Verne tenía la esperanza de que la región amazónica, comunicada cada vez con más frecuencia y rapidez, operara de manera integrada como si no tuviera fronteras.

Apesar de ser um relato em grande parte com fortes vínculos geográficos e científicos, está presente ainda uma aura de magia, de sobrenatural nas pessoas que habitam a região, por possuírem um vínculo com a magnífica floresta. O próprio trânsito da jangada, embalada pelo rio em ritmo linear e constante parece se comprometer com a velocidade da narrativa de Verne, desde Iquitos até Manaus.

Essa dificuldade para se fixar e respeitar fronteiras viria a ser motivo de conflitos e impasses diplomáticos até a primeira metade do século XX, assim como o impasse para controlar o tráfego de pessoas da região, acostumados ao livre trânsito desde o período colonial, de certo herdado dos índios locais. Os ciclos de riquezas ligadas a elementos da floresta amazônica viriam a piorar esse interesse das nações por territórios, como será relatado adiante nos casos da borracha e da quina⁵⁹.

⁵⁹ Casca da árvore da família Rubiaceae, mesma família da árvore do café, sendo posteriormente denominada cientificamente de *Cinchona ssp* pelo taxonomista suíço Carl Linnaeus em 1739. Sendo uma planta endêmica típica da Alta Amazônia, era encontrada em apenas alguns países, sendo eles Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Possuindo alto valor comercial, era proibido o comércio de plantas e sementes das espécies até o contrabando em 1852 e o fim do monopólio sul americano. A importância da quina para o Peru foi tão grande que tal árvore forma parte de seu Brasão Nacional como símbolo de riqueza vegetal.

2.1.2 Realidade

Sobre as verdades da região amazônica, alguns dados mostram-se tão magnânimos como os relatos da chegada dos espanhóis e portugueses. Trata-se de uma floresta tropical úmida com área estimada entre 6.050.000 e 7.800.000 quilômetros quadrados⁶⁰, estando presente nesta cerca de 60% das formas de vida terrestres, o que significa um tesouro biogenético inestimável. Além disso, diversas utilizações de plantas, animais e componentes derivados podem ser explorados por diversas indústrias, com destaque para a bioquímica e farmacêutica.

Tamanha diversidade é compartilhada entre oito países e a Guiana Francesa, em proporções diversas e com variedades díspares em sua maior parte. Brasil (cerca de 64%) e Peru (cerca de 16%) são os maiores detentores em extensão, com o diferencial que o primeiro possui toda sua Amazônia na denominada Baixa Amazônia, com altitudes inferiores a 300 metros do nível do mar, enquanto que o segundo possui tanto a Baixa Amazônia como a Alta Amazônia e dessa forma contém uma grande diversidade de espécies animais e vegetais endêmicas da Amazônia peruana. Porém, esse recorte político não existe naturalmente, onde a conexão entre as diversas parcelas florestais dos países não sofre distorções ou rupturas.



Mapa 01: Mapa do território amazônico sem sua totalidade
Fonte:www.wikipedia.org.br

⁶⁰ Dourojenni apud Amayo Zevallos (2006). Op. cit.

Essa conexão existe há muitos séculos entre os povos nativos e ribeirinhos que habitam a floresta, independente do país ao qual está inserido, a transição que praticam pelos rios ocorre naturalmente, sendo que muitos povos nativos possuem suas terras em áreas fronteiriças, um problema de segurança para os países e um fator de conflito com esses habitantes. A falta de ações conjuntas dos países membros do OTCA⁶¹ para a defesa da região possibilita não só o trânsito dessas pessoas, mas também de traficantes de armas e drogas, guerrilheiros e imigrantes ilegais, tornando a região um dos responsáveis pela proliferação de atividades ilegais na América do Sul.

A inserção populacional ocorreu ao longo dos séculos, seja de indígenas da região ou o progressivo assentamento de ribeirinhos. Porém, no período da borracha teremos uma grande explosão demográfica na floresta, como relatado em *Amazônia sin mitos* (1992, p.30):

Entre 1840 y 1914 la colonización se intensificó durante El “boom” Del caucho y cerca de 300.000 colonos de diversos orígenes migraron hacia la Amazonia brasileña y la población aumentó de 137.000 habitantes em 1820 a 1.217.000 em 1910.

A simples inserção de população em assentamentos, sem a devida orientação para o uso do potencial florestal, causou grande impacto social e ambiental. Social pelo sofrimento causado ao assentado, sem saber se utilizar das inúmeras possibilidades que possui em sua propriedade e estando sujeito a doenças as quais nunca teve contato. Ambiental por induzir a derrubada da floresta pelos recém proprietários para a produção de carvão ou exportação irregular de madeira como forma de renda.

Outro fator negativo para a proteção dessa região trata-se exatamente pela dificuldade imposta pela floresta para a locomoção e vigilância das autoridades. A bacia hidrográfica amazônica é a mais extensa do mundo, com uma área estimada de 7.008.370 quilômetros quadrados⁶², dos quais mais de 70% de seu curso é navegável. Quando das incursões européias ou mesmo adiante, por volta do século XIX, a facilidade de navegação era contraposta pelo clima agressivo da região, como pode ser visto por relato de Cunha (1976, p. 108):

⁶¹ Sigla da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Uma discussão detalhada será feita adiante

⁶² Fonte: Plano Nacional de Recursos Hídricos, disponível em: < www.pnrh.cnrh-srh.gov.br > . Acesso em 20 de Maio de 2009.

Depois há o incoercível da fatalidade física. Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem. No perpétuo banho de vapor, de que nos fala Bates, compreende-se sem dúvida a vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito na dinâmica das idéias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se alheiam dos impulsos meramente egoísticos. Não exagero. Um médico italiano – belíssimo talento – o Dr. Luigi Buscalione, que por ali andou há pouco tempo, caracterizou as duas primeiras fases da influencia climática – sobre o forasteiro – a principio sob a forma de uma superexcitação das funções psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...

Somente com a adoção de características e costumes típicos de nativos que habitam essas florestas seria possível a instalação de migrantes ao longo de todo o trajeto do rio Amazonas e seus afluentes. No mesmo período em que Euclides da Cunha escrevia sua obra, fora um momento de conflito por interesses econômicos entre nações que partilham a Amazônia. A expansão e ocupação ao longo do rio Amazonas representou uma corrida expansionista levada a rigor pelos habitantes das áreas de interesse e não pelos exércitos. Cunha fora designado pelo Brasil para analisar e demarcar corretamente as regiões em função do *utis possidetis*⁶³. A falta de conhecimento sobre a região resultou em falhas no processo de ocupação da região Norte do Brasil, como relata Ab'Saber (1996, p. 18):

Governantes, tecnocratas e especuladores tentaram ocupar os solos da Amazônia como se fossem terrenos similares àqueles existentes no interior dos chapadões paulistas ou do Norte paranaense. O saldo negativo, criado por esse pressuposto, oriundo da ignorância e da arrogância dos demagogos foi lamentável para a Amazônia e para o patrimônio ecológico e biológico da nação.

Além disso, as falhas estratégicas representariam um processo que se tornaria molde para o desenvolvimento da região, sem levar em conta o custo ecológico e social que viriam

⁶³ Do latim, a posse pelo uso, em termos jurídicos o direito a posse pelo ocupante da região. Fonte: Dicionário de Latim de Bueno & Costanze Advogados. Disponível em: http://buenoecostanze.adv.br/index.php?option=com_glossary&func=view&Itemid=82&catid=40&term=uti+posidetis+uti+non+posse+et+merito+q. Acesso em 20 de Maio de 2009.

acarretar a longo prazo. Nesse período, a preservação e o impacto ambiental pela degradação da Amazônia não eram notados, somente atualmente pode-se observar os efeitos do uso predatório da região e a repercussão política mundial para a manutenção da floresta ainda intacta. Um progresso agressivo, excludente e de incentivo à criação de latifúndios e grilagem, impulsionado por rodovias que cortam a floresta em todos os sentidos. Como cita Ab'Saber (1996, p. 17):

O que se cometeu de pseudoplanejamento, feito à distancia, na fase que fundamentou a abertura da Rodovia Transamazônica, não tem paralelo em qualquer parte do mundo, em termos de ausência de noção de escala, responsabilidade civil por propostas predatórias, e falta de conhecimentos efetivos da realidade física, ecológica e social da Amazônia brasileira.

Não existiam estudos qualificados para a preservação da floresta amazônica quando dessa desventura do período da ditadura, talvez nem mesmo interesse de investir em tamanha área sem desenvolvimento. Atualmente observa-se a necessidade de estudos técnicos regionais para adaptabilidade de áreas tropicais tendo em vista as necessidades do solo e as demandas existentes para preservação das poucas florestas úmidas restantes no planeta. Estudos em localidades específicas devem ser realizados e não podem ser migrados ou utilizados em outras regiões da mesma floresta.

Alguns fatos ilusórios foram criados ao longo do tempo, como a denominação do Brasil ser o grande devastador da floresta amazônica. Equador e Peru possuem as maiores áreas ocupadas da Amazônia e como tal possuem gravíssimos índices de degradação da floresta, o que contesta o mito do Brasil ser o maior agressor da floresta em termos proporcionais⁶⁴.

A grande biodiversidade presente na região pode ser considerada a grande riqueza e potencialmente a solução para diversos problemas da humanidade. Como citado em *Amazônia sin mitos* (1992, p. 19) as florestas tropicais cobrem somente 7% da superfície do planeta, porém nesta área está presente mais da metade da vida continental.

Entre outras riquezas, um dos grandes interesses internacionais na região amazônica deriva do grande potencial energético presente na área. A grande presença de minérios (manganês, ferro e alumínio no Pará), petróleo e gás natural (Amazonas) atraem a atenção

⁶⁴ Segundo dados obtidos no site do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em 20/05/2009.

tanto de grandes empresas como de trabalhadores autônomos em busca de riqueza. Tal busca acaba por levar a conflitos com indígenas e invasões territoriais, além de extrair recursos naturais de forma ilegal e predatória, da mesma forma podendo ser ocultado de órgãos reguladores e não declararem impostos sobre o montante obtido. Outra reserva energética estratégica da região é o potencial hidrelétrico da bacia amazônica, como é relatado em *Amazônia sin mitos* (1992, p. 54):

Las mayores reservas de hidroenergía están en las vertientes montañosas periféricas, especialmente las vertientes orientales andinas, donde el desnivel y la disponibilidad de recurso hídrico son favorables. Estas áreas accidentadas y el alto riesgo erosivo tendrán en el futuro una gran importancia y los países andinos podrán ciertamente cubrir sus necesidades.

O grande marco da economia local foi o ciclo da borracha no início do século XX, motivo pelo qual a cidade de Manaus se tornou o principal porto da região Norte. Após o ciclo da borracha, a economia local retorna à subsistência e ao extrativismo, com destaque para a castanha do Pará, mercadoria exportada à Europa desde o século XVIII. Ademais, grande parte das outras atividades como a pecuária, agricultura e garimpo tornam-se meio de subsistência ou complemento econômico ao extrativismo, que viria a ser a grande fonte de renda entre 1920 e 1940, quando a borracha volta a ter grande demanda.

Posteriormente a essa fase e nova queda da procura por borracha, Cardoso (1977) explica um fenômeno interessante sobre o processo de concentração de terras nas mãos de alguns proprietários, a formação dos latifúndios da região amazônica. Produtos secundários na produção, como pimenta do reino e juta, eram produzidas por pequenos proprietários desde o princípio do século XX. Existe um aumento pela procura desses produtos e também a expansão da pecuária para suprir o mercado do centro-sul, como as terras para plantio são limitadas, começam a surgir diversos pequenos pastos familiares, que posteriormente seriam adquiridos por grandes empresários vindos do sul do país.

Alguns projetos estatais para o desenvolvimento da Amazônia foram criados desde o período colonial, mas será no regime da ditadura que vão ocorrer diversas tentativas para a melhoria econômica e a inserção regional. Entre essas tentativas merecem destaque duas iniciativas, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criada em

27/10/1966 e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criado no ano de 1970.

Basicamente esses dois órgãos seriam os responsáveis por profundas reformas na região, na ordem econômica, política e social. As principais áreas que a SUDAM se propõe a investir seriam a educação e a saúde fora dos grandes centros urbanos, onde ocorrem as grandes disparidades em relação a média nacional do período tratado. O INCRA por sua vez trabalha em uma área ainda mais polêmica e conflituosa, lidando com interesses de proprietários, grilagem e latifúndios. Na década de 1970 existia grande confusão sobre posses de terras na Amazônia, ocupações irregulares, terras indígenas invadidas e o início da criação de grandes propriedades para a pecuária extensiva. Diversos projetos para assentamentos foram propostos, mas os interesses econômicos se sobrepuseram a estes e a grande maioria da população rural permaneceu na atividade extrativista.

A situação sofreria ainda um agravamento com a política migratória proposta entre os militares para ocupar o vazio demográfico da área florestal. As delimitações de um plano para ocupação e utilização da Amazônia sempre estiveram presentes nos governantes brasileiros, porém foram os generais presidentes que levaram a cabo tal empreendimento, na busca de concretizar a idéia de “Brasil grande”. A execução para tanto foi realizada da forma mal planejada e que traria grandes impactos ambientais, com a expansão da malha rodoviária floresta adentro.

A idéia inicial da construção de rodovias para conexão aos grandes centros urbanos é creditado a Juscelino Kubitschek com a construção da Belém-Brasília em 1960, mas foi no governo do general Médici (1969-1974) que se idealizou a construção de duas rodovias que ambicionavam cruzar a Amazônia, a Cuiabá-Santarém e a renomada Transamazônica, que parte do Piauí e vai até o Acre. Tal projeto buscava conectar a região ao resto do país e também resolver dois problemas sociais, um deles sendo a ocupação e utilização do território amazônico e o segundo fornecer trabalho à população excedente do Nordeste. As falhas foram diversas como a devastação ao redor da rodovia, a impossibilidade de pavimentação na maior parte de sua extensão e a impossibilidade de trafegar nos períodos de chuva, tornando-se mais um símbolo do período militar do que efetivamente uma obra de destaque.

Tal política mostrou-se inconsistente e serviu apenas para alimentar as grandes empresas e empreendimentos – ali instalados por incentivos governamentais – com mão de obra barata em condições de trabalho próximos ao escravista. Cardoso (1977) cita um

relatório⁶⁵ da época que aponta essas falhas de execução do plano de desenvolvimento da região Norte além dos citados acima, como a não adaptação de trabalhadores do Nordeste à região, conflitos de interesses ligados a posse da terra e venda ilegal de recursos florestais. Complementando com citação de Cardoso (1977, p. 203):

Em decorrência, propõem objetivos estratégicos que deveriam motivar políticas eficazes para “salvar aquelas populações e as novas (imigradas)”, mais do que apenas aumentar o estoque populacional da região. Tais políticas requereriam a formulação de um efetivo modelo econômico baseado nas potencialidades locais e na *invenção* de uma “tecnologia tropical”. Criar-se-iam desta maneira os meios para que, segundo os atores, a região se auto-suprisse de alimentos, matérias primas e bens de produção, em vez de aumentar sua dependência e piorar as condições de vida da população através da política de incentivos fiscais, que desenvolve um setor agropastoril e um conjunto de enclaves mineiros, em benefício de outras regiões ou países.

Em 1978 é formulada e executada a idéia do TCA⁶⁶ (Tratado de Cooperação da Amazônia) entre os países amazônicos, buscando preservar o ecossistema da região, porém atrelado a obrigação de desenvolvê-la e integrar-se ao resto do país, como será discutido mais adiante. Diante de um cenário político mundial pouco interessado na questão ambiental, tal tratado não conseguiu prosperar e somente em 1995 (sua secretaria permanente só estaria estabelecida em Brasília em dezembro de 2002) um novo impulso é feito nessa direção com a criação da OTCA.

Mais adiante e com maior interesse em preservar a Amazônia e abandonando as diferenças históricas existentes, Brasil e Peru firmaram um acordo para proteção e defesa da Amazônia validado pelo decreto N° 5752 de 12 de Abril de 2006⁶⁷, aonde ambos os países irão se comprometer em melhorar a proteção e vigilância da região florestal comum. Somado a isso, o Brasil se compromete em difundir as informações obtidas pelo SIVAM com o Peru, além de partilhar a tecnologia utilizada. A consolidação dessa parceria seria obtida com a construção de um centro de vigilância da Amazônia em território peruano, visando uma conexão direta com o projeto SIVAM e uma atuação mais imediata no território amazônico.

⁶⁵ MENDES apud CARDOSO (1977).

⁶⁶ O Peru aceitou a consolidação da organização do ponto de vista simbólico, porém manteve uma postura desconstrutivista em sua atuação, o que favoreceu a não atuação do TCA em políticas comuns para a Amazônia.

⁶⁷ Disponível no site do Ministério das Relações Exteriores: < www.mre.gov.br >. Acesso em 20/05/2009.

Essa aproximação dos governos brasileiro e peruano mostra uma disposição não só em proteger a Amazônia, mas também a encontrar soluções sustentáveis para a exploração de tamanho recurso natural e, além disso, estratégias para conectar os blocos econômicos sem grandes impactos na floresta, estando esta ao longo do trajeto previsto pelos governantes, historiadores e analistas na maioria dos casos. Pode ser analisado como uma escolha natural a ligação com o Peru, pois é justamente na fronteira deste com o Brasil em que se encontram as menores escarpas da Cordilheira dos Andes, no caso a menor altitude é o Paso de Porculla, com 2008 metros⁶⁸.

Faz-se necessário criar um conceito de desenvolvimento que seja adequado à região, aos costumes, culturas e etnias que vivem na Amazônia sem tentar criar paralelos com os modelos ocidentais. O desenvolvimento da região deve ser crescente de dentro para fora, partindo do nível micro para se juntar ao macro, dessa forma respeitando as características locais e impedindo um sistema adaptado externo, que poderia levar a uma maior degradação ambiental. Deve-se ressaltar a importância de ações comuns entre os países amazônicos nos assuntos de desenvolvimento, preservação e segurança da região, o que poderia ser facilitado com o fortalecimento da OTCA e a abertura para uma discussão entre os futuros membros da Unasul.

Existe uma lógica para a aproximação de Brasil e Peru, além do bom relacionamento político atual. A fronteira que o Brasil faz com o Peru é a segunda maior em extensão (2.995 km), perdendo apenas para a Bolívia (3.423 km), porém este país não possui saída direta ao Oceano Pacífico. Dessa extensão comum com o Peru, sendo toda ela em região amazônica, 2.003 Km são de rios e canais, o que mostraria claramente qual a melhor alternativa para uma junção econômica, porém a escolha primeira dos governos foi a construção da Rodovia Transoceânica, ligando Assis-Brasil a Iñapari e posteriormente ao porto de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona.

Uma avaliação de custos deixaria tudo mais claro, sendo que poucas adaptações seriam necessárias para criar hidrovias navegáveis até bem próximo ao Oceano Pacífico contra uma rodovia estimada em 1,8 bilhão de dólares. Não fosse a presença da megacorporação Odebrecht como responsável pela construção, seria inexplicável tal escolha, mas interesses maiores do que primeiramente a preservação da floresta são avaliados pelos responsáveis.

⁶⁸ Amayo (2007). Op cit

2.2 OTCA

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é o resultado histórico de concepções políticas comuns elaboradas ao longo de muitos anos, como será visto a seguir, e parte de uma evolução do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), criado em 03 de Julho de 1978 pelos mesmos oito países membros da OTCA atual⁶⁹. Porém, algumas observações sobre tal assunto são necessárias, tendo-se em vista os diferentes pontos de vista presentes entre os países membros, além de interferência externa na Amazônia.

O primeiro momento de inserção territorial é notado durante o período colonial, quando portugueses se aprofundavam nas matas tropicais sem impedimento dos espanhóis, entre outros fatores por se tratar de um momento histórico chave, a União Ibérica⁷⁰. A posse da terra nesse primeiro momento não representa a importância atual da região amazônica pelo desconhecimento do potencial biológico, extrativista e até mesmo a ser citado climático. Somente em 1750 com o Tratado de Madri que os atritos políticos entre os países ibéricos cessariam e Portugal manteria suas conquistas do interior da América do Sul.

Acerca de atuações esporádicas e desfocadas, a região ficou relativamente abandonada durante longo período, excetuando conflitos armados de incursões de outros países contra os fortes portugueses na região. Somente no século XIX que o Estado brasileiro será obrigado a focar novamente tal região, com o despertar da nova potência mundial, os Estados Unidos da América. Surgem estes e em 1823 começa a ser difundida a Doutrina Monroe e seu famoso e ambíguo discurso da América para os americanos⁷¹. Com essa declaração, o Brasil volta sua atenção às regiões menos protegidas de seu território e entre estas está a região amazônica.

Interesses crescentes estadunidenses pela Amazônia ao longo dos anos – os produtos variaram com o tempo, inicialmente com as chamadas drogas do sertão, seguidos pela borracha, a quina e atualmente os recursos minerais e madeireiros, além do potencial biológico para a indústria farmacêutica – fizeram com que novamente o Brasil tentasse

⁶⁹ A citar: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

⁷⁰ Também conhecida como a Dinastia de Habsburgo, iniciou-se em 1580 com a ascensão de Felipe II rei da Espanha ao trono português, fato que originou a união dos dois países. Tal união cessaria em 1 de Dezembro de 1640 em decorrência de revoltas em Portugal e uma crise na região da Catalunha após a Guerra dos 30 anos que enfraquecera o poderio militar espanhol. Apesar da união das coroas, a administração e costumes portugueses não sofreram mudanças sob o domínio espanhol e dessa forma diretas originais foram seguidas, como a expansão territorial da colônia brasileira através do interior.

⁷¹ Reproduzindo um trecho da citação: “Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia [...]” (Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso dos EUA, 1823). Fonte: www.wikipedia.org.br. Acesso em 24/05/2009.

elaborar planos de defesa conjunto com outros países, porém as condições de único império e de possível potência regional criaram entraves para uma coligação. Havia uma disputa intelectual sobre a abertura à livre navegação dos rios amazônicos, onde os que apoiavam viam a oportunidade de aumentar o desenvolvimento da região e os contra divergiam dizendo que esse seria o primeiro passo para a inserção dos EUA na região. Os Estados Unidos tentavam pressionar o Brasil através de apoios indiretos, como o fazia com Equador e o Peru e nesse momento a diplomacia brasileira buscou firmar um acordo de cooperação entre os países amazônicos na metade do século XIX, porém sem sucesso⁷².

Somente em 1866 é firmado o acordo de navegação mercante do Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e São Francisco. A concretização do acordo só tornou-se viável a partir do momento em que os Estados Unidos estavam focados em um combate interno de seu território durante a expansão para o Oeste e deixava de ser uma iminente ameaça aos países da América do Sul detentores da Amazônia. Pouco antes, em 1864, o Marques de São Vicente, Pimenta Bueno, propunha um acordo de integração regional para resolução de questões comuns entre os países envolvidos. Este pode ser considerado o primeiro momento de preocupação a uma integração regional para defesa e desenvolvimento, o antecessor do projeto futuro que culminaria na OTCA.

A instabilidade voltaria à região graças a demanda de borracha no mundo, sendo naturalmente a Amazônia detentora original dos seringais. Todos os países amazônicos, em ritmos diferentes, viveram o ciclo da borracha. Além disso, outro produto muito explorado no período era a árvore de quina, muito importante para a produção da quinina, alcalóide antitérmico, analgésico e antimalárico. As conquistas e explorações em territórios tropicais necessitavam da quinina para a prevenção e cura de doenças desses climas, além do tratamento para outras doenças. Dessa forma, os países amazônicos estavam no foco da discussão mundial por deterem exclusivamente produtos demandados pelas grandes potências, despertando a cobiça para tais riquezas.

Após a resolução desses impasses, o fim do monopólio tanto da quina como da borracha (esta última na primeira guerra mundial) e a diminuição do foco sobre os territórios amazônicos, ocorre novo resfriamento nas relações entre os países da região, desacelerando e inviabilizando acordos de cooperação. O enfoque da política brasileira volta-se para os EUA durante a guerra fria, assim como o Peru e boa parte da América Latina que vivia um período

⁷² Presente em Nascimento (2006).

conflituoso de ditaduras. Ironicamente, dentro desta ditadura surge o conceito básico do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978, durante o governo Geisel.

Em meio a um debate internacional sobre o direito ou não ao desenvolvimento e as responsabilidades com o meio ambiente, o TCA vinha firmar bases sobre um dos solos de maior ambição mundial, tanto para preservação como exploração. A própria criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) era uma resposta aos países desenvolvidos, uma tentativa de moldar a região ao progresso ocidental europeu. Não se trata mais da cidade mestiça que Ab'Saber (1996) descreve em seu trabalho, sem adaptações com conhecimento regional e sim apenas uma réplica da urbanização, tornando-se um ponto branco no mapa arbóreo da Amazônia.

A formulação de uma idéia de cooperação e integração amazônica nasceu em 1976 e o primeiro país a discutir os conceitos básicos com o Brasil fora justamente o Peru que, ao lado da Venezuela, criou forte resistência para a aprovação de um texto redigido exclusivamente pelo Brasil, o que criou um receio de domínio hegemônico do mesmo frente os outros integrantes. Outra preocupação direta refere-se à CAN, entidade que possuía vários membros da OTCA e a ressalva em não permitir o desmanche da mesma em um período tão crítico⁷³. Superadas essas desavenças, era fundado então o TCA em 03 de Julho de 1978 na cidade de Brasília⁷⁴.

As diferenças econômicas, tecnológicas e mercadológicas de competição do Brasil em relação aos outros países da região acabaram por afastar os países amazônicos dos planos iniciais de integração e desenvolvimento regional, tendo em vista a necessidade de combater as desigualdades sociais e econômicas presentes nas grandes cidades com seus frágeis orçamentos. A competição desigual entre produtos brasileiros e de outros países também era fator de ressalvas quanto a uma integração regional, o que poderia permitir um controle do Brasil sobre grandes áreas das outras nações. O esfriamento de um acordo recém formado acabou por afastar os investimentos na Amazônia de todos os países, situação que seria alterada somente com o surgimento do neoliberalismo e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92⁷⁵.

⁷³ Em 1976, Augusto Pinochet retira o Chile da CAN alegando incompatibilidades econômicas, fragilizando a instituição que ainda buscava sustentação após sua criação em 1969.

⁷⁴ A íntegra do texto do Tratado encontra-se no site do ministério das relações exteriores, departamento de atos internacionais: <http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>. Acesso em 24/05/2009.

⁷⁵ Realizada entre 3 e 14 de Junho de 1992, reuniu quase todos os países do globo em uma discussão sobre meio ambiente e a degradação progressiva causada pelo desenvolvimento predatório dos países desenvolvidos em sua maior parte. O conceito de desenvolvimento sustentável entrou em foco durante o evento, alterando as políticas tradicionais das nações. Foram formuladas nos encontros três convenções presentes nas políticas atuais de preservação: Biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas, sendo a última a que tem maior evidência na atualidade. Um grande resumo dessas mudanças de condutas, políticas nas mais diversas esferas, avanços

Dessa forma, nascia em 1995 a OTCA aos moldes do antigo tratado, porém fortalecida em suas convicções da Eco-92 e pela mudança política sobre meio ambiente e desenvolvimento. No centro dessa discussão está a Amazônia, maior floresta tropical do mundo, trazendo junto a isso a importância para sua preservação e exploração sustentável. Vivendo um cenário de transformações e de globalização, a necessidade de integração regional impulsionou os governos membros a se empenharem em uma resolução dos diversos assuntos: sociais, políticos, econômicos, ecológicos, logísticos e de segurança.

No plano social, duas áreas recebem maior enfoque dos governos membros, a saúde e a educação. A melhoria desses índices na região amazônica busca melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDH) local, em busca de um aumento na qualidade de vida. Na saúde o controle de doenças epidemiológicas como malária, esquistossomose, tuberculose e outras faz-se meta principal. Na educação, o grande paradigma trata-se do conteúdo a ser ensinado nas escolas, se a educação básica tradicional basta ou se a inserção do conhecimento ancestral da floresta deve ser incluído, adaptado para cada região e costume.

No âmbito político, notam-se os avanços nas discussões entre as nações não somente amazônicas, mas envolvendo toda a América do Sul, tanto na discussão para a implementação da Unasul como pelo interesse de defesa do território. A aproximação entre o Mercosul e a CAN pode ser notada pelo aumento substancial nas parcerias comerciais que serão tratadas adiante e mesmo nos projetos bilaterais como os que estudamos nesse trabalho, no caso entre Brasil e Peru.

Na questão logística ou de infra-estrutura, o principal caso a ser analisado é a IIRSA, uma parceria entre os 12 países da América do Sul para a expansão das conexões entre as nações do subcontinente e conseqüentemente, conectando os oceanos Atlântico e Pacífico. A IIRSA é citada no relatório da OTCA⁷⁶ como o “principal instrumento de planejamento do processo de integração física da Amazônia”. São 12 eixos de integração em diferentes partes do subcontinente e conectando todos os países em um projeto de cerca de US\$ 54 bilhões, financiados pelos países e também pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁷⁷. Dois eixos envolvem Brasil e Peru, o Eixo do Amazonas e o Eixo Bolívia-Brasil-Peru, do qual faz parte a Rodovia Transoceânica.

tecnológicos e preservação podem ser encontrados na Agenda 21, documento que busca regulamentar e coordenar as transformações da sociedade pelo mundo.

⁷⁶ Presente no plano estratégico da entidade para o período 2004-2012, lançado em 2004. Disponível no site da OTCA: www.otca.org.br. Acesso em 24/05/2009.

⁷⁷ Dados fornecidos pelo site da IIRSA: www.iirsa.org. Acesso em 23/05/2009.

No setor de segurança, diversos projetos seguem em fase de discussão, como o conselho de segurança da Unasul e os devidos encargos a cada país e o projeto SIPAM/SIVAM de iniciativa brasileira e que irá ser partilhada com outros países da região com o progresso da união entre os blocos econômicos. A parceria entre Brasil e Peru para partilhar tecnologia e informação sobre a vigilância da floresta já foi discutida anteriormente. A questão a ser levantada seria a real intenção de um compartilhamento de informações pelos militares brasileiros desses dados ou somente um acordo figurativo. Ainda não surgiram evidências concretas de que essas questões tenham avançado.

Deve-se ressaltar um problema estratégico nesse sistema de parceria aos moldes da OTCA ou qualquer outra entidade que venha a assumir tal postura, o nível de investimento necessário para o empreendimento e a quantia a qual os países estão dispostos a investir na preservação, desenvolvimento, integração e sustentabilidade da Amazônia. Em 2007, a OTCA funcionava com 35 funcionários, 54 consultores e um orçamento médio de US\$ 1,1 milhão⁷⁸, para administrar e desenvolver uma área de quase oito milhões Km², ou seja, um investimento aproximado de US\$ 0,13 por Km², valor irrisório para qualquer tipo de investimento, sem levar em conta que o valor na íntegra ainda deve pagar os funcionários e os custos operacionais e administrativos da instituição.

Em 2005, dois grandes projetos de investimento para a promoção social e ecológica da região foram firmados com subsídios externos superiores as cifras de funcionamento da organização. Um deles foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o intuito de realizar pesquisas e cooperação técnica para o fortalecimento da gestão regional e o aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica, com US\$ 1,9 milhão de recursos dos EUA somados aos US\$ 200 mil dos 8 países membros da OTCA e mais US\$ 300 mil da própria organização somariam o montante de US\$ 2,4 milhões para ser utilizado em um prazo de um ano⁷⁹.

O segundo projeto foi financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM), um grupo internacional de cooperação para realizar doações para países em desenvolvimento visando a proteção ambiental, com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). O objetivo principal desse projeto é um estudo sobre o manejo integral e sustentável dos recursos hídricos da bacia do rio Amazonas desde sua origem, como por exemplo, o degelo das montanhas andinas e a consequência do aquecimento global. O

⁷⁸ Dados estatísticos retirados do próprio site da entidade: www.otca.org.br. Acesso: 23/05/2009.

⁷⁹ Documento denominado Cooperación Técnica Regional No Reembolsable No ATN/OC-9251-RG. Presente no site da OTCA: www.otca.org.br. Acesso em 23/05/2009.

investimento inicial foi de US\$ 700 mil, mas podendo ser expandido até o valor de US\$ 10,7 milhões totalmente financiados pelo FMAM⁸⁰.

No acordo de proteção e defesa da Amazônia firmado entre Brasil e Peru (2006) já citado existe um termo que busca renovar e intensificar as atividades ligadas a OTCA na busca de desenvolvimento sustentável, na melhoria da qualidade de vida e na defesa de todo território amazônico. Um dos projetos a ser realizado é a progressiva inserção do Peru no projeto SIPAM, seja compartilhando informações como também dividindo e desenvolvendo tecnologia.

Outro ponto que vem demonstrar o embasamento ecológico da região é o Memorando de entendimento entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Comunidade Andina (CAN) em 29/09/2004, buscando focar as prioridades das duas entidades para a região amazônica. O principal ponto seria a facilitação na cooperação e coordenação para estudos diversos, com destaque para os recursos hídricos, exploração florestal sustentável e biotecnologia⁸¹.

Infelizmente, a valiosa idéia de integração de todo território amazônico pela OTCA como órgão responsável para fiscalizar, proteger e desenvolver é desperdiçada em uma estrutura criada essencialmente para não funcionar e sim apenas figurar como conceito estabelecido. Serve como justificativa para a questão amazônica, de preocupação e interesse global, ao determinar a presença de um estabelecimento plurinacional com o intuito de proteger a floresta e suas riquezas.

A dificuldade dos países que englobam tal entidade para realizar investimentos na proteção e desenvolvimento sustentável é visível e justificada, pois demandas diversas pelos poucos recursos governamentais estão presentes em toda a América do Sul e possuem maior apelo político quando estão nas grandes cidades. A visualização de problemas envolvendo violência, corrupção, falta de infra-estrutura, educação e saúde são noticiadas todos os dias, porém em áreas afastadas como a maior parte da região amazônica em relação aos grandes centros urbanos a carência pode ser ainda maior e pouco noticiado para essas regiões.

Para o desenvolvimento da OTCA e de toda a Amazônia, é necessário o envolvimento real de todos os países, um investimento pesado para programas de proteção, exploração

⁸⁰ O FMAM está ligado diretamente ao GEF (Global Environmental Facility), entidade não governamental e transnacional de financiamento para o progresso dos países em desenvolvimento. O GEF trabalha em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Documento de entendimento entre a secretaria geral da OEA e o FMAM de 25/06/2005. Disponível no site da OTCA: www.otca.org.br. Acesso em: 23/05/2009.

⁸¹ Memorando de Entendimento entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Comunidade Andina (CAN) de 29 de setembro de 2004. Disponível em: www.otca.org.br. Acesso em 23/05/2009.

sustentável e vigilância da floresta e a real atuação política de todos os países membros frente à comunidade internacional, não somente justificando sua posição de direito na região, mas também desenvolvendo credibilidade e buscando investimentos externos para projetos ecológicos e sociológicos em geral.

2.3 Concessão florestal

A imensidão da floresta amazônica dificulta a organização estrutural, o desenvolvimento e a proteção do seu patrimônio natural sem investimentos do Governo Central e de fontes privadas, tomando-se em conta a dificuldade dos governos da região, com inúmeras pendências nas mais diversas áreas e sem grandes montantes para investir na Amazônia. Por outro lado, o temor da inserção privada nas entranhas da floresta – principalmente no caso de agentes internacionais com interesses exploratórios aguçados e detentores de grande poder financeiro – movimentou a opinião pública contra a possibilidade de um loteamento aberto da floresta.

Uma das possíveis soluções para tais ameaças seria o povoamento da região que teria de adaptar-se ao ecossistema e aos costumes locais e assim, detentora de posse privada, se tornaria sentinela informal contra incursões em solo amazônico (como ocorre com as populações ribeirinhas e os indígenas) porém o número poderia não ser suficiente para preencher as grandes áreas florestais e fronteiriças. A ocupação territorial tornou-se questão prioritária para vigilância dos recursos naturais que potencialmente podem ser alvos de biopirataria⁸² e apropriação indevida de qualquer tipo de matéria endêmica da região. Com os avanços da biotecnologia e as facilidades de um mundo globalizado o avanço sobre a Amazônia torna-se iminente pois é cada vez mais urgente o estudo de novas drogas, materiais e respostas que talvez não possam ser encontradas em outro lugar.

Na faixa de transição entre o povoamento e a ocupação como áreas de exploração sustentável, os governos membros da OTCA começam a propor soluções que possam responder as necessidades da região e um apontamento comum entre Brasil e Peru foi o projeto de concessões florestais para a iniciativa privada. O conceito principal seria o loteamento de terras para a exploração sustentável dos recursos florestais, respeitando limites e com a responsabilidade de prestação de contas para agentes fiscalizadores.

Como observação histórica, Reis (1968) relata outros episódios sobre concessões florestais que ocorreram no início do século XX, mais especificamente entre 1927 e 1928⁸³.

⁸² Termo criado em Novembro de 1993 pela ONG RAFI (Rural Advancement Foundation International), hoje denominada ETC-Group, em artigo denominado: Bio-Piracy: The Story of Natural Coloured Cottons of the Americas, onde os pesquisadores demonstram através do mesmo que a manipulação indevida além da inserção da sociedade capitalista em regiões tradicionais pode causar graves danos ao ambiente da região. Artigo disponível em: http://www.etcgroup.org/en/materials/publications.html?pub_id=496. Acesso em 15/03/2009.

⁸³ Foram três concessões realizadas pelo governo brasileiro: A primeira aos japoneses Gensabure Yamanishi e Kinraku Awazu em 11 de Março de 1927, concedendo um milhão de hectares para a instalação de mil famílias para o cultivo da terra; A segunda em 2 de Março de 1928 ao polonês Dr. Konrad Rogoyski aos mesmos moldes da primeira; A terceira em 20 de Outubro de 1928 ao japonês Kosaku Chishi em uma área de 25 mil hectares

Deve ser destacada a total falta de coerência e preocupação ocorrida no período, quando tais concessões foram entregues a proprietários estrangeiros com largos prazos (50 anos) e sem o menor estudo de impacto ambiental, permitindo mesmo que os concessionários escolhessem a região que pretendiam explorar. A grande preocupação do governo naquele momento era justamente a proteção da Amazônia pela ocupação das terras, atraindo imigrantes para a região, sendo que a população brasileira não demonstrava interesse em se instalar em um clima hostil.

Essa experiência serve apenas para demonstrar a falta de conhecimento sobre o meio ambiente no período e ressaltar a mudança política ocorrida ao longo dos anos. Uma análise comparativa se faz imprópria pelos critérios presentes na evolução sobre estudos ambientais, sendo uma observação histórica da iniciativa brasileira de ocupar o solo amazônico, ainda que de forma incorreta.

Tendo em vista as frustradas experiências vividas nesse período e consciente dos problemas ambientais que poderiam ser gerados, uma nova visão sobre exploração regional foi elaborada de forma pragmática, para uso sustentável e conservação do ecossistema. As delimitações exigidas pela Agenda 21 sobre preservação ambiental não permitiriam uma exploração agressiva ou predatória. Surge então uma série de exigências para a criação de uma concessão, como proteção dos ecossistemas, desenvolvimento sustentável (em esferas crescentes: local, regional e nacional), direito da população local ao acesso a florestas públicas, difusão de conhecimento e promoção da conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos florestais, entre outros.

A lei 11284 de 02 de Março de 2006 é a responsável por tratar da gestão de florestas públicas para concessão, além de criar o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). No capítulo de definições, no Artigo 3º, consta a definição de como deve ser uma concessão florestal:

Concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de

para a instalação de 50 famílias para cultivo da terra, esta concessão rapidamente se esgotando. Outra concessão a ser ressaltada fora a obtida por W. L. Reeves Blakeley de 1 milhão de hectares no Vale do Tapajós em 21 de Julho de 1927 e transferida em 7 de Dezembro do mesmo ano à Companhia Ford Industrial do Brasil com o intuito de explorar látex para a empresa e desenvolvendo na região a Fordlandia, cidade dos operários da indústria. Em 1930 mais três concessões seriam ofertadas, duas a investimentos estadunidenses e uma canadense. Mais detalhes, consultar: Reis (1968, p. 157-173).

licitação e demonstra capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

No capítulo II da mesma lei, que trata especificamente da gestão direta das florestas nacionais, podendo estabelecer convênios, parcerias ou contratos com terceiros, cria-se uma arbitrariedade no Art. 5º, § 2º para a contratação desses serviços, onde aponta que o preço é o fator determinante, enquanto que a melhor técnica para preservação da região poderá ser levada apenas em conta. Dessa forma, um subterfúgio legal tratando de contratos com a União já se mostra possível para burlar tais leis, tornando ainda mais preocupante a análise de concessões para capital privado.

Ao se considerar em primeira instância o maior preço ofertado para concessão, apesar de inserir características técnicas ambientais nas exigências, pode-se levar a uma exploração que não seja a mais adequada a tal ecossistema regional. A exemplo de processos realizados no Peru (como o fato de populações locais com técnicas que degradam a floresta levarem vantagens em relação a empresas com alta tecnologia para uso sustentável⁸⁴) pode haver prerrogativas e imprecisões legais que permitam uma exploração irregular ou mesmo ilegal da região, agravando ainda mais o problema ambiental da Amazônia ao invés de auxiliar em seu desenvolvimento, inclusão, regionalização e preservação como um todo. Algumas medidas foram tomadas pelo governo brasileiro para evitar falhas nesse processo.

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF)⁸⁵ tem como objetivo criar um relatório técnico específico por região para análise de exploração sustentável e delimitação de áreas para tal finalidade. O levantamento levará em conta o planejamento para o setor florestal, o meio ambiente, a estrutura geográfica e a distribuição populacional na área. Deve excluir nessa delimitação áreas de proteção integral, reservas indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável previamente instaladas, áreas fronteiriças e de interesse estratégico da nação. Segundo o PAOF de 2007/2008, dos 150,1 milhões de hectares de florestas públicas, somente 43,7 milhões de hectares são passíveis de concessão, o que representa cerca de 23% do total⁸⁶.

Apesar da grande área disponível para concessão florestal, deve ser levado em conta as diversas particularidades geográficas e biológicas em espaços relativamente pequenos se comparados a área total. Além disso, existe toda uma descontinuidade de regiões que podem

⁸⁴ Presente em artigo de Barreto (2004). Acesso em: 18/04/2009.

⁸⁵ Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF): Trata-se de um relatório técnico sobre determinada área analisada e avaliada e que é passível de exploração sustentável.

⁸⁶ Segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro, disponível no site do Ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br. Acesso em 12/03/2009.

ser utilizadas para concessão, não permitindo dessa forma a criação de grandes áreas de exploração. O primeiro lote de concessão florestal, datado de 2007, possui três regiões que foram ofertadas, no total uma área em torno de 100 mil hectares, bem abaixo dos lotes de um milhão de hectares da década de 20 e 30 do século passado. Além disso, não era permitido adquirir todos os lotes por um único proprietário, de modo a evitar um monopólio de exploração na seção IX, artigo 34. Tal cláusula não permite ao concessionário a aquisição de mais de dois consórcios e estipula um limite percentual máximo para administração definido pelo PAOF, evitando dessa forma uma exploração exclusiva sobre determinados bens naturais que possam ser endêmicos ou em grande concentração na região.

Nos critérios de seleção para concessão a pessoas jurídicas, existe um ponto preocupante a ser ressaltado. Considera-se em primeira instância o maior preço ofertado para a concessão, apesar de inserir características técnicas ambientais nas exigências, podendo levar a uma exploração que não seja a mais efetiva e menos predatória à localidade. Falhas administrativas complementam uma trajetória conflituosa na relação entre um gerenciador privado e a sociedade, onde a floresta é um recurso comum e deve ser protegida em menor caso para a nação detentora de tal riqueza, e em última análise para a humanidade.

No caso peruano, o Instituto de Recursos Naturales (INRENA)⁸⁷ reservou para concessão 25 milhões de hectares, uma área equivalente a 34% da Amazônia peruana e deste total quase quatro milhões já haviam sido cedidos para 162 concessões em 2003. A mesma preocupação existiu no Peru quanto ao tamanho dos terrenos a serem cedidos, fixado em um máximo de 50 mil hectares⁸⁸. Desde sua formação, o INRENA passa por uma série de conflitos com a sociedade, seja por denúncias de corrupção da entidade, seja por critérios duvidosos na seleção de concessões, criando um alerta para o caso brasileiro.

Apesar de existir a possibilidade de criar concessões a empresas estrangeiras no Peru, destaca-se a ausência das mesmas em licitações vitoriosas, outro problema que é ligado ao INRENA por esferas públicas de análise das concessões. Leis mal elaboradas permitem criar facilidades para comunidades e empresas locais, mesmo não tendo em vista critérios técnicos ou sustentáveis de exploração, afastando assim empresas externas com grande capital e alto nível técnico e criando uma exploração em grande esfera artesanal e até mesmo danosa.

⁸⁷ INRENA: Instituto Nacional de Recursos Naturales, órgão ligado ao Ministério de Agricultura responsável por administrar e realizar as concessões florestais no Peru desde sua criação em 2002. Disponível em: www.inrena.gob.pe. Acesso em 20 de Março de 2009.

⁸⁸ Dados fornecidos pelo site do INRENA. Disponível em: www.inrena.gob.pe. Acesso em 20/03/2009.

Ao contrário do esperado pelo governo peruano, existem indícios de que explorações ilegais e predatórias na região continuam⁸⁹, em alguns casos ainda mais agravados do que ocorria anteriormente. Concessões servem como alcinha legal para a exploração de áreas de preservação vizinhas aos limites das mesmas, ou em terras indígenas, sem a necessidade de realizar exploração sustentável fora dos limites estabelecidos. O tortuoso código de leis presente na política nacional do meio ambiente somado a uma fraca e corrupta fiscalização das concessões e permissividade às terras indígenas possibilita o uso indiscriminado da floresta, inclusive ameaçando a Amazônia sob domínio brasileiro nessa expansão.

Um dos reflexos dessa ilegalidade nota-se no volume de floresta que possui certificação de manejo florestal na América Latina, onde o Peru está em terceiro lugar, atrás de Brasil e Bolívia, como pode ser visto no gráfico 01. Natural o Brasil liderar tais estatísticas pela sua maior parcela amazônica, porém ficando atrás da Bolívia demonstra falta de organização e transparência política para elaborar leis que facilitem a certificação dos produtos. A falta de conscientização internacional também convalida o problema, permitindo a venda de produtos não certificados com menores custos e ainda criando uma concorrência desleal aos exploradores certificados.

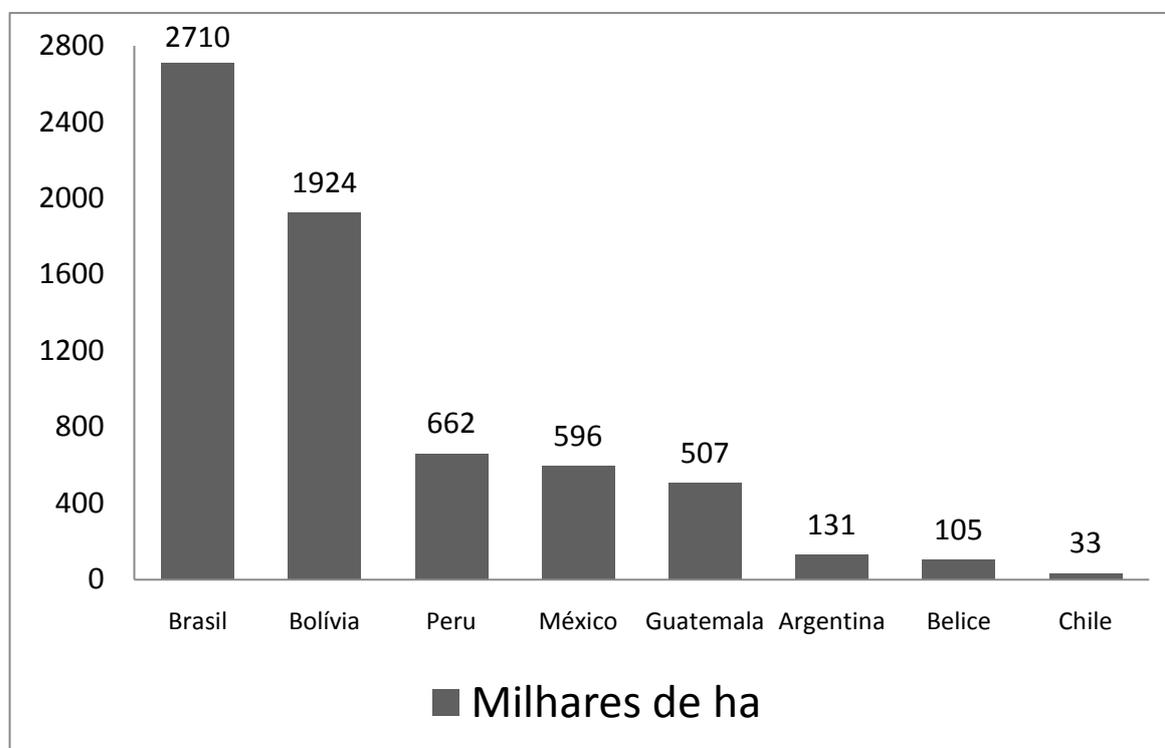


Gráfico 01: Análise da quantidade de floresta certificada por país na América Latina. Setembro 2008.
Fonte: INRENA

⁸⁹ BARRETO (2004). Op cit

A mobilização e o investimento de empresas privadas também influem diretamente nesse índice, no caso Brasil possui diversas empresas estrangeiras explorando a floresta (por exemplo, a Precious Woods, grupo suíço de exploração sustentável) e algumas cooperativas de populações locais. Na Bolívia existe uma forte mobilização de povos indígenas que se utilizam dos recursos florestais para adquirirem verba e também um forte incentivo governamental para a formação de cooperativas. No caso peruano, as leis confusas presentes no INRENA e a predileção por empresas locais acaba por afastar investimentos externos.

Existem diversos tipos de certificações existentes, seja de âmbito nacional como internacional. No Brasil criou-se a CERFLOR, uma entidade nacional de certificação com apoio governamental e de diversos setores que é responsável por autenticar as madeiras de manejo sustentável⁹⁰. A entidade foi fundada em 1996 e possui vinculação com o Inmetro e com a ABNT, seguindo regras padronizadas por essas entidades. No Peru a certificação fica a cargo da fundação internacional Forest Stewardship Council (FSC)⁹¹ fundada em 1993 e com sede fixa no México. A FSC é a mais importante certificadora mundial, responsável por cerca de 30% de toda madeira certificada do planeta.

Tanto Brasil como Peru participam de uma rede mundial de empresas que visam a produção sustentável de madeira em geral, o Global Forest and Trade Network –GFTN. São mais de 650 empresas em 18 países unidas por uma produção de bens não degradantes ao meio ambiente, envolvendo também ONGs e órgãos públicos.

Segundo Spathelf (2004), o mercado interno brasileiro é o maior consumidor de madeira tropical do mundo, o que destrói um pouco o mito dos países desenvolvidos serem os grandes responsáveis pelo desmatamento, o que seria uma isenção de culpa dos próprios consumidores internos para seu predadorismo. Citando Spathelf (2004, p. 375):

Sem considerar a lenha, em torno de 95% da madeira roliça e serrada do Brasil é consumida no mercado interno; 86% da madeira produzida na Amazônia destina-se ao consumo interno, e 65% das exportações são compradas pelos EUA e UE, o que corresponde a 2% da produção de madeira no Brasil.

Mesmo levando-se em conta que tal trabalho fora escrito em 2004, são números relevantes para serem analisados, sem perspectiva de reversão do quadro em apenas quatro

⁹⁰ Site: www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp. Acesso: 20/03/2009.

⁹¹ Site: www.fsc.org. Acesso: 20/03/2009.

anos. A conscientização para o consumo de madeira certificada deve ser uma exigência muito mais interna do que externa para surtir efeito positivo sobre o desmatamento ilícito. No caso peruano, o problema é inverso, com grande exportação madeireira e também a expansão da pecuária sobre as áreas florestais, além da busca de riquezas minerais.

Apesar de tratar de um evento fora do prazo estipulado a ser estudado, é de vital importância relatar as modificações ocorridas nas leis peruanas em relação a floresta amazônica. No ano de 2009 foi promulgado o Decreto 1090 sobre mudanças na política ambiental do Peru, o que veio demonstrar uma política sem grandes preocupações ambientais, sociais e políticas. O decreto exclui da proteção governamental 45 milhões de hectares da Amazônia do mesmo país, o que representa uma área de 60% do total⁹². Dessa forma, abriria possibilidades ainda maiores para o avanço de políticas predatórias na exploração florestal e principalmente, uma maior inserção de capital internacional para extrair petróleo e gás natural das gigantescas reservas ocultas na floresta peruana⁹³.

Infelizmente, o interesse protecionista do governo peruano é inversamente proporcional à importância desse ecossistema que inclui a denominada Alta Amazônia, uma área andina que possui uma das maiores biodiversidades do planeta, com mais de 20 mil plantas endêmicas em um espaço com menos de 1% da superfície terrestre. A grande diversidade de ecossistemas relacionada com as variações de altitude torna o problema ainda pior, pois a recuperação de uma área desse tipo é impraticável com as tecnologias existentes, sem mencionar as diversas etnias presentes nessa região, sendo que algumas das quais nunca tiveram contato com a sociedade moderna.

Um outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito ao tempo de concessões e as formas de avaliação sobre a produção sustentável para renovação ou não de contrato. No plano peruano, existe um prazo de tolerância de cinco anos ao qual o concessionário pode explorar mediante apresentação de relatório dos recursos retirados da floresta, sem citar fiscalização ambiental por parte do governo. Somente após cinco anos é exigido um plano geral de concessão das empresas, o que pode gerar uma exploração predatória no início das atividades das empresas com o aval do próprio governo peruano⁹⁴.

⁹² Matéria obtida no site Tierramérica: http://www.tierramerica.info/index_pt.php. Acesso em 25/07/2009.

⁹³ No ano de 2009, o governo de Alan Garcia buscou desarticular os movimentos indígenas que tentam preservar a Amazônia peruana da invasão sistêmica de empresas internacionais (com forte pressão dos Estados Unidos) para a exploração de óleo e gás natural presente em grande parte da região. Isto poderia representar a abertura a 72% do território amazônico deste país que viria a entrar em conflito com os direitos indígenas sobre a posse da terra e também dos parques de preservação. Reportagem escrita por Aiello (2009), disponível no site da revista Nacla (North American Congress on Latin America): <https://nacla.org/node/5995>. Acesso em 15/11/2009.

⁹⁴ Normas estabelecidas pelo INRENA e disponível no site: www.inrena.gob.pe. Acesso em 26/07/2009.

As licitações são realizadas para um prazo de 40 anos, sendo renovável mediante apresentação de bom desempenho da área. Existe uma forte discussão entre o governo e os concessionários sobre os investimentos feitos nas áreas delimitadas para exploração sustentável. Enquanto os concessionários propõem a posse definitiva das delimitações por estarem investindo e preservando a floresta – o que bastaria para não pagarem mais nada além do estipulado pelo contrato da concessão florestal – enquanto que o governo busca defender os interesses coletivos conflituosos urbano e rural da população. Essa busca de perpetuação na região poderia advir de raízes históricas de grupos exploradores da floresta amazônica peruana anterior ao processo de licitação, o que significaria continuísmo na forma predatória a qual a floresta é utilizada, exceto pelo fato de esta vez existir um aval legal do governo e da sociedade peruana.

No caso brasileiro, algumas mudanças foram cruciais pela observação dos processos que ocorrem no Peru e em outros países da América Latina. Dessa forma, para evitar uma lacuna que permita a exploração predatória, o Ministério do Meio Ambiente criou o PAOF⁹⁵ através da lei N° 11284⁹⁶ de 2006, sendo o SFB⁹⁷ responsável pela elaboração de tal documento sobre as características de cada região a ser concedida. Assim, as metas e possibilidades para exploração de cada concessão já estão presentes em estudo prévio realizado pelo governo, dessa forma exigindo prestação de contas desde o momento em que a empresa toma posse. Além disso, não existe abertura para licitações a empresas externas, evitando o investimento em áreas prejudiciais ao país das mais diversas formas, como estudos em biotecnologia ou mesmo biopirataria.

A problemática para tal sistema de gestão florestal está na fiscalização e controle do desmatamento por parte do governo federal, através de imagens obtidas pelo SIVAM somado aos agentes de campo responsáveis. Uma avaliação de eficiência dificilmente será positiva sem um aumento substancial de agentes e a melhoria de informações compartilhadas por todos os países amazônicos sobre as atividades na floresta. Tendo-se em vista que somente a Amazônia Legal brasileira possui uma área estimada de cinco milhões de Km², a preparação e

⁹⁵ PAOF: Plano Anual de Outorga Florestal, relatório técnico elaborado sobre área delimitada para concessão sobre impactos ambientais, recursos disponíveis, sustentabilidade e viabilidade de uso florestal por empresas ou comunidades. Somente com a avaliação do PAOF pronta e confirmando a possibilidade de uso da região que a concessão pode vir a ser aberta para contratação.

⁹⁶ Disponível no site do Ministério do Meio Ambiente, dentro da Secretaria de Biodiversidade e Florestas: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=146>. Acesso: 17/06/2009.

⁹⁷ SFB: Serviço Florestal Brasileiro, subdivisão do Ministério do Meio Ambiente responsável por administrar e gerir as concessões florestais e aplicar os recursos devidos em cada área a ser destinado. O SFB possui independência do MMA para atuar nas concessões florestais e possui a responsabilidade direta sobre a fiscalização das mesmas.

as estratégias para abordar irregularidades devem ser cirúrgicas ou dispor de grande contingente de agentes de controle in loco.

Outra dificuldade pode ser criada no aspecto burocrático sobre as determinações financeiras dessas concessões, onde os recursos obtidos deverão ser repassados aos governos estaduais (30%), municipais (30%) e ao FNDF⁹⁸ (40%) como especificado na lei N° 11284, porém a totalidade dessa verba será administrada pelo Tesouro Nacional e distribuída trimestralmente aos de direito. Faz-se necessário uma fiscalização institucional e da sociedade para a gestão de tais recursos, verificando as aplicações legais governamentais e transparência desse controle financeiro. A administração corrupta ou irresponsável em tal sistema pode levar a falta de investimentos no setor e posterior deterioramento ecológico da região, tornando-se tão danoso quanto a exploração ilegal.

Além disso, um imbróglio judicial evita punições severas aos responsáveis por agressões ambientais, como pode ser visto em estudos realizados pelo instituto Imazon⁹⁹ que indicam que apenas 10% dos crimes ambientais resultaram em punição com cárcere dos responsáveis. Essa baixa efetividade na repressão de crimes ambientais estimula a prática e mesmo o aumento das atividades ilegais na floresta amazônica, tanto no âmbito brasileiro como no peruano. O desenvolvimento cooperativo da floresta por esses países deve se focar em um sistema transparente de gestão, parcerias com empresas responsáveis e de alto nível tecnológico para exploração sustentável, além de preservar o ambiente de indígenas, ribeirinhos e quilombolas residentes nessa área¹⁰⁰.

O processo de avaliação sobre as concessões no Peru consta de relatórios enviados ao INRENA e ao Ministério de Recursos Naturais do país, sem constar fiscalizações periódicas ou mesmo análise factual do relatório pelas autoridades, permitindo dessa forma uma maior degradação de reservas e parques nacionais. Trata-se do mesmo tipo de exploração anterior às concessões, inclusive com os mesmos agentes predadores do passado, em busca de

⁹⁸ Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF): Recurso financeiro obtido pelos impostos e excedentes pagos pelos concessionários, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal e promover a inovação tecnológica na área.

⁹⁹ Consultar: Barreto, P. Araújo, E. Brito, B. A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia. Disponível em: www.imazon.org.br. Acesso em 17 de Junho de 2009.

¹⁰⁰ A título de informação, por se tratar de análise fora do intervalo de estudo desse trabalho, recentemente (26/06/09) foi aprovada e sancionada a lei N° 11952 que visa legitimar a posse de terra para pessoas jurídicas, ocupantes indiretos e proprietários de outros imóveis, ficando essa conhecida como a medida provisória dos grileiros. Trata-se de um retrocesso nas leis ambientais, pois de forma indireta permite contornos e brechas legais que garantem a manutenção de grandes propriedades na região amazônica, que poderá ser posteriormente vendida para uso na pecuária ou de exploração predatória. Maiores detalhes no site do ISA (Instituto Socioambiental): www.socioambiental.org. Acesso em 17 de Junho de 2009.

perpetuação nessa cadeia destrutiva. No Brasil, trata-se de evento ainda recente para avaliação, porém em prevenção existe uma forte diferença na avaliação de concessões.

Juntamente com a lei de exploração sustentável brasileira foram criadas também as normas legais para avaliação das concessões em forma de auditorias florestais, um processo de avaliação em prazos não superiores a três anos com custos arcados pelo concessionário. Ficará sob responsabilidade desta a avaliação dos cumprimentos previstos na licitação inicial. Além disso, fora criado também uma ouvidoria para análise de denúncias e reclamações, zelar pela qualidade dos serviços do SFB e pela produção de relatórios semestrais de atividades. Cabe a sociedade a avaliação e controle de todos esses instrumentos de controle e avaliação das concessões, para evitar que se tornem cargos de interesse político sem demais motivações.

Se não é possível garantir a redução da depredação da floresta amazônica brasileira com tais medidas, obtém-se no mínimo dados relevantes sobre a região para futuros investimentos de diversas áreas. Em relatório elaborado pelo governo sobre a gestão de florestas públicas de 2008¹⁰¹, os dados do levantamento realizado cobriram uma área de seis milhões de hectares de florestas inventariadas, permitindo assim elaborar melhores planos de exploração sustentável.

Além disso, as políticas para elaboração de novas concessões levam em conta áreas já ocupadas por ribeirinhos, indígenas e quilombolas, de forma a não interferir no modo de vida dos mesmos. A importância da preservação desses grupos humanos presentes historicamente na região pode entrar em conflito com interesses monetários de grande impacto, não somente pela presença do ecossistema complexo, senão por recursos minerais, hídricos e outros bens não renováveis disponíveis em regiões ocupadas por esses grupos.

No Peru, o problema mostra-se mais difícil de ser solucionado, pois apesar de possuir um conjunto de leis instituídas para regulamentar o uso da floresta, essas mesmas leis possuem lacunas que permitem serem exploradas por pessoas de influência em uma região, facilitando a busca por controle da área. A administração corrupta da instituição e a falta de investimentos para fiscalização ampliam essas negociações ilícitas.

A visão do governo Alan Garcia sobre a Amazônia sempre pendeu para o lado exploratório liberal, permitindo a incursão de empresas transnacionais para explorar os recursos florestais e ameaçando o complexo ecossistema da floresta. Movimentos civis contrários a tal política surgiram ao longo do tempo, como a revolta dos indígenas de Baguá e

¹⁰¹ Relatório de gestão de florestas públicas de 2008, disponível no site do ministério do meio ambiente, disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em 17 de Junho de 2009.

movimentos estudantis, o que fez com que a visão do governo peruano tivesse de se alterar em relação à Amazônia.

A busca por matérias primas na Amazônia peruana é um dos principais fatores que motivam invasões de parques nacionais e reservas indígenas, fato que só será suprimido com políticas rígidas e forte fiscalização.

2.4 Recursos não renováveis

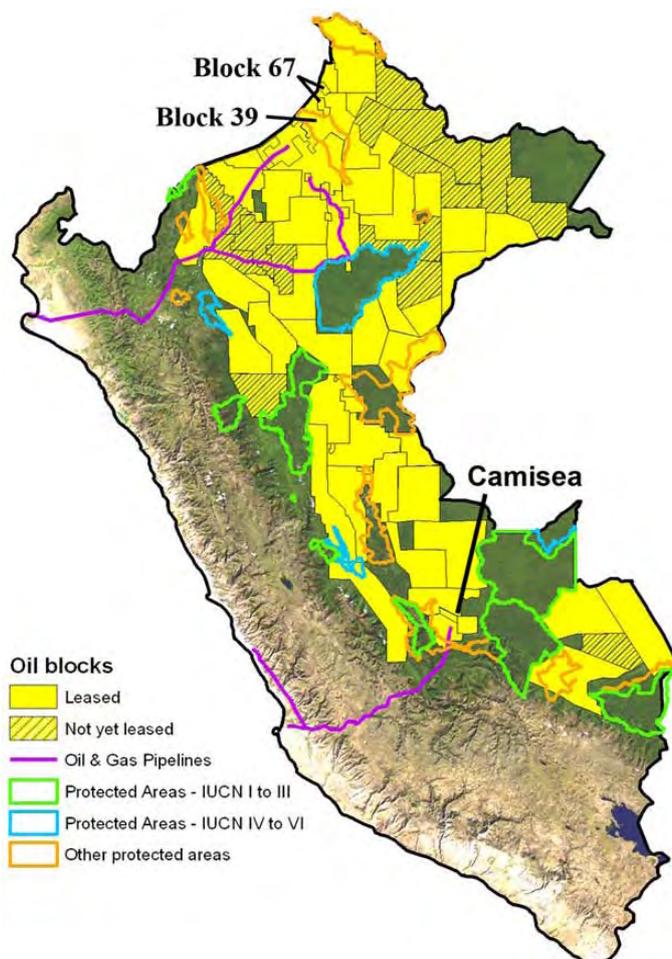
Um tema de grande importância a ser destacado é a busca desenfreada de combustíveis fósseis pela sociedade mundial e neste quesito a Amazônia brasileira representa uma das poucas regiões onde a extração desses recursos é mínima ou mesmo não existe. Em artigo de Finer¹⁰² (2008) mostra-se toda a expansão das multinacionais clamando por tais recursos. Até a publicação do artigo, 35 multinacionais operavam nessa região em busca dos preciosos recursos. Na análise citada, o caso do Brasil é um dos menos preocupantes, justamente por se tratar de uma Amazônia com menor diversidade e riquezas do que a peruana, porém com impactos ambientais e sociais gravíssimos no território amazônico em geral.

Finer (2008) demonstra que o perigo dessa exploração atinge a floresta, a biodiversidade e os grupos étnicos existentes nessas áreas. No caso do Peru, a análise pode ser feita com base em considerações históricas, sendo este o primeiro país a explorar petróleo e gás da região amazônica por volta de 1920, logo seguido pelo Equador. Esse projeto só começaria a vigorar no Brasil na década de 1970 durante a ditadura militar. A própria análise técnica da Amazônia demonstra uma menor concentração de hidrocarbonetos na Baixa Amazônia, que representa quase a totalidade da parcela brasileira.

Os estudos e análises técnicas dos governos criaram uma delimitação de regiões aos quais eles denominam de blocos tais áreas geográficas. No total, existem atualmente cerca de 180 blocos detentores de óleo e/ou gás para exploração na floresta amazônica peruana, tal montante representando uma área de cerca de 688.000 Km². Dessa área total, mais de 70% encontra-se em solo peruano, possuindo uma área de 490.000 Km² dividido em 64 blocos¹⁰³, como pode ser visto na figura abaixo:

¹⁰² Artigo retirado da revista online Plos ONE, com enfoque na Amazônia Ocidental, de maior riqueza natural. Disponível em: www.plosone.org.

¹⁰³ Dados obtidos de artigo de Finer (2008). Op cit



Mapa 02: Mapa da região amazônica peruana com destaque para os blocos de reservas de óleo e gás.
Fonte: Finer, M. et al. Ob cit., 2008.

Porém, a exploração desse enorme riqueza mostra-se ilegal na maioria dos casos, quando se analisa que desses 64 blocos, 58 estão em terras indígenas, parques nacionais ou reservas. A necessidade da criação de rodovias, oleodutos, desmatamento e mesmo vazamento de óleo e gás cria condições totalmente adversas para a exploração de baixo impacto em uma região tão sensível como a Amazônia na análise de Finer (2008).

Apesar disso, políticas públicas de incentivo a extração desses produtos continuam sendo estimulados na maioria dos países, seja devido ao alto valor financeiro das matérias primas ou mesmo como forma de atrair investimentos no país. O Peru criou uma política de investimentos nessa área em 2003 para atrair empresas multinacionais para explorar petróleo e gás, resultando na ocupação de 48 blocos pelas mesmas¹⁰⁴. Em uma visão rápida no mapa 02, é possível observar que as áreas que possuem hidrocarbonetos estão em sua maioria ocupadas.

¹⁰⁴ Detalhe para a região de Camisea, em destaque na figura 3, onde se estima que somente nessa área exista uma reserva de mais de 15 trilhões de m³ de gás natural. Além de diversas empresas multinacionais, existe um forte interesse brasileiro na exploração desse recurso, como pode ser visto em trabalho de Amayo (2001/02).

O caso brasileiro é bem menos preocupante, mas também possui uma política permissiva em relação à preservação da Amazônia acima dos interesses financeiros. No estudo realizado por Finer (2008), o Brasil possuiria somente 25 blocos de reservas de hidrocarbonetos somando uma área de aproximadamente 67.000 Km², em uma região amplamente estudada pela Petrobras desde os anos 70 do século XX, a região de Urucu e Juruá. Até mesmo uma infra-estrutura existe para a extração dos recursos, criado pela empresa para o menor impacto ambiental possível, porém a construção de rodovias, oleodutos e a interdição da área ao redor foram inevitáveis e deslocaram a presença de indígenas e ribeirinhos para outra região.

O poder econômico da Petrobrás e o direito de monopólio de extração de óleo e gás no Brasil impediram uma massiva presença de multinacionais na Amazônia brasileira, o que pode ter minimizado os impactos ambientais do projeto Urucu - Juruá¹⁰⁵. A preocupação atual é a inserção dessas empresas em território brasileiro através da Amazônia de países vizinhos, onde a ocupação dos blocos se faz presente predominantemente por multinacionais, principalmente no caso do Peru ao observar a região de fronteira entre os países. Existe uma forte ocupação nos blocos de fronteira com o Brasil e em áreas que ainda não foram estudadas sobre sua composição e a possibilidade de presença de hidrocarbonetos.

Outra problemática brasileira que promete se estender na América do Sul de forma generalizada é o sistema de transporte rodoviário, onde este possui o maior fator de agressão ao meio ambiente do que qualquer outro. As intempéries naturais dificultam uma integração do subcontinente sem grande investimento em infra-estrutura, com obras de grande encargo financeiro. A Rodovia Transoceânica que liga Assis Brasil à Iñapari e conseqüentemente o Brasil ao Peru, é um exemplo disso¹⁰⁶. Existe um planejamento (IIRSA) para a construção de corredores para a ligação dos países entre si e o primeiro a ser desenvolvido e receber investimento por parte do Brasil foi a proposta de conexão rodoviária. Com o aumento de rodovias existe uma forte tendência ao aumento do desmatamento, o que facilitaria a exploração ilegal de recursos e eliminando a floresta ao redor¹⁰⁷.

A composição do solo amazônico em sua grande parte é demasiado pobre, pois este adquire quase a totalidade de suas necessidades da floresta, através da reabsorção de nutrientes das folhas, árvores e animais que se decompõe sobre o mesmo. Na biologia, esse

¹⁰⁵ A quebra do monopólio de extração de petróleo em solo brasileiro só foi revogado em 9 de novembro de 1997, através da Emenda Constitucional N^o 9. Disponível em: www.petrobras.com.br. Acesso em 18/11/2009. Maiores detalhes sobre as explorações da empresa em solo amazônico em textos de Ab'Saber (1996). Op cit

¹⁰⁶ Como será analisado adiante em capítulo específico sobre infra-estrutura.

¹⁰⁷ Dados disponíveis no site do IIRSA: www.iirsa.org. acesso em 18/11/2009.

sistema é denominado Ciclo do Nitrogênio, o que mantém o solo florestal saudável e com propriedades para a fertilização da vida vegetal. Porém, com a retirada da floresta, a presença de nutrientes começa a rarear e o solo é facilmente deslocado pelas chuvas, processo denominado lixiviação. Em um curto espaço de tempo, nota-se a esterilização da área desmatada, o que exige o avanço desse sistema predatório, sendo o transporte rodoviário um propagador dessa derrubada.

Outros recursos não renováveis, como os minérios, também atraem o investimento e a cobiça para a exploração, principalmente na Alta Amazônia, onde existem focos de grande riqueza mineral. Nessa área, o Peru possui maiores riquezas que o Brasil, principalmente relacionado a metais nobres como prata (1º produtor mundial), cobre (4º produtor mundial) e ouro (5º produtor mundial), além de estanho e zinco (3º produtor mundial). O Brasil se destaca pela produção de ferro (5º produtor mundial), alumínio (6º produtor mundial) e níquel (10º produtor mundial) entre outros¹⁰⁸. Além disso, estima-se que existam muitas outras reservas não exploradas de minerais tanto no Brasil como no Peru.

A prospecção, elaboração e finalização da busca desses materiais sempre causam impactos ambientais, maiores quanto menos tecnologia e preparação estiverem vinculados a esses trabalhos. No Peru existe o caso de contaminação da população por chumbo na cidade de Oroya, localizada a 150 km de Lima, onde praticamente metade das crianças até 3 anos estavam contaminadas no ano de 2001, segundo estudo do hospital infantil de Columbus, Estados Unidos¹⁰⁹. No Brasil, existe um caso mais recente na cidade de Barcarena no Pará, a 75 km da capital. Em 2007, uma empresa denominada Imerys Rio Capim Caulim teve um vazamento de caulim¹¹⁰ de 300 mil metros cúbicos que atingiu o rio Pará e causou grande desequilíbrio ecológico na região¹¹¹.

Excetuando raros casos, a exploração de tais recursos demandam grandes investimentos e com isso atraem grandes empresas, como podemos notar tanto no Brasil como no Peru. Uma política agressiva peruana de isenção de impostos para atrair tais empresas resultou em uma ascensão do país do 52º lugar para 28º em termos de

¹⁰⁸ Dados fornecidos pelo The Economist: Pocket World in figures 2008.

¹⁰⁹ Em reportagem da revista TerraAmerica de 22/02//2008:

<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=2548>. Acesso em 21/01/2010.

¹¹⁰ Caulim ou caulino é um minério composto de silicatos hidratados de alumínio, como a caulinita e a haloisita, e apresenta características especiais que permitem sua utilização na fabricação de papel, cerâmica, tintas, etc. Pode ser utilizado para adição ou substituição das argilas plásticas. Apresentam plasticidade e resistência mecânica, a seco. É de coloração branca e funde a 1800°C. Fonte: www.wikipedia.org.br. Acesso em 13/01/2010.

¹¹¹ Reportagem da revista TerraAmerica de 09/07/2009:

<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=667>. Acesso em 21/01/2010.

competitividade mineradora mundial, porém ao custo de um grande aumento da devastação ambiental. O distrito de Encañada, próximo a Cajamarca, foi inteiramente aberto a concessão para mineradoras atuarem, quase que exclusivamente compostas de transnacionais. No Brasil, além da gigante Vale, temos forte presença de mineradoras canadenses, norte-americanas e européias¹¹².

Ao contrário do que pode ser imaginado ou propagado pela mídia, o investimento em empresas geradoras de energia, mineradoras ou petrolíferas não geram grande número de empregos, ao contrário, concentra essas riquezas em poucos investidores e não geram desenvolvimento regional, pois quase a totalidade desse recurso não permanecerá onde se originaram. Segundo trabalhos de Fearnside (2003 e 2009)¹¹³, a abertura de novas rodovias na região amazônica permitirá o acesso a áreas florestais intactas que poderão ser maculadas ilegalmente.

Somado a isso, essas grandes obras trazem consigo impactos ambientais de enormes proporções, o que pode alterar completamente o ecossistema de uma região. Construções de hidroelétricas (principalmente no caso brasileiro, onde a floresta está em uma região de planície), exploração de gás natural e petróleo e extração de minérios criam efeitos degenerativos para a floresta nos mais diversos aspectos, além de interferir diretamente em regiões habitadas por nativos e ribeirinhos. A degradação progressiva dessas populações traz consigo o índice de agressão ao ambiente, pela extração florestal ilegal ou por outros recursos disponíveis naquela região, sem trazer diretamente benefício algum ao desenvolvimento local.

¹¹² Diversas reportagens sobre o tema disponíveis na agência de notícias IPS (Inter Press Service): www.ipsbrasil.net. Acesso em 24/11/2009.

¹¹³ Philip Fearnside é pesquisador do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e possui diversos trabalhos analisando o impacto do desenvolvimento estrutural amazônico para a floresta, a população local e os indígenas. Seus trabalhos estão disponíveis no site do INPA: www.inpa.gov.br.

3. ECONOMIA

3.1 Brasil e Peru

Neste capítulo serão analisadas as mudanças ocorridas nos dois países estudados pelo trabalho, desenvolvendo uma relação com as repercussões derivadas disso para toda a América do Sul. O potencial econômico para crescimento dos blocos econômicos aos quais pertencem podem ser utilizados para analisar o poder de negociação no cenário mundial, desafio ao qual tanto CAN como Mercosul tentam superar, no qual a Unasul figura como um meio mais poderoso para inserção global de toda a região e um desenvolvimento mais igualitário a todos os países.

A análise do contexto econômico será realizada de forma mesclada com os dados das nações, buscando dinamizar a discussão e não ser construído um panorama de simples reprodução de dados. Essa análise conjunta também irá facilitar para elaborar perspectivas de desenvolvimento conjunto entre Brasil e Peru na esfera econômica e pode ser considerado um termômetro para se avaliar o sucesso da busca de união entre os blocos econômicos para o desenvolvimento da Unasul. Acima disso, faz-se mister analisar a economia local amazônica para entender a disparidade e a exclusão dessa região às demais áreas economicamente mais fortes e a importância de um desenvolvimento sustentável.

O período a ser analisado nesse trabalho (2003-2008) possui diversas explicações, seja na política, na ecológica ou na econômica, porém a economia pode ser considerada uma área de destaque especial para as novas oportunidades apresentadas tanto ao Brasil como ao Peru. O ano de 2003 acumula diversos fatores de mudança positivas para a América do Sul, entre eles trata-se de uma recuperação econômica mundial após eventos caóticos como o Efeito Tango (crise econômica argentina) e o Efeito Vodca (crise econômica russa) que abalaram a economia mundial e seu encolhimento. Até o ano de 2008 nota-se um crescimento constante da economia mundial da ordem de 4,9% ao ano em média, um dos maiores valores da história e quase comparável com o período de 1970-1973, quando a economia mundial crescia na ordem de 5,4%¹¹⁴.

Além disso, nesse período surge outra grande potência econômica mundial a dividir as atenções com Estados Unidos, União Européia e Japão, o crescimento descomunal da China –

¹¹⁴ Segundo dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Disponível em: www.imf.org. Acesso em 14/12/2009.

trazendo consigo outros pretensos países a formarem uma nova classe de nações com potencial de competição mundial, aos quais podem ser destacados a Índia, a Rússia, África do Sul e também o Brasil¹¹⁵ – traz uma despolarização financeira dos tradicionais centros para diversificar a competição e ampliar as possibilidades de comércio. Tal crescimento demandou e demanda grande quantidade de matérias primas, o que a América do Sul possui em quase todas as possibilidades, além de um histórico de boas relações entre China e os países deste subcontinente.

Essa necessidade de comercializar com a China fez com que a aproximação de Brasil e Peru fosse acelerada, pois a redução de custos para exportação de produtos brasileiros os tornam ainda mais competitivos. No sentido inverso, essa mesma conexão entre os dois oceanos que banham a América do Sul permitirá ao Peru se conectar mais facilmente ao mercado europeu, que também demanda diversos recursos presentes nesse e nos outros países da região, além de potencializar o turismo ecológico e o desenvolvimento da região amazônica.

Outro benefício que pode ser notado nessa aproximação entre os dois países foi o substancial aumento nas relações comerciais entre eles, saltando de US\$ 724 milhões em 2003 para US\$ 3,3 bilhões em 2008, um crescimento de 455% aproximadamente. Vale destacar que no mesmo período de 2003 a 2008, o Brasil diversificou sua pauta de exportações, reduzindo seu índice com Estados Unidos (queda de 40%) e União Européia (queda de 9%) e aumentando com outros países, destaque para os membros da Unasul (aumento de 119%), África (aumento de 31%) e Ásia (aumento de 19%) segundo dados obtidos pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

A economia peruana apresentou sinais de crescimento dos mais altos do mundo entre 2003 e 2008, 6,8% em média, atingindo índices de 9% no ano de 2008 e mesmo com o cenário de crise econômica no ano de 2009 a previsão do FMI (2009) para o país era de um crescimento de 3,5%. Esse forte desenvolvimento demanda uma série de recursos e produtos para atender a sociedade e então o interesse brasileiro demonstra o porquê dessa aproximação. Da grade de produtos exportados pelo Brasil ao Peru, aproximadamente 85% destes são manufaturados, ou seja, produtos com maior valor agregado enquanto que as importações do mesmo país focam-se principalmente em recursos primários.

¹¹⁵ Tal destaque permitiu a criação de um grupo dos 20 mais ricos países, envolvendo inclusive alguns países emergentes, para negociar com os rumos da economia mundial, grupo ao qual foi denominado G-20. O grupo foi criado em 2003 para trazer a pauta da Organização Mundial do Comércio as reivindicações dos países mais carentes e basicamente produtores de produtos alimentícios que normalmente seriam ignorados nessa reunião de alta cúpula da OMC.

Em dados obtidos por pesquisa realizada pela FIESP¹¹⁶, os 10 principais produtos brasileiros exportados ao Peru são óleos brutos de petróleo, terminais de telefonia celular, barras de ferro, chassis com motor diesel e cabina, chassis com motor para veículos de passeio, automóveis com motor a explosão, tubos de ferro/aço, tratores rodoviários e polipropileno sem carga. As principais importações desse país pela mesma tabela são catodos de cobre refinados, sulfetos de minérios de zinco, prata bruta, fios de cobre, chumbo refinado, zinco, ligas de zinco, azeitonas, conservas de peixes em geral e outras chapas metálicas ou não. O saldo da balança comercial entre os países mostra-se favorável ao Brasil, mas esse encargo financeiro ao Peru visa também suplantar carências da região em produtos de maior tecnologia, beneficiado ainda pelas baixas taxas de juros.

O processo de aproximação entre esses países almeja trazer consigo a inserção da região amazônica no panorama de desenvolvimento conjunto da América do Sul. A floresta encontra-se justamente entre essas duas nações e o eixo de conexão a ser criado entre eles irá perpassar não somente pela Amazônia, mas por diferentes cenários e ecossistemas que precisam ser preservados e explorados de forma sustentável. Ao longo dos séculos, esse cenário magistral traz muito mais especulações do que análises objetivas sobre seu potencial, de forma que o seu uso sempre é postergado.

A falta de conhecimento da composição florestal ao todo causa grande confusão e falta de planejamento para um processo de extração sustentável e preservação do ecossistema. A produção de artesanatos, doces, geléias, cosméticos, fitoterápicos, móveis, óleos, resinas, gorduras e a extração de madeira, palmito, borracha, castanhas, guaraná, açaí e outros traz consigo hoje o valor agregado de produtos ecologicamente corretos, com mercado garantido mundialmente e valorização desse tipo de produção. Somente os Estados Unidos, maior consumidor desse tipo de produto, movimentou cerca de US\$ 209 bilhões em 2008 e a estima é que tal mercado cresça na ordem 20% ao ano até 2020¹¹⁷.

Somente as extrações de castanha do Pará e do babaçu proporcionam uma renda de R\$ 160 milhões e o emprego de 500 mil famílias em toda a Amazônia brasileira, segundo dados do INCRA¹¹⁸. Outro responsável por uma das organizações que buscam incentivar e organizar essas pessoas para estruturar sua produção e dar maior visibilidade ao mercado é a ONG

¹¹⁶ Em encontro realizado em Lima de 3 a 7 de Junho de 2007. Encontro Empresarial Brasil-Peru, disponível no site da FIESP: <http://www.fiesp.com.br/brasilperu/telas/sobre-peru.asp>. Acesso: 16/12/2009.

¹¹⁷ Dados da empresa de consultoria Natural Marketing, especializada em mercado de produtos sustentáveis. Site: <http://www.naturalmarketing.com/>. Acesso: 11/01/2010.

¹¹⁸ Plano de Ação para cadeia produtiva da castanha-do-brasil será apresentado em Brasília. Relatório apresentado pelo INCRA em 12/06/2009 na cidade de Brasília para a formação da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil. Disponível em: <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=314917>. Acesso: 11/01/2010.

Amigos da Terra, onde hoje existem 888 empreendimentos sustentáveis sob a organização da ONG e destes, 727 (cerca de 80%) estão diretamente ligados à exploração da floresta, segundo dados presentes no site no Balcão de Serviços de Negócios Sustentáveis¹¹⁹. Verificando os valores gastos nos Estados Unidos, há de se notar que as cifras de utilização da Amazônia nesse sentido são bem modestas.

No Peru, o problema para a preservação dessas áreas é agravado pelas riquezas minerais existentes embaixo do solo da floresta, que desperta grande interesse de transnacionais. A economia tradicional local envolve a extração de frutos e seivas da floresta, como a borracha, a quina e outros. Além desses, a biotecnologia da Alta Amazônia mostra-se um empreendimento lucrativo para o Peru, que juntamente com Colômbia e Venezuela lideram o processo de estudos das riquezas amazônicas para o desenvolvimento de medicamentos e de cosméticos, mercado esse que movimenta mais de US\$ 90 bilhões por ano. Outra grande fonte de renda do país é o turismo¹²⁰, no ano de 2008 quase cinco milhões de viajantes nacionais e estrangeiros movimentando em torno de US\$ 2,4 bilhões¹²¹.

A importância do desenvolvimento do comércio de mercadorias tradicionais, além da preservação florestal, é o impacto social resultante. Por se tratarem em sua grande maioria de cooperativas compostas pelos próprios trabalhadores, a conversão dos lucros retorna integralmente aos mesmos, melhorando dessa forma o poder aquisitivo e a qualidade de vida dessas pessoas. Estimativas econômicas¹²² de longo prazo projetam cifras de R\$ 6800 por hectare incluindo a exploração de produtos hoje conhecidos e de madeira de forma sustentável, frente uma renda média de R\$ 2000 por hectare de pastagem na região. A falta de fiscalização e punição adequadas acaba por não refrear a prática de derrubada, que fornece um lucro imediato da venda da madeira. Deve-se levar em conta também o valor de depreciação da área ao longo do tempo, muito menor na floresta preservada do que no pasto com o solo exposto e sujeito a degradação prematura.

Sem dúvida, o primeiro item a ser pensado e explorado é a madeira amazônica, detentora de diversas espécies denominadas de madeiras de lei, cujo preço é bastante elevado no mercado mundial. O grande ponto é a obtenção destas sem causar graves prejuízos ao ecossistema como um todo, pois tais árvores estão envoltas de outras espécies que nem

¹¹⁹ Site: <http://negocios.amazonia.org.br/>. Acesso: 11/01/2010.

¹²⁰ Machu Pichu, patrimônio da humanidade pela UNESCO e umas das novas 7 maravilhas do mundo se encontra na Alta Amazônia peruana.

¹²¹ Dados apresentados pelo Ministerio de Transportes y Comunicaciones do Peru na área de estatísticas: <http://www.mtc.gob.pe/estadisticas/index.html>. Acesso: 11/01/2010.

¹²² Utilização de diversas fontes, a citar: Imazon, INPA, IBGE, ONG Amazônia.

sempre são de interesse comercial. É aqui justamente que o conceito de exploração sustentável deve ser aplicada para preservar a floresta mesmo que utilizando de seus recursos.

Segundo um relatório operacional sobre manejo sustentável da fazenda Cauaxi em Paragominas (PA) entre 1995 e 1997, desenvolvido pela Fundação Floresta Tropical (FFT)¹²³ em parceria com a Caterpillar, busca demonstrar a viabilidade da exploração sustentável para o uso da floresta amazônica frente à derrubada clandestina de madeira. Esses estudos também se embasam em análises anteriores do Imazon e de sua parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia. Segundo levantamentos da FFT, 83% do solo amazônico é propício somente para o desenvolvimento florestal sustentável ou para atividades extrativistas, restando somente 17% das regiões mais secas as margens da floresta para o uso da agropecuária e ainda sim sem garantias de rentabilidade pela pouca qualidade de pasto.

A experiência da Fazenda Cauaxi – pertencente a empresa Cikel Brasil Verde¹²⁴ – realizada entre 1995 e 1997 tinha como fundamento demonstrar na prática o desenvolvimento de uma exploração de impacto reduzido frente a exploração convencional. Antes dos resultados práticos, vale uma demonstração sobre cálculos de impactos florestais. Estatisticamente, para m³ extraído pela exploração convencional, outros dois m³ de madeira são destruídos, além de reduzir em 60% a cobertura florestal e eliminar 40% da biomassa da região. Somado a isso, o impacto da exploração de impacto reduzido sobre as árvores remanescentes e os danos gerados pelas máquinas são 50% inferiores ao processo convencional¹²⁵.

O índice de desperdício na exploração convencional é três vezes maior do que na de impacto reduzido (24,2% contra 7,68%), o que acaba por eliminar muita matéria prima sem necessidade. No quesito social também há benefícios, pois se necessita de 35% mais mão de obra qualificada para esse trabalho, o que proporciona empregos melhores para os empregados da região sem a necessidade de migrar para as cidades. O índice de mudança social é ainda melhor por se tratar de cursos de especialização fornecidos gratuitamente para os trabalhadores de várias empresas pela própria FFT, presentes no mesmo relatório.

¹²³ Filial brasileira da Tropical Forest Foundation (TFF) sediada nos EUA, fundada em 1994, é uma ONG que busca estudar o manejo florestal sustentável em áreas tropicais. Possui convênio com diversas empresas, entre elas a Caterpillar, produtora de maquinários gerais com sede também nos EUA. Maiores detalhes: www.fft.org.br.

¹²⁴ A empresa Cikel Brasil Verde é a maior empresa de manejo florestal da Amazônia, administrando uma área de aproximadamente 480 mil ha e aproximadamente 1500 funcionários. Empresa existente desde 1977 cedeu uma área de sua propriedade para os estudos da Fundação Floresta Tropical. Mais detalhes: www.cikel.com.br.

¹²⁵ Dados extraídos de relatório elaborado pela ONG FFT sobre o manejo florestal sustentável e a exploração de impacto reduzido na Amazônia brasileira. Disponível em: <http://www.sotreq.com.br/artigostecnicos/manejo-sustentavel.pdf>. Acesso: 15/01/2010.

Para finalizar esse relatório, os técnicos realizaram uma comparação de gastos entre a exploração convencional (EC) e a de impacto reduzido (EIR) para verificar a diferença de lucro final para os produtores (EC – EIR), como pode ser visto na tabela abaixo:

Atividade	EC (US\$/m ³)	EIR (US\$/m ³)	EC - EIR
Pré-exploratória	0,00	1,18	-1,18
Planejamento exploratório	0,14	0,16	-0,02
Infra-estrutura	0,57	0,59	-0,02
Corte e traçamento	0,49	0,62	-0,13
Arraste	1,99	1,24	0,75
Operações de pátio	2,01	1,28	0,73
Ajuste de desperdício	0,40	0,09	0,31
Custos com direito de exploração	9,09	7,61	1,48
Treinamento	--	0,21	-0,21
Custos gerais/apoio	0,97	0,86	0,11
Custo total	15,66	13,84	1,82
Benefícios brutos	25,50	25,50	0,00
Benefícios líquidos	9,84	11,66	1,82

Tabela 02: Comparação entre exploração convencional e de impacto reduzido

Fonte: Relatório sobre exploração de impacto reduzido da FFT. Disponível em: www.fft.org.br.

Como pode ser observado e ao contrário do que é imaginado, o custo da exploração de impacto reduzido é inferior ao da exploração convencional. Detalhando melhor, o custo é reduzido por diminuição do desperdício no processo de exploração da madeira, tornando o processo mais eficiente e ao mesmo tempo preservando a floresta.

Esses são os casos de empresas que possuem a certificação florestal de extração sustentável, seja esta internacional ou nacional. No Brasil, 405 empresas são certificadas com o selo da FSC (Forest Stewardship Council) como empresas sustentáveis, enquanto que no Peru são 28 empresas¹²⁶. A Bolívia, que possui uma área muito inferior de florestas que o Peru, possui mais empresas cadastradas no banco de dados da FSC, com 47 empresas e cooperativas, o que demonstra a não preocupação com o meio ambiente dos exploradores

¹²⁶ Dados disponíveis no site da FSC: www.fsc.org. Acesso em 18/01/2010.

peruanos com a Amazônia, assim como a convivência do mercado mundial, tendo em vista que a maior parte dessa madeira é destinada ao mercado externo.

Após a aproximação entre Brasil e Peru, nota-se um aumento nos investimentos na região amazônica de ambos os lados, seja pela necessidade de desenvolver economicamente e inserir a Amazônia no mapa de ambos os países ou pela busca de melhorias na qualidade de vida da população local fora dos grandes centros urbanos. No ano de 2008, somente o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) previa investir no estado do Amazonas R\$ 950 milhões, em sua maior parte para a melhoria da qualidade de vida como saneamento básico e habitação. No Peru esses valores são mais modestos, da ordem de US\$ 40 milhões no mesmo ano citado, mas com intenções bem diferentes, para infra-estrutura comercial e de conexão com a estrada interoceânica.

A atração de investimentos para a região florestal funciona de forma díspare entre os dois países, enquanto o Brasil atrai a atenção mundial para um investimento massivo para a preservação da floresta tropical, o Peru concede direitos de exploração a transnacionais que partem atrás de minérios e petróleo presentes em suas florestas, degradando tanto o meio ambiente como excluindo os nativos de suas regiões tradicionais. O índice de rentabilidade da floresta peruana é muito mais acentuado que o brasileiro justamente devido a esses recursos subterrâneos. Porém, colocam em risco um dos ecossistemas mais diversificados do planeta para suprir as necessidades de matéria prima mundial.

Esse é um ponto de discórdia entre Brasil e Peru, pois apesar de possuírem parcelas da Amazônia, cada qual possui recursos diferenciados e a pressão econômica para o uso desses bens é deveras atrativo. A maior parte das exportações peruanas (cerca de 60%) em 2008 derivou desses recursos e o potencial é ainda maior, porém o risco de destruir uma estrutura tão complexa inibe tal expansão. Os investimentos internacionais devem ser focados em ações que evitem a degeneração dessas áreas, protegendo os nativos em suas reservas e melhorando a fiscalização para a exploração ilegal.

A OTCA conta com doações constantes de órgãos internacionais para a preservação da floresta amazônica, porém insuficiente para compensar a não exploração desses recursos pelo governo peruano ou por concessões. O fraco orçamento como já mostrado e a falta de ações práticas dificultam criar medidas para a prevenção e recuperação de agressões à floresta e a fauna. Sem o compromisso de todos os países membros e um real investimento, tais mudanças não ocorrerão.

3.2 Infra-estrutura

3.2.1 Conceitos e estruturas

Em um estudo sobre economia de nações, outros aspectos interferem diretamente no andamento dessa categoria, entre estas um destaque especial para a infra-estrutura do país. O nível de desenvolvimento de um país, seu envolvimento e potencial com o mercado internacional podem ser avaliados pela qualidade e dinamismo da infra-estrutura presente para escoar a produção interna com baixo custo e o mais rápido possível. Nesse quesito devemos considerar a América do Sul pouco competitiva, pois os meios de transporte presentes são falhos, lentos e caros, o que diminui sua competitividade internacional.

Há ainda uma subdivisão específica para esse estudo denominado infra-estrutura econômica, com o objetivo de analisar a produção e o fluxo de bens e os serviços possíveis entre compradores e vendedores – telecomunicações, transporte variados, sistemas de energia, serviços de saneamento e outros – e apontar posteriormente os impasses e dificuldades nos quais os investimentos são necessários. A carência ou falta de algum desses atributos influi diretamente em investimentos externos e melhorias na qualidade de vida dos habitantes locais.

Podemos dividir essa infra-estrutura considerada básica em três tipos: a) infra-estrutura básica, sendo os serviços de utilidade pública e os transportes em geral; b) infra-estrutura dos serviços prestados às empresas, no qual se colocam empresas que prestam serviços a outras empresas; c) infra-estrutura dos serviços da qualidade de vida, que visam melhorar os serviços e a qualidade de vida em uma cidade. Porém, para atrair interesse para investimentos externos, a combinação desses três tipos deve estar presentes na região como requisito mínimo de empresas mundialmente competitivas.

Outro impasse sobre as infra-estruturas trata do tipo de investimento, público, privado ou misto para realizar, administrar e expandir as mesmas. Por se tratar de um setor estratégico, o Estado não pode deixar o controle total para o capital privado, mas ao mesmo tempo o governo não possui recursos para manter e expandir os serviços básicos necessários, abrindo então espaço para o investimento privado. A mescla das duas frentes de investimento mostra-se a melhor forma de aliviar encargos governamentais sem deixar ao investidor particular o monopólio em tão delicada área.

Não bastasse tamanha variação e complexidade presentes para a elaboração de uma infra-estrutura adequada, ainda esta deve ser elaborada de forma a se adequar ao clima, a geologia e as necessidades sociais da região. Além disso, o tipo de produto a ser transportado requer características específicas de locomoção, limitando ainda mais a criação de tal estrutura. No caso da região amazônica, por exemplo, a escolha por um sistema hidroviário torna-se evidente a quem observar atentamente essa região repleta de grandes rios e cercado de florestas, o que eleva o custo das outras opções. Porém dentro da cidade de Manaus o transporte rodoviário é mais efetivo e rápido para o deslocamento de pessoas e mercadorias, até mesmo sendo necessário para o escoamento de produtos para o porto da cidade.

Mas no caso da Amazônia o fator ambiental é predominante na elaboração de meios de locomoção de todas as formas. O custo de construção, manutenção e de valor agregado ao que é transportado deve ser levado em conta, porém a importância de preservação deve estar presente em primeiro lugar. A alternativa escolhida pela IIRSA e por Brasil e Peru para criar a conexão entre o Oceano Pacífico e o Atlântico não foi a melhor nesse quesito ao optar pelo transporte rodoviário. A impermeabilização do solo, além da possibilidade de assentamentos populacionais em sua margem abrem perspectivas para um maior desmatamento da floresta, além de causar efeitos degradativos ao solo.

As discussões para o desenvolvimento de infra-estrutura na região sempre foram complexos pela imposição natural e as soluções multimodais sempre um ponto de concordância. A malha hidroviária amazônica é gigantesca e mais de 90% da extensão de fronteira entre Brasil e Peru é composta de rios, como já citado anteriormente. E somente nos trechos montanhosos é que os rios não podem ser utilizados para navegação em geral, reduzindo assim a necessidade de utilizar outro meio de transporte como ferroviário e em último caso, rodoviário. Além de gerar menor custo de implementação e de manutenção, a hidrovia é o transporte que oferece menor impacto ambiental por exigir o menor número de mudanças estruturais.

As características de cada país também fazem com que a discussão sobre novos empreendimentos nessa área criem disparidades estratégicas. Apesar de Brasil e Peru serem países com predominância de planaltos, a constituição de cada um destes tem origens distintas, onde o Brasil possui formações geológicas antigas e poucos territórios com elevações acima de 500 metros de altura. Por outro lado, o Peru é cortado pela Cordilheira dos Andes, possuindo montanhas com mais de seis mil metros de altitude, entre eles o Nevado Huascarán (6768 metros), mais alta montanha em zona tropical do planeta e quarto maior cume da América do Sul.

As intempéries climáticas e o elevado custo para construção em grandes altitudes colocam outra barreira para o investimento na expansão dos meios de transporte, além dos custos posteriores para transpassar tais barreiras naturais. Outro fator de interesse brasileiro para se aproximar do Peru está diretamente ligado a esse fator, pois justamente neste país está presente a menor altitude dos Andes, o Paso de Porculla a 2008 metros acima do nível do mar¹²⁷. Uma alternativa a esse problema da altitude seria a perfuração da cadeia de montanhas para criar passagens subterrâneas, mas o custo para tal criação seria exorbitante, além dos riscos por se tratar de uma região de formação rochosa recente e que pode estar sujeito a novos deslocamentos.

Os dados do Brasil sobre sua malha rodoviária são impressionantes, mas condizentes com a extensão desse país. Nunca foi segredo sobre a predileção para rodovias sob forte apoio e pressão da economia internacional em acordos impositivos para empréstimo financeiro do Banco Mundial por exemplo. O Brasil possui a segunda maior malha rodoviária do planeta com cerca de 1,6 milhão de km, nos quais 95% dos passageiros são transportados em território nacional, assim como cerca de 63% da carga total. Deve-se levar em conta que pouco mais de 10% dessas estradas são asfaltadas e destas quase 40% estão em estado ruim ou péssimo¹²⁸.

Esses dados trazem um grande impacto sócio econômico para o país, pois devido a cultura de deslocamento rodoviário existente, o Brasil sustenta o maior índice de vítimas fatais em estradas do mundo, com cerca de 43 mil mortes por ano¹²⁹. Outros problemas podem ser citados, como um maior índice de poluição pelo demasiado uso de combustíveis fósseis dos veículos. As grandes metrópoles brasileiras possuem graves índices de poluição e com isso um aumento significativo de doenças respiratórias, gerando um encargo social na área médica e prejudicando a produção ao retirar o trabalhador para tratamento.

Outro problema é o alto preço de manutenção e de utilização da rodovia como principal meio de deslocamento. A rodovia é o transporte que demanda maior investimento para sua manutenção em relação às outras (ferrovia e hidrovia, em ordem decrescente), sendo somente mais econômica do que o transporte aéreo. Ligado a isso, tem-se a elevação do preço de produtos que se utilizam desse serviço para enviar mercadorias aos centros de consumo,

¹²⁷ Maiores detalhes sobre a geografia da região andina, consultar trabalho de Amayo (2006).

¹²⁸ Segundo dados do Ministério dos transportes. Site: www.transportes.gov.br. Acesso em: 18/01/2010.

¹²⁹ Dados fornecidos pelo Denatran (Departamento Nacional de Transito) e pelo DPVAT (Departamento de Proteção de Veículos e Acidentes em Transportes): www.denatran.gov.br e www.dpvatseguro.com.br. Acesso: 18/01/2010.

umentando o valor final do produto e o deixando menos competitivo em relação a concorrentes que disponibilizam de uma estrutura mais dinâmica e barata.

Somado a isso, outro fator que contribui para o elevado acréscimo no transporte de mercadorias via rodovias é o aumento gradual de roubos de cargas no território nacional. Segundo dados da Setcesp¹³⁰ (Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo e Região), no ano de 2008 ocorreram cerca de 6300 roubos de carga no ano somente no estado de São Paulo, gerando um prejuízo estimado em R\$ 235 milhões. Para evitar esse revés, muitas empresas se prontificam a contratar escoltas para a proteção de suas mercadorias. No ano de 2005, o mercado de segurança privada já havia dobrado em relação ao ano anterior, com renda líquida estimada em R\$ 10 bilhões¹³¹.

O segundo maior setor em extensão no Brasil é o ferroviário, com 29817 km de extensão na totalidade¹³², porém com uma péssima distribuição ao longo do território, estando primordialmente presente nas regiões Sul e Sudeste do país, principal eixo econômico do Brasil e com apenas uma conexão ou extensão em direção ao Oceano Pacífico (trata-se da chamada Ferrovia da Morte que parte de Puerto Quijarro na fronteira entre Brasil e Bolívia até Santa Cruz de La Sierra. Faz-se acesso a essa linha por conexões com linhas férreas). Justamente pela opção rodoviária, os investimentos em ferrovia e a expansão desta como desbravadora nacional foram deixados de lado, gerando um déficit para o transporte de grandes quantidades de mercadorias com menor custo. Abaixo o gráfico demonstra a participação de cada sistema no transporte de cargas:

¹³⁰ Dados presentes na seção de estatísticas: http://www.setcesp.org.br/assessoria_estatistica.asp. Acesso: 18/01/2010.

¹³¹ Dados fornecidos pela ABSeg (Associação Brasileira de profissionais em Segurança): www.abseg.com.br. Acesso: 18/01/2010.

¹³² Dados obtidos no Ministério dos Transportes. Site: www.transportes.gov.br. Acesso em: 18/01/2010.

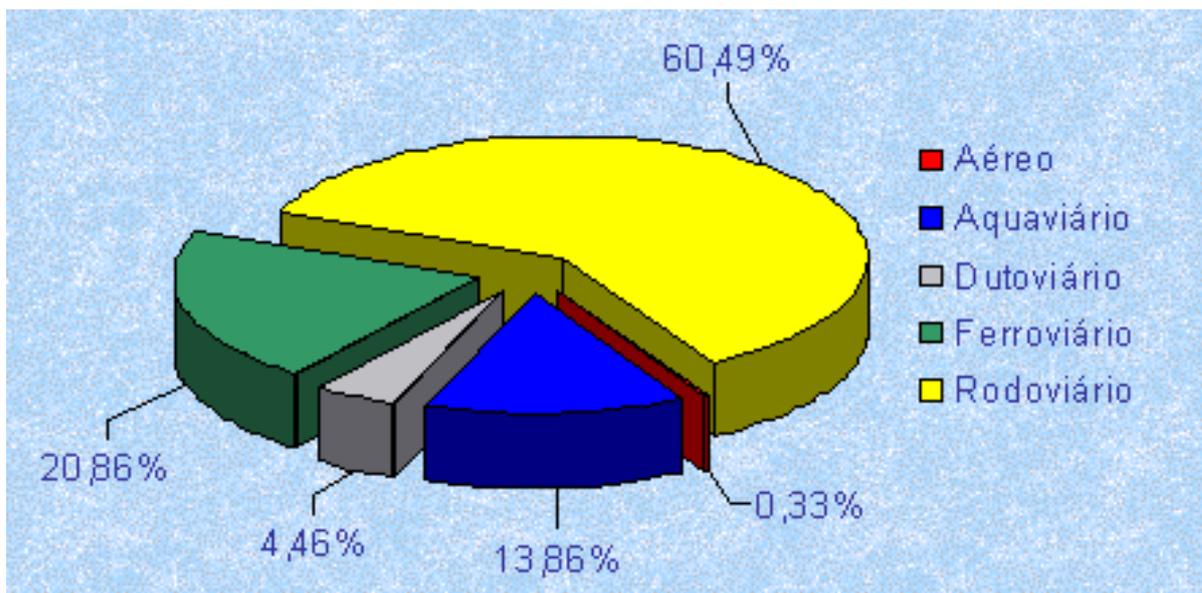


Gráfico 02: Participação de cada sistema de transporte de cargas.

Fonte: Ministério dos transportes. Ano 2000.

Como pode ser notado, a grande maioria dos produtos brasileiros são transportados por rodovias, o que resulta em uma mercadoria menos competitiva e um escoamento de produção muito mais lento. Aliado a isso, a malha ferroviária não permite uma conexão entre todas as áreas do Brasil, o que impede um deslocamento de grandes volumes de produtos e matérias primas, necessitando ou optar pelo transporte rodoviário e elevar os preços ou pelo sistema hidroviário que, mesmo quando possível e apesar de transportar enormes quantidades, leva muito mais tempo para atingir seu destino final.

Outro fator positivo é o baixo impacto ambiental gerado pela construção de ferrovias, pois não há necessidade de grande desapropriação na área dos trilhos e nem a impermeabilização do solo para sua construção. A manutenção do sistema ferroviário é bem mais barato do que na rodovia e basicamente o transporte ferroviário pode substituir o rodoviário no transporte de cargas e ainda trazer benefícios no menor custo de transporte e no grande volume deslocado de uma só vez. Para a travessia dos Andes, no caso de se pensar uma conexão com o Peru, seria um trabalho de engenharia complexo e extremamente caro, porém com benefícios a longo prazo.

Em 27 de Agosto de 2007, a revista Caretas do Peru publicou uma reportagem sobre um projeto para a construção de uma ferrovia para unir os portos de Santos no Brasil com Paíta e Bayóvar no Peru. Seria uma linha de 4544 km de extensão atravessando todo o Brasil e conectando a principal região industrial deste com os portos peruanos, além de atravessar

extensas regiões produtoras de carne, soja, algodão e outros produtos para exportação, assim como o Peru teria acesso facilitado com o mercado europeu. Essa era uma iniciativa privada que pretendia arcar com o preço total da construção, na época estimada em US\$ 10 bilhões. Após esse período, nada mais foi divulgado e provavelmente a iniciativa privada deixou de lado o investimento aguardando os futuros projetos da IIRSA, como será visto adiante.

Com o menor investimento dos três principais meios de transporte, o hidroviário certamente é o mais importante e correto meio de deslocamento presente na região amazônica em geral, pois a Amazônia brasileira é em quase sua totalidade uma planície, permitindo transito de barcos e navios em boa parte de seus rios. O ministério dos transportes divide a bacia amazônica em dois setores, oriental e ocidental para facilitar a administração. Ainda sim, tratam-se de enormes áreas, 1.500.000 km² e 2.400.000 km² respectivamente, por onde transitam a grande maioria da população da região amazônica.

Devido à enorme extensão dos rios da Amazônia, este seria o meio de transporte mais barato e indicado para a região, sendo possível navegar até dentro do Peru na cidade de Saramiriza, que fica apenas 400 km de distância do Oceano Pacífico e muito próximo ao Paso de Porculla. Dessa forma, um sistema multimodal teria de ser implantado em solo peruano e depois de ser percorrido uma longa extensão de floresta, o que evitaria um maior desmatamento da região e um investimento muito menor do que a construção de uma estrada. Como relata Amayo (2007) em seu trabalho, três quartos da devastação da Amazônia ocorrem a 50 km de distância das estradas que cruzam a floresta.

Dessa forma, um sistema multimodal não necessitaria de uma construção rodoviária extensa como a produzida em parceria entre Brasil e Peru, envolvendo um investimento que poderia ser melhor direcionado. Um projeto envolvendo hidrovias e ferrovias, além do baixo impacto ambiental, manteria as características básicas dos habitantes da região e auxiliaria a preservar a floresta de um possível desmatamento oriundo da construção de estradas. A conexão da região Centro-Sul com a malha hidroviária do Norte através de ferrovias possibilitaria deslocar grandes quantidades de mercadorias e matérias primas a um custo muito inferior ao das rodovias, exigindo um grande investimento, mas fornecendo um baixo custo de manutenção e operação.

Assim como o Brasil, o Peru também possui como principal meio de transporte de pessoas e cargas o sistema rodoviário, até mesmo pelas dificuldades criadas pelas montanhas que isolam cidades para outros meios, salvo o caso do transporte aéreo. São cerca de 80 mil km de estradas ao longo de todo o país, onde os trechos mais altos em regiões montanhosas geralmente são estradas sem pavimentação, pela dificuldade de realizar manutenção e o

elevado custo para construir¹³³. Na parceria com o Brasil para a construção da rodovia transoceânica, o investimento peruano em rodovias aumentou consideravelmente nos últimos anos.

No sistema ferroviário, vale um destaque não somente para as grandes obras da ferrovia transandina que cruza as montanhas a mais de 3000 metros, mas também pela distribuição de toda sua malha. São pouco mais de 2000 km de extensão de trilhos, porém organizados em conexões que se espalham por todo o país, ao contrário do que ocorre no Brasil. Apesar de não ser uma extensão de destaque, o sistema ferroviário permite acesso a todas as regiões do Peru, formando uma rede de integração de pessoas e mercadorias. Esse poderia ser um benefício explorado para realizar uma conexão entre o Atlântico e o Pacífico sem grandes problemas ambientais ou grandes investimentos.

O sistema hidroviário é utilizado historicamente no Peru desde antes de cristo, pelos diversos povos que habitaram toda a região andina, incluso os Incas. Para os nativos remanescentes e descendentes que preservam os costumes culturais, além do fator região onde habitam, trata-se da única forma de transporte possível. A extensa malha hidroviária está presente em todo o interior do Peru, excetuando o litoral que possui característica seca devido à corrente de Humboldt. Assim como no Brasil, a grande maioria dos rios peruanos são navegáveis e permitem um sistema multimodal de baixo impacto ambiental.

Apesar das diferentes formas de colonização dos dois países, nota-se uma proximidade na criação das estruturas de transportes presentes nestes e em toda a América do Sul, justamente por interesse externo do FMI e dos Estados Unidos. A ferrovia peruana, único sistema diferenciado e bem projetado, fora realizado em boa parte depois de 1860 por interesse direto da Nova República na exploração das preciosas minas de ouro, prata, algodão, cana de açúcar, guano e salitre.

¹³³ Todos os dados estatísticos sobre o sistema de transporte do Peru foram obtidos no site do Ministério de transportes e comunicações do governo peruano: www.mtc.gob.pe. Acesso em 18/01/2010.

3.2.2 IIRSA

A Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) surgiu em Agosto de 2000 em Brasília, durante um encontro entre os presidentes dos países da América do Sul, que visava comemorar os 500 anos da descoberta do Brasil, mas por fim serviu também a tratar do desenvolvimento do subcontinente em amplo aspecto, social, político, econômico e em infra-estrutura. A carência das nações em infra-estrutura limita ou atrasa seu desenvolvimento, não sendo competitivo e dessa forma não participando da economia globalizada.

Por se tratar de uma instituição multinacional, a forma de financiamento para as obras também o deveriam ser, para evitar criar vínculos diretos que posteriormente pudessem ser instrumentos de manobra para a realização de obras de interesse unidirecional. Dessa forma, foi criada uma estrutura que permitiria uma autonomia em relação aos governos locais, coordenado por um comitê de direção executiva que possui cargo rotativo anual que organiza a coordenação técnica e os coordenadores nacionais nos projetos. Tais projetos são financiados por três entidades supranacionais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata (FONPLATA).

Apesar de sua concepção ter sido no ano 2000 durante a reunião em Brasília, somente a partir de 2005 os planos formulados pela entidade começaram a ser realizados. A meta principal do projeto é atuar nas áreas de transporte, energia e comunicações, buscando facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias por toda a América do Sul. Em um levantamento técnico realizado para se estimar quais melhorias deveriam ser realizadas e traçar a estratégia de acordo com maior necessidade, o IIRSA acumulou relatórios de 514 projetos para integração regional, que necessitaria de um investimento de US\$ 69 bilhões, segundo dados apontados no ano de 2008. Por essa cifra, pode-se notar a incapacidade de uma atuação individual de um país para melhorar sua infra-estrutura em tais empreendimentos¹³⁴.

Até o fim do ano de 2008, somente 51 projetos haviam sido concluídos e todos esses não exigiam grande demanda financeira (um aporte estimado de US\$ 7,5 bilhões) e outros 196 projetos estavam em fase de execução. No total, o gasto estimado nesses 247 projetos seria de US\$ 38 bilhões, mas sujeito a mudanças devido ao longo prazo de execução das obras e a dificuldade de honrar esses pesados encargos. Outros 103 projetos estavam em fase de

¹³⁴ Disponível no documento IIRSA en Números (2008): www.iirsa.org. Acesso: 21/02/2009.

preparação para serem iniciados, que resultaria em mais US\$ 17,4 bilhões investidos, como divulgado no documento acima citado.

As grandes obras prioritárias hoje visam unificar territorialmente a América do Sul, não somente por questões do mercado global, e sim por interesse de comércio entre esses países vizinhos, um início para ambicionar uma Unasul mais igualitária e inclusiva. Foram elaborados 10 eixos de integração que visam conectar todo o subcontinente, como pode ser visto no mapa abaixo:



Mapa 03: Eixos de desenvolvimento

Fonte: IIRSA. 2008.

O eixo de destaque para esse trabalho é o que está representado pelo número oito no mapa acima, denominado eixo do Amazonas e que envolve a já citada rodovia transoceânica e toda a crítica advinda dessa opção. O desenvolvimento advindo desse tipo de infra-estrutura pode ser prejudicial de tal forma que o investimento realizado torne-se obsoleto ou até mesmo um futuro prejuízo não só econômico, mas também social e ambiental. Vale destacar o papel do Brasil como grande beneficiário desse modelo de integração, aonde diretamente cinco dos dez eixos irão lhe beneficiar diretamente e justamente o financiamento para o início das obras foram direcionados onde melhor convinha a este.

O Peru, por sua vez, irá participar de outros quatro eixos de integração, mas o destaque para esse país se deve principalmente a sua localização estratégica, praticamente no centro dos países andinos e com os portos ocidentais mais extremos, favorecendo uma conexão com o mercado asiático pela maior proximidade. A IIRSA estima que sejam gastos cerca de US\$ 7 bilhões nesses projetos de conexão na etapa peruana. O contraponto é justamente a forma como está sendo elaborada essa conexão, predominando novamente uma ligação rodoviária em regiões florestais de enorme biodiversidade, o que permitiria um maior desmatamento e uso irregular da Amazônia, além de facilitar a biopirataria.

Estratégias e pressão política não são as únicas formas de influenciar o grau de prioridades dentro da IIRSA. Outra forma de pressão é exercida por grandes corporações interessadas em realizar esses projetos, como é o caso da construtora Odebrecht¹³⁵ na própria realização da rodovia transoceânica ou na futura instalação de usinas hidrelétricas na região Norte do Brasil. A rentabilidade gerada por grandes obras como essas atraem somente as grandes empresas e com estas o lobby político inserido. O retorno social é remoto, pois o número de empregos gerado por empreiteiras são poucos, de baixa qualificação e geralmente temporários, o que não gera um progresso na qualidade de vida local.

O plano inicial da IIRSA¹³⁶ visava seguir alguns princípios orientadores para o objetivo final da instituição, de integrar e unificar toda a América do Sul. Esses princípios eram o regionalismo aberto, eixos de integração e desenvolvimento, sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional, aumento de valor agregado da produção, tecnologias de informação, convergência normativa e coordenação público-privada. Uma explicação e discussão sobre cada um destes itens possibilitará observar a condução da IIRSA nos projetos e analisar as falhas.

¹³⁵ Outras citações podem ser encontradas em trabalho de Amayo (2006).

¹³⁶ Presente no documento IIRSA en Números (2008). Op cit

Sobre o regionalismo aberto, traz a concepção de um mercado sul-americano sem barreiras alfandegárias, de modo a estimular a competição e fortalecer a região contra as flutuações do mercado global. Este é um princípio que foi incorporado pela Unasul, porém encontra relutância em ser aceito por todos os países. As economias dos países são muito distantes em diversos pontos, o que poderia não só prejudicar a concorrência como também forçar a quebra de alguns setores. Dessa forma, nações com restrições procuram proteger alguns setores produtivos para preservar a indústria local e os trabalhadores que perderiam seus empregos. A taxaço sobre produtos importados é uma das formas mais eficientes de manter esse controle, dificultando a criação de uma zona de livre comércio.

Os eixos de integração e desenvolvimento seguem fielmente sua definição, criar conexões entre os países da América do Sul para um maior desenvolvimento interno e externo e fortalecer a economia regional. Possivelmente é um dos poucos objetivos que a IIRSA está conseguindo alcançar, ainda sim com diversos problemas. Por se tratar de grandes empreendimentos, o financiamento não sustenta realizações velozes, o que resulta em obras que duram anos. Além disso, as escolhas sobre a forma de expansão das ligações entre os países geralmente optam por obras muito mais dispendiosas e sem grandes análises sobre impactos ambientais.

No quesito sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional, os focos principais seriam o desenvolvimento econômico eficiente nos processos produtivos que aliados a melhoria da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e uma maior participação de agentes públicos e privados, trariam as condições necessárias para o processo de unificação. Esse tópico mostra-se o mais ambicioso, amplo e menos explorado de todos os princípios. Não existem índices que demonstrem, por exemplo, melhoria na qualidade de vida ligada diretamente as implementações da IIRSA, ao contrário, estão presentes queixas e denúncias sobre utilização de território indígena ou de reservas florestais para se realizar tais obras. Dessa forma, no quesito social e ambiental as metas não estão sendo cumpridas, tal qual a participação da população, por não ter acesso ou notar os benefícios, principalmente para moradores da região amazônica.

Em um projeto de grande ambição teórica, nota-se um progresso limitado na prática, principalmente em se tratando do aspecto social. A tentativa de abranger todas as áreas defasadas da América do Sul leva à elaboração de metas irrealizáveis nos moldes da IIRSA e provavelmente uma das principais barreiras a ser transposta pela Unasul. A evolução e concretização de projetos nessas áreas demandam uma discussão política envolvendo todos os

países da região amazônica, com metas diretamente ligadas à preservação e vigilância da floresta e não somente para o benefício da exploração.

A busca de um aumento do valor agregado da produção está diretamente ligado as indústrias e benefícios que estas possam usufruir no estagio de produção em geral. Dessa forma, quanto melhor a infra-estrutura presente, maior valor agregado em relação ao produto. O impacto direto sobre o valor de mercadorias nos projetos da IIRSA abrange a área de transportes, energia e comunicações, o que pode tornar a produção mais competitiva. Porém, sem o avanço direto da linha de produção, melhorias tecnológicas internas e busca de competitividade mundial, é pouco provável que se construa um cenário de aumento de valores para produtos industrializados. Nesse caso, o único benefício seria para a produção de matéria prima, o que não irá beneficiar a região para um desenvolvimento igualitário ou inclusivo no cenário mundial.

O avanço de tecnologias de informação busca desenvolver as comunicações, melhorar a comunicação entre os países regionalmente, aumentar a coordenação e tornar-se mais competitivo globalmente, assim como beneficiar toda a sociedade com melhorias na área de educação, serviços públicos e inserção política. Sem dúvida, um dos setores mais estratégicos do programa, porém em diversos casos depreciados e sob a tutela exclusiva da iniciativa privada. A tecnologia exigida para um avanço dessa área não está presente na América do Sul e não há investimentos previstos. Dessa forma, toda essa tecnologia deve ser importada para ser utilizada, o que beneficia as comunicações, mas não o desenvolvimento tecnológico nos países da região.

A busca de convergência normativa seria uma realização de regras únicas para definições técnicas, comerciais e políticas para todos os países sul-americanos. Tem o objetivo de evitar impasses ou atrasos em realizações multinacionais, exigindo uma série de regras gerais que regessem as leis e códigos de todo o subcontinente. Nessa área, não se encontram relatos ou dados para sustentar opiniões, aparentemente não houveram mudanças significativas nesse quesito.

Por fim, a busca de coordenação público-privada busca estimular parcerias entre o governo e a iniciativa privada para a construção de grandes obras, buscando dinamizar e acelerar esses empreendimentos, além de também tentar inserir a sociedade civil no âmbito dessas obras por meio de empresas, cooperativas e associações. Pode-se notar um relativo êxito nesse ponto (principalmente no caso de grandes empreiteiras como Odebrecht e Andrade Gutierrez na Rodovia Transoceânica), quando se trata de criar parcerias entre o Estado e a iniciativa privada na realização de obras. Por outro lado, existe uma pressão

econômica sobre a escolha dessas empresas e uma predileção em detrimento de outras. Sobre o envolvimento da sociedade, não há mudanças nesse aspecto, até mesmo certo aumento de reprovação sobre tais obras.

Como pode ser notado, o principal foco da IIRSA visa o aprimoramento material de base para a infra-estrutura em transportes, energia e comunicações, provavelmente a idéia inicial de quando sua criação. Seu erro está em buscar relacionar ao projeto aspectos sociais, ambientais e políticos aos quais ambiciona, mas sem a capacidade de alcançar. Além disso, em muitos casos o avanço em infra-estrutura pode entrar diretamente em conflito com os interesses sociais e ambientais, porém dificilmente isso impedirá a realização de obras de grande valor.

No âmbito da floresta amazônica, não é possível realizar algum tipo de desenvolvimento ou melhoria social nessa região sem a preservação da estrutura florestal e o uso qualificado de seus recursos. A simples implementação de rodovias cruzando uma região complexa como essa se torna um fator de depreciação às administrações nacionais. Somado a isso, a falta de conhecimento sobre a região e a não adequação aos costumes locais podem gerar conflitos sociais graves. Uma avaliação apenas financeira acaba por relevar interesses regionais de maior impacto, como por exemplo o aumento do comércio tradicional amazônico para com o resto do mundo e neste caso tem-se um aumento de valor agregado.

A construção de uma rodovia na região florestal amazônica acaba por gerar desastres diretos, por exemplo, a remoção de áreas de cobertura natural para a implantação do asfalto, ao qual irá impermeabilizar o solo, destruir ou prejudicar todo um ecossistema e em regiões íngremes, aumentar o processo de erosão, deslizamento e assoreamento de rios. Esse tipo de impacto não pode ser facilmente revertido e causa graves efeitos a toda estrutura florestal. Indiretamente, o simples aumento do trânsito de pessoas e mercadorias pode afetar o comportamento de toda a biosfera local, além de aumentar os níveis diretos de poluição e possivelmente de desflorestamento as margens da rodovia.

O processo de integração, atualmente, perpassa mais pela esfera da Unasul do que propriamente da IIRSA, em uma clara evolução política da América do Sul, mas ainda assim restam algumas responsabilidades mesmo sob obrigação apenas de desenvolvimento de infra-estrutura. Sem a devida proteção ao meio ambiente e a busca de melhorias na qualidade de vida da população em geral, uma integração se torna ilusória e todo o esforço na busca de conexão entre os países será uma mera forma de transportar produtos.

3.3 Mercado asiático

No setor econômico em relação a América do Sul, cabe um destaque especial para o mercado asiático, pela importância que este tem para toda a região e também pelo destaque que a Ásia e principalmente a China possuem atualmente na economia mundial. A ascensão dos países asiáticos para o topo da lista de nações economicamente relevantes tem que ser evidenciada após a década de 1970, quando do restabelecimento do Japão após a segunda guerra mundial, o surgimento dos primeiros tigres asiáticos e mais recentemente o despertar do gigante chinês e dos novos tigres asiáticos.

Como já evidenciado em diversos trabalhos de Amayo, a importância da Bacia do Pacífico para a economia mundial é enorme, representando em torno de 60% do PIB mundial. Abarca não somente a Ásia e seu poderio atual, mas também a costa oeste dos Estados Unidos, a mais dinâmica e poderosa da economia estadunidense. Nesse ponto, vale o destaque dado recentemente para os projetos da IIRSA para a integração sul americana, onde os países sem saída para o Oceano Pacífico competem de forma desigual com os que a possuem, uma necessidade urgente de conexões viáveis a esse comércio era necessário para o melhor desenvolvimento do subcontinente.

A melhor forma de se estabelecer relações econômicas benéficas mútuas é através da diplomacia e de tratados entre os países envolvidos, acordos esses que existem há bastante tempo na relação América do Sul – Ásia. Particularmente, o Peru sempre manteve forte contato com os países asiáticos, principalmente com China e Japão, possuindo o vínculo histórico mais antigo da região. Primeiramente com a China a partir de 1849, que fornecia mão de obra barata para empresários peruanos em um regime semi-escravo e desde então mantendo relações econômicas com este país. Mais tarde, em 1873, é estabelecido o Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação com o Japão, que primeiramente também forneceu mão de obra, mas desta ordem trabalhadores mais qualificados, para o trabalho em mineração e em pouco tempo já estaria investindo em solo peruano, como relata Amayo (2007, p. 93-94).

O Peru sempre possuiu um bom relacionamento com essas nações, um dos motivos possivelmente pela própria localização deste país em relação aos outros da América do Sul, sendo o que está mais ao extremo ocidental. Somado a isso, existe o potencial de navegação que os habitantes pré-hispânicos da região sempre possuíram e que fora herdado por tal nação

e através da navegação foi possível o contato desse país com a China e o Japão desde tempos imemoriais.

No caso brasileiro, as relações diplomáticas com esses dois países foi mais tardia, mas não menos profunda como pode ser notado ao longo da história. Este assina o seu primeiro tratado da região oriental com a China, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, mais uma vez com o objetivo de atrair mão de obra para o trabalho nas lavouras. No caso do Japão, tratado semelhante foi firmado em 1895 inicialmente com a mesma missão de atrair trabalhadores rurais.

A importância dessas populações orientais nos casos de Brasil e Peru é facilmente notada, pois ambos abrigam as maiores colônias das duas nacionalidades na América do Sul e também pela relevância desses povos na construção dos países atuais. Recentemente, seguindo o rumo histórico, nota-se uma inversão de valores, onde antes China e Japão eram zonas de repulsão populacional agora se tornaram centros de atração e importantes mercados globais. Dessa forma, um estudo sobre a evolução econômica entre esses países do presente trabalho com o extremo oriente focado no intervalo de tempo poderá demonstrar a evolução econômica nesse eixo e o enfraquecimento em relação a mercados tradicionais como a Europa e os Estados Unidos.

Japão e China vivem momentos bem diferenciados e inversos em relação ao passado, pois o Japão sempre foi colocado como o líder asiático na economia mundial, conceito esse reforçado pelo seu poderio econômico desde o fim da década de 1970 e principalmente nos anos de 1980 e 1990. Na década de 90 temos uma série de crises econômicas globais das mais diversas ordens e a economia japonesa não conseguiu se restabelecer desse trauma. Do outro lado do Mar da China, o país que originou tal nome vinha de um processo de fechamento político e econômico na revolução maoísta, com crescimento econômico modesto. Com as políticas das 4 modernizações de Deng Tsiao Ping desde 1978 é que a China crescentemente começou a despontar como potência econômica mundial assumindo recentemente o posto tradicionalmente do Japão na liderança asiática.

A tabela abaixo busca mostrar a evolução econômica dos dois países asiáticos no período estudado do trabalho:

PIB (US\$ tri)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
China	4,157	4,697	5,314	6,124	7,119	7,926
Japão	3,474	3,666	3,872	4,080	4,295	4,356

Tabela 03: Produto Interno Bruto de China e Japão
 Fonte: CIA World Factbook 2009.

Nota-se pelos dados acima não só a China a frente do Japão em todo o período analisado, mas também o índice de crescimento de cada país. Enquanto o Japão segue em um ritmo constante e lento de evolução do seu PIB, da ordem de 2,2% ao ano, a China dispara em uma escalada monstruosa com valores em torno de 9% ao ano, tendo uma pequena queda nesses índices no ano de 2008. De qualquer forma, a soma econômica desses dois países no ano de 2008 equivale a 80% de toda economia dos Estados Unidos, uma cifra que não pode ser subestimada.

A relação econômica do Peru com esses países vem de longa data e sempre seguiu um caminho harmonioso, mesmo no período em que o Sendero Luminoso aterrorizava as selvas peruanas. Inclusive a pretensa revolução armada pretendida por tal grupo possuía em sua fundação forte influência maoísta, aumentando a familiaridade com a China comunista e fechada da época. Do total das exportações peruanas no ano de 2008 (da ordem de US\$ 27,9 bilhões), 14,9% do total teve como destino a China e 6,6% o Japão. Vale destacar que o montante exportado para a China só é inferior às exportações para os Estados Unidos, que são da ordem de 18,9%.¹³⁷

A grande ordem de exportações para esses países continua sendo matérias primas e produtos alimentícios, para suprir os mercados produtores de bens de consumo. Em contrapartida, o Peru compra produtos industrializados e bens duráveis dos asiáticos, para suprir a falta desse tipo de mercadorias no consumo interno. Apesar dessa relação diferenciada, a balança comercial peruana prevalece positiva no ano de 2008.

No quesito das importações referentes aos países de origem, poucas mudanças ocorrem nessa ordem. O total de importações do Peru no ano de 2008 ficou em torno de US\$ 19,6 bilhões, produzindo dessa forma um superávit no ano de 8,3 bilhões de dólares. As principais nações que exportam para o Peru são os Estados Unidos (25,5%), a China (10,6%) e o Brasil (7,8%). O Japão não aparece nesse índice porque mantém um índice constante ao longo de muitos anos no comércio com o Peru, sem grandes variações.

¹³⁷ Dados obtidos no CIA World Factbook 2009.

Pelo lado brasileiro, as relações com o Japão sempre foram mais intensas do que com a China, seja por uma questão cultural assimilada em solo tupiniquim como pelos próprios interesses econômicos presentes desde a origem dessa relação. O encontro com o mercado chinês também é antigo, porém ficou imutável durante longo tempo do período ditatorial no Brasil e as concepções anticomunistas da época. O Brasil exportou no ano de 2008 um montante equivalente a US\$ 160,6 bilhões, dos quais 11,5% tiveram como destino a China e 4,2% o Japão. Assim como o Peru, somente os Estados Unidos compraram mais do Brasil que a China, 14,6%.

Na ordem das importações, mais uma vez vale ressaltar um superávit da balança comercial brasileira, com volume de importação de US\$ 120,6 bilhões, resultando em um lucro anual de 40 bilhões de dólares. Os principais países que enviaram mercadorias foram os Estados Unidos (14,9%), a China (11,6%) e a Argentina (7,9%). O Japão não se encontra na zona de destaque da tabela, com um volume abaixo de 5%.

Há de se notar uma semelhança muito grande na comparação entre os dois países sul americanos, tanto em exportações como em importações. Isso vem confirmar uma tendência a ser seguida pela maioria dos países em desenvolvimento, uma conexão muito forte com a China que está em pleno desenvolvimento econômico e demandando diversos recursos aos quais Brasil e Peru possuem em abundância. A importância da construção das conexões entre os oceanos deve ser destacada nesse momento histórico. Não se trata de uma grande mudança no perfil exportador dos países em desenvolvimento, mas a economia primária permanece sendo o fator positivo dessas nações durante momentos de crise global.

Outro ponto a ser ressaltado é a mudança do eixo econômico da Ásia, como observado anteriormente nesse mesmo capítulo. Os índices de importação e exportação de Brasil e Peru demonstram um desvio de foco de um país historicamente mais vinculado a ambos, no caso o Japão, para outro que possui boas relações e recentemente ganha destaque mundial. Nas décadas de 80 e 90, certamente o Japão iria figurar como um dos países de destaque nos índices de importação principalmente. Outra mudança significativa é a sensível diminuição dos índices de exportação da América do Sul em geral para os Estados Unidos. Por exemplo, o Brasil na década de 70 exportava cerca de 50% de sua produção para tal país e hoje tal cifra está abaixo dos 15%.

Esse fracionamento de valores de exportação e importação vem mostrar uma mudança nos rumos econômicos mundiais, a descentralização dos mercados e o aumento voraz da competição em todas as áreas. O próprio crescimento da economia de diversos países demonstra isso, assim como a liderança econômica mundial da UE em 2008 a frente dos

Estados Unidos (e recentemente desponta a China). A especialização cada vez maior permite a pequenas nações de se destacarem em um ramo específico de produção ou pesquisa e ganhar destaque mundial. É preciso buscar esse tipo de oportunidade para aumentar a visibilidade da América do Sul pelo mundo.

Dentro da organização mundial global, a América Latina ainda ocupa lugar colonial na produção mundial, fornecendo matéria prima e produtos agrícolas e de baixo valor agregado para as nações desenvolvidas e produtoras de bens de consumo. Porém, o desenvolvimento a ser adquirido deve partir de dentro para fora da região, não pode ser assimilado ou transmutado de um modelo externo, pois as necessidades e oportunidades presentes em dada localização lhe são particulares e não acontecem em nenhum outro lugar.

O Brasil já começa a exportar produtos com maior valor agregado, principalmente na área de commodities e alguns manufaturados para outros mercados menos desenvolvidos. A China é uma grande consumidora desse tipo de produto, o que ajuda a diminuir o déficit comercial entre os dois países. A diminuição do tempo e do custo para o transporte dessas commodities possibilitarão um equilíbrio financeiro entre esses países. No caso do Peru, essa transformação de exportador primário para produtor de mercadorias de maior valor agregado ainda é recente e pouco explorada, mas uma aproximação com o Brasil poderá ser benéfico para tal desenvolvimento.

Por fim, os investimentos chineses têm aumentado consideravelmente em solo sul americano, principalmente no Brasil, no Chile e no Peru, países de destaque e que possuem uma boa relação diplomática para com a China. O principal interesse de investimento está baseado em indústria pesada e de exploração de minérios e petróleo, áreas as quais os chineses demandam cada vez mais. O Japão já possui diversas instalações nesses países, principalmente no Brasil, porém mais focada em produção de tecnologia e automobilística, por encontrar mão de obra qualificada e barata.

A importância da conexão com o Oceano Pacífico torna-se mais óbvia depois de analisar tais dados econômicos e a relevância deste para com o Brasil e o Peru. A busca por inserção na economia mundial e o aumento das exportações está pautado por um bom relacionamento e expansão dos negócios no mercado asiático. A troca de tecnologias em diferentes áreas pode ser benéfico para todos e promover um futuro econômico mais igualitário e com isso aumentar o potencial de sucesso da Unasul.

O interesse de investimento de China e Japão na região amazônica é grande, justamente pela riqueza de recursos presentes. As demandas chinesas são cada vez maiores para alimentar sua economia crescente e o Japão desde os anos 1970 possui a necessidade de

importar matérias primas para alimentar sua indústria e sociedade. Em artigo de Galvão (2008) mostra-se o interesse da China em investir na Amazônia não somente na exploração de recursos como também criar parcerias para estudos sobre o bioma amazônico, questões meteorológicas e monitoramento de desastres naturais, assim como a proteção do meio ambiente. Existe um incentivo inclusive de fundos estatais para se aplicar na floresta amazônica, buscando retornos futuros. A importância dos países amazônicos na formulação de parcerias e na busca de investimentos deve ter a restrição necessária para preservar a estrutura florestal e as riquezas presentes nesta. A busca de retorno financeiro da Amazônia não deve entrar em conflito com a manutenção do meio ambiente regional.

O vínculo do Japão com a Amazônia é bem mais antigo, desde os primeiros colonos na década de 1930, e o interesse na região só aumenta em tempos recentes. Por se tratar de um país altamente tecnológico, a maior parte dos investimentos deste país estão diretamente ligados a produtos desse tipo, como eletroeletrônicos, motocicletas e automóveis, como no caso da Zona Franca de Manaus e também no Peru.

Os mercados asiáticos observaram com antecedência a importância que a Amazônia obteria em tempo presente em todos os aspectos, seja por sua preservação como pela exploração. A busca por elementos endêmicos na região começa a ser mais competitiva e também controlada pelos governos, o que traria uma maior proteção a países já presentes anteriormente e que poderiam ser considerados parceiros para pesquisa, investimentos e exploração.

O crescente interesse do mercado asiático na floresta amazônica faz com que o desenvolvimento sustentável e a dinamização da economia local venham a crescer, quer pela demanda de mercado e também pela exigência cada vez maior de preservar tal riqueza natural.

CONCLUSÃO

O estudo buscou demonstrar as diferenças políticas, econômicas e sociais presentes na América do Sul e as dificuldades então geradas para um entendimento e busca de objetivos comuns ao território subcontinental como um todo – no caso da Unasul – em relação ao específico território amazônico sul americano. Apesar da aproximação política entre Brasil e Peru, notam-se ainda grandes entraves para o desenvolvimento regional como um todo e a falta de diálogo e comprometimento para a criação de políticas comuns para a conservação e desenvolvimento da Amazônia que é o coração da América do Sul.

As promessas políticas demonstram resistência para serem executadas na prática em ambos países, assim como estão presente a falta de investimento necessário para a melhoria tanto social como econômica. Esse entrave entre Brasil e Peru para executar seus projetos bilaterais pode ser uma prévia das dificuldades futuras para a implementação da Unasul.

Apesar das dificuldades geográficas presentes, está latente o grande potencial para o desenvolvimento econômico, político, cultural e de defesa da América do Sul e para isso faz-se mister o envolvimento direto dos blocos econômicos Mercosul e CAN, onde estão presentes os principais países do subcontinente e a massiva economia do mesmo. O envolvimento de todos os países possibilitaria um avanço para a integralização regional de forma universal e não somente aduaneira, permitindo uma natural troca de conhecimento e o avanço comum a todas as nações.

Nesse ponto, a elaboração de uma Unasul inclusive e homogênea é primordial, com o desenvolvimento equivalente entre os países, assim como a divisão proporcional dos problemas e a diminuição das diferenças sociais entre estes. Brasil e Peru possuem então papel principal tanto como liderança como de articulação política para desenvolver uma ponte que possibilite a elaboração de políticas comuns para a América do Sul e também para a Amazônia, seja para sua utilização sustentável como para a preservação de sua estrutura.

No quesito da preservação ambiental, apesar de se observar melhorias significativas na área, ainda se faz presente grandes atividades irregulares, ilegais ou clandestinas que ameaçam a Amazônia sul americana que é o ecossistema da maior floresta tropical contínua do mundo. A falta de fiscalização, os interesses internacionais pelos recursos ali presentes e a falta de conscientização global pela floresta amazônica continuam colocando em risco essa estrutura extremamente frágil e vulnerável. As concessões regulamentadas podem indicar uma solução, porém não nos moldes atuais, pois sem a vinculação entre todos os países membros

da OTCA com políticas comuns para a proteção dessa biodiversidade, os riscos de deterioração são crescentes.

A falta de projetos comuns entre os países amazônicos impossibilita a real integração de uma região que nunca esteve realmente dividida, somente em termos políticos. Os povos nativos e ribeirinhos utilizam o território sem se limitar a essas convenções e somado a eles as atividades ilegais encontram terreno fértil para expandir suas operações. Essa liberalização não concedida favorece somente a essas operações e limita a esfera de influencia legal de cada país, um motivo a mais para o avanço na área de políticas públicas comuns.

A necessidade crescente de recursos minerais e combustíveis não renováveis aumenta ainda mais as inserções na floresta, principalmente na região da Alta Amazônia. Nesse ponto, faz-se presente as grandes multinacionais e mega-corporações com interesses nessas riquezas, ameaçando nichos ecológicos endêmicos. Essas regiões preservadas ocultam não somente recursos minerais, mas também recursos biológicos que podem auxiliar a humanidade em diversos assuntos, além de ajudar a regular o já instável clima do planeta. Existe um confuso conceito de valores sobre a forma de se preservar a floresta, que pode ser danosa em larga escala ao longo do tempo e extinguir recursos endêmicos.

A ausência de clareza ou de limitação jurídica de cada nação facilita o uso predatório dos recursos amazônicos e cria problemas variados como extinção de espécies endêmicas, derrubada da floresta, exploração irregular de recursos e em casos extremos o processo de desertificação de forma irreversível. As especificidades em diferentes zonas da floresta possuem fragilidades que devem ser estudadas e prevenidas para evitar danos permanentes a esse recurso único.

A evolução econômica da região não é fato isolado ou irrelevante, principalmente no caso peruano, com índices de crescimento da ordem de 9% no período estudado. A melhoria no PIB dos países sul americanos ainda não é convertida em melhoria da qualidade de vida, mas um avanço pode ser notado. A expansão do comércio intra-regional possibilita não somente melhores relações econômicas, mas também um aumento da participação da população no processo de integração regional. A economia regional amazônica começa a ser desenvolvida no Brasil e possui projetos no Peru, em busca de desenvolvimento sustentável e de refrear o desflorestamento da maior floresta tropical do planeta.

Um dos principais desafios para o crescimento igualitário da América do Sul é justamente a evolução social em todos os sentidos, buscando minimizar as diferenças entre os países da região e também a real inserção dessas populações em um cenário globalizado. O desenvolvimento sustentável mostra-se uma das melhores alternativas para regiões como a

Amazônia, onde a proporção do investimento e do retorno econômico mostra-se mais eficaz para a população por esta ser parte integrante do processo.

A importância crescente da bacia do Pacífico fez com que os países do subcontinente sem conexão direta com este buscassem alternativas de interligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, benefício este comum a todas as nações da região. O fator China na economia mundial acelerou a necessidade dessa ligação, atingindo diretamente a Amazônia. Esse maior contato da floresta com o mundo traz novas possibilidades de uso dos recursos naturais, assim como gera novos problemas de seu uso irregular, exigindo assim maior fiscalização e políticas comuns para a preservação do meio ambiente.

A diversificação econômica de Brasil e Peru demonstra uma melhora significativa na evolução das exportações, o que gera maiores divisas a esses países e permite novos investimentos. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação da América do Sul possibilitará uma redução de preços dos produtos e também do tempo de deslocamento, tornando-os mais competitivos. Além disso, permitirá o trânsito entre territórios e facilitar uma integração regional. Nessa integração o papel da Amazônia é fundamental. O futuro da integração sul americana, positiva ou negativa, dependerá da forma em que vai se tratar a região amazônica, com princípios do desenvolvimento econômico preservacionista ou não.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. **A Amazonia: do discurso à Práxis**. São Paulo, Edusp, 1996.

AMAYO ZEVALLOS, E. **Amazonia, Mercosur y las posibilidades de integración**. In CONGRESO ALAS, 23. SIMPOSIUM ALTERNO: BRASIL E HISPANOAMÉRICA FRENTE A LA CRISIS GLOBALIZADA: RELACIONES, PROBLEMAS Y POSIBILIDADES, 2003, 4-7 nov., Universidad de San Agustín. Arequipa, 30 p.

_____. **Amazonía, Mercado del Sur y las posibilidades de integración**. In: **Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: los otros senderos del ALCA**. Cultura Acadêmica Editora, La Habana – São Paulo, 2006, pp. 159-92.

_____. **Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos Estados Unidos e Japão**. Estudos Avançados, Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, No. 17, Janeiro – Abril 1993, pp. 117-169.

_____. **Depois de Montesinos, Fujimori: uma visão desde o Brasil**. Cenários, Unesp-FCL-C/Ar. N° 3/4, 2001/02, pp. 143-158.

_____. **Europa-occidental-USA y la estructura de clases y del estado en Argentina, Chile y Peru: siglo XIX**. SOCIALISMO Y PARTICIPACIÓN número 45; Marzo de 1989; PP. 39-54.

_____. **La Amazonia y el Pacífico en LA JANGADA de Julio Verne: una visión eurocentrica. Relaciones entre historia y creación**. Cenários, Unesp-FCL-C/Ar. No 1, 1999, pp. 147-181.

_____. **O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico sul-americano**. In: AYERBE, Luis F. (coord.). **Integração latino-americana e caribenha**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007.

_____. (org.) **Sendero Luminoso**. São Paulo, Vértice, 1988.

AMAZONIA SIN MITOS. Edición de la Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), Tratado de Cooperación Amazónica (TCA), 1992.

AYERBE, L. F. **A Política externa dos Estados Unidos frente ao novo milênio: identidade cultural, interesse nacional e relações interamericanas.** Cenários, Araraquara, n. 2, p. 57-80, 2000.

BAUMANN, R. **A geopolítica da Integração na América latina: uma perspectiva sul-americana.** In: COSTA LIMA, M. (Org.), O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo, Cortez, 2001. p. 455-471.

BARRETO, P.; ARAÚJO, E.; BRITO, B. **A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia.** In: Imazon, Belém, Jun. 2009. Disponível em: www.imazon.org.br. Acesso: 18/04/2009.

BARRETO, P. **Concessões florestais no Peru: reflexões para o Brasil.** In: Imazon, Belém, mai. 2004. Disponível em: www.imazon.org.br. Acesso: 18/04/2009.

BETHELL, L. ed. **Historia de América Latina.** Barcelona, Crítica, 2002, tomo 16 Los países andinos desde 1930. Disponível em: <http://bibliotequita.wordpress.com/2009/01/23/historia-de-america-latina-tomo-16-leslie-bethell-ed-universidad-de-cambridge/>. Acesso: 21/06/2008.

BORGES, F. **A prioridade da integração Sul-americana na política externa brasileira durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2006): respostas regionais frente aos desafios da mundialização.** Mar.2007. Disponível no site do Núcleo de Pesquisa sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA), no site do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/>. Acesso em 12 de Março de 2009.

BOVESPA. **Desafios e oportunidades para o mercado de capitais brasileiro.** In: Estudos para o desenvolvimento do mercado de capitais. São Paulo, Jun. 2000. 56 p.

BRASIL. Departamento do Mercosul (DMSUL). 2008. Disponível em: www.mercosul.gov.br. Acesso em: 27/10/2008.

BRASIL. **Decreto n. 5752, de 12 de Abril de 2006. Tratado para proteção e defesa da Amazônia.** Ministério das Relações Exteriores, disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 20/05/2009.

BRASIL. Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). 2009. Disponível em: www.denatran.gov.br. Acesso: 18/01/2010.

BRASIL. Departamento de Proteção de Veículos e Acidentes em Transportes (DPVAT). 2009. disponível em: www.dpvatseguro.com.br. Acesso: 18/01/2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Plano de ação para aldeia produtiva de castanha do Brasil será apresentado em Brasília**. Brasília, 12/06/2009. Disponível em: <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=314917>. Acesso: 11/01/2010.

BRASIL. Inmetro. Certificação Florestal (CERFLOR). 2009. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/cerflor.asp>. Acesso: 20/03/2009.

BRASIL. Inter Press Service (IPS). 2009. Disponível em: www.ipsbrasil.net. Acesso: 24/11/2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 13/08/2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). 2009. Disponível em: www.inpa.gov.br. Acesso: 24/08/2009.

BRASIL. **Lei n. 11284, de 2 de Março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis n.10683, de 28 de Maio de 2003, 5868, de 12 de Dezembro de 1972, 9605, de 12 de Fevereiro de 1998, 4771, de 15 de Setembro de 1965, 6938, de 31 de Agosto de 1981, e 6015 de 31 de Dezembro de 1973; e dá outras providências**. 2006. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso: 11/10/2008.

BRASIL. **Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica**. 2006. Disponível em: [HTTP://www2.mre.gov.br/dai/b_peru_146_5133.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_peru_146_5133.htm). Acesso: 24/07/2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 20/05/2009.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Política Externa. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/politica externa](http://www.mre.gov.br/politica%20externa). Acesso: 24/07/2008.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Disponível em: www.transportes.gov.br. Acesso em 18/01/2010.

BRASIL. Lei N° 11284, de 2 de Março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as leis n°s 10683, de 28 de Maio de 2003, 5868 de 12 de Dezembro de 1972, 9605, de 12 de Fevereiro de 1998, 4771, de 15 de Setembro de 1965, 6938, de 31 de Agosto de 1981 e 6015, de 31 de Dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível no site do Palácio do Planalto: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm. Acesso em 11 de Outubro de 2008.

BRASIL. Petrobras. Linha cronológica da história da empresa. 2009. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso: 18/11/2009.

BRASIL. Plano Nacional de Recursos Hídricos. 2009. Disponível em: www.pnrh.cnrh-srh.gov.br. Acesso em: 20/05/2009.

BRASIL. Relatório 2008 – Gestão de florestas públicas. Mar. 2009. Disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro: www.sfb.gov.br. Acesso em 17 de Junho de 2009.

BRASIL. Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo e Região (Setcesp). São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.setcesp.org.br/assessoria_estatistica.asp. Acesso: 18/01/2010.

BUENO, F. S. Dicionário Silveira Bueno. 3ª ed., São Paulo, Lisa, 1990.

CANADÁ. Rural Advancement Foundation International (RAFI) Communique. **Bio-Piracy: the history of natural coloured cottons of the Americas**. Ottawa, nov. 1993. Disponível em: http://www.etcgroup.org/en/materials/publications.html?pub_id=496. Acesso: 15/03/2009.

CARDOSO, F. H.; Müller, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1977.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: A elite política imperial**. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. **Cidadania no Brasil**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, C. E. **As origens e a gênese do plano Collor**. Nova Economia, Belo Horizonte, vol. 16, Nº 1, Jan/Abr 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 27/01/2009.

CEPAL, 1959. **A significação do mercado comum no desenvolvimento econômico da América Latina**. In: Bielschowski, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia – COFECON/Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.

COMUNIDAD ANDINA. **Declaración Del Cuzco sobre La Comunidad Sudamericana de Naciones, III Cumbre Presidencial Sudamericana**. Cusco, 2004. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm. Acesso em: 14/11/2008.

COSTA, S.; SANGMEISTER, H.; STECKBAUER, S. (orgs.). **O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências**. São Paulo, Annablume; Adlaf; Fundação Heinrich Böll, 2007.

CUNHA, E. **Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos**. Petrópolis, Vozes, 1976. Coleção dimensões do Brasil, volume 01.

DABAT, A. **El Mundo y las naciones**. México,DF, UNAM-CRIM, 1993.

ENGLAND. THE ECONOMIST: Pocket world in figures. London, Profile Books, 2008 edition.

ESPAÑHA. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. **Relación Del nuevo descubrimiento Del famoso rio Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana**. Espanha, 1542. Disponível em: www.cervantesvirtual.com. Acesso em: 12/05/2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo, EDUSP, 2004, 13ª edição.

FEARNSIDE, P. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. INPA, Manaus, 134 pag, 2003. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/. Acesso: 20/02/2010.

_____. **As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa**. Novos Cadernos NAEA, vol. 12, n. 2, p. 5-56, Dez. 2009.

FINER, M. et al. **Oil and gas projects in the western Amazon: threats to wilderness, biodiversity, and indigenous people.** In: Plos ONE, August 2008, Volume 3, Issue 8. Disponível em: <www.plosone.org>. Acesso em 07 de Fevereiro de 2009.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GALVAO, T. G. **A Amazônia na grande estratégia da política externa da China.** Revista Mundorama, Brasília, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 01 de Agosto de 2008. Disponível em: <http://mundorama.net/2008/08/01/a-amazonia-na-grande-estrategia-de-politica-externa-da-china-por-thiago-gehre-galvao/>. Acesso: 15/12/2009.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia.** São Paulo, Marco Zero, 1994.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império.** 3ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001.

HERZ, M. **Política e Relações Internacionais do Peru.** In: ARAUJO, H. V. (Org.). Os Países da Comunidade Andina. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 2, p. 9-26.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. **Visão do paraíso.** Rio de Janeiro, José Olímpio, 1959.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** 10ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002a.

IIRSA. **IIRSA en Números.** Dez. 2008. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Documentos.asp?CodIdioma=ESP>. Acesso em: 23/05/2009.

IIRSA. Sector de Documentos de IIRSA. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Documentos.asp?CodIdioma=ESP>. Acesso em: 23/05/2009.

MARIANO, K. L. P. **Mercosul: a emergência de uma nova sociedade.** Estudos de Sociologia, São Paulo, n. 12, p. 169-201, 2002.

NASCIMENTO, N. S. F. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da ‘questão social’ na região**. 2006. 195 f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OTCA. Comunicado Conjunto: **“Brasil-Peru: Ampliando os horizontes de uma Parceria Estratégica”**. Visita de Estado do Presidente Alan Garcia Perez ao Brasil. Brasília, 2006. Disponível em:
http://www.otca.info/br/publicacao/neo_publicacao.php?publi=s&subtopico=11#. Acesso: 23/05/2009.

OTCA. **Cooperación Técnica Regional No Reembolsable No ATN/OC-9251-RG. Iniciativa para la Promoción de Bienes Públicos Regionales. Fortalecimiento de la Gestión Regional Conjunta para el Aprovechamiento Sostenible de la Biodiversidad Amazônica**. Brasília, 2005. Disponível em:
http://www.otca.info/br/publicacao/neo_publicacao.php?publi=s&subtopico=11#. Acesso: 23/05/2009.

OTCA. **Plano Estratégico 2004-2012**. Brasília, 2004. Disponível em: www.otca.org.br. Acesso em: 24/05/2009.

PARÁ. Fundação Floresta Tropical (FFT). **Manejo florestal sustentável e exploração de impacto reduzido na Amazônia brasileira**. Belém, 2006. disponível em: www.fft.org.br. Acesso: 15/01/2010.

PEASE, G. Y. F. **Breve historia contemporánea del Peru**. México, FCE, 1995.

PERU. Instituto de Recursos Naturales (INRENA), 2008. Sector de estadísticas. Disponível em: www.inrena.gob.pe. Acesso em: 20/03/2009.

PERU. **Memorando de Entendimento entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Comunidade Andina (CAN)**. Lima, 2004. Disponível em:
http://www.otca.info/br/publicacao/neo_publicacao.php?publi=s&subtopico=11#. Acesso: 23/05/2009.

PERU. Ministério de transportes y comunicaciones. Estadísticas 2009. Disponível em: www.mtc.gob.pe. Acesso: 18/01/2010.

PERU. Construirán Tren Transcontinental entre Peru y Brasil; gabinete peruano aprueba megaproyeto privado. **Revista Caretas**, Lima, 27 de Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.caretas.com.pe/Main.asp>. Acesso: 18/11/2008.

PERU. **Revista Tierramerica**. Disponível em: http://www.tierramerica.info/index_pt.php. Acesso: 25/07/2009.

RATTNER, H. (Org). **Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro, Record, 1968.

SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizar a democracia. Os caminhos da Democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SCARABOTOLO, H. **Euclides da Cunha e o Itamaraty**. Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1966.

SCHAPOSNIK, E. **As teorias da integração e o Mercosul**. Editora da UFSC, Florianópolis, SC, 1997.

SÃO PAULO. **FIESP**. Encontro empresarial Brasil-Peru. 3 a 7 de Junho de 2007. Disponível em: www.fiesp.com.br/brasilperu/telas/sobre-peru.asp. Acesso: 16/12/2009.

SPATHELF, P.; MATTOS, P. P.; BOTOSSO, P. C. Certificação florestal no Brasil – uma ferramenta eficaz para a conservação das florestas naturais? **Revista Floresta**, Paraná, n. 34, p. 373-379, 2004.

TCA. Documento que consolida a fundação do Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília, 1980. Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>. Acesso em: 24/05/2009.

USA. International Monetary Found (IMF). 2009. Disponível em: www.imf.com. Acesso: 14/12/2009.

USA. **Memorando de Entendimiento entre la Secretaria General de la Organización de los Estados Americanos (SG/OEA) y la Secretaria Permanente de la Organización del Tratado de Cooperación Amazônica (SP/OTCA); Para la Ejecucion de los Recursos Provenientes Del FONDE PA el Medio Ambiente Mundial (FMAM/GEF), destinados a preparar y ejecutar el proyecto “Manejo Integrado y Sostenible de los Recursos Hídricos Transfronterizos em la Cuenca del Rio Amazonas”**. Disponível em: http://www.otca.info/br/publicacao/neo_publicacao.php?publi=s&subtopico=11#. Acesso: 23/05/2009.

USA: The 2009 World Factbook. USA, CIA, 2009.

USA: Forest Stewardship Council (FSC). Certificação florestal. Disponível em: www.fsc.org. Acesso em: 18/01/2010.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. Tempo Social – USP, São Paulo, p. 31-61, Nov. 2003. Disponível em < www.scielo.br >. Acesso em: 03/02/2009.

WEFFORT, F. C. **Formação do pensamento político brasileiro – Idéias e personagens**. São Paulo, Ática, 2006.

WILSON, E. **A situação atual da diversidade biológica**. In: Biodiversidade, p.3-24. Editor E. O. Wilson. Ed. Nova Fronteira, edição em português (tradução de Marcos Santos e Ricardo Silveira), 1997, Rio de Janeiro, Brasil.